

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE

TURISMO EM TORRINHA – SP: O QUE FOI SEM NUNCA TER SIDO

CRISTIANA DO CARMO POSATI

ARARAQUARA – SP
2007

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE

TURISMO EM TORRINHA – SP: O QUE FOI SEM NUNCA TER SIDO

CRISTIANA DO CARMO POSATI

Orientador: Prof. Dr. ORIOWALDO QUEDA

Dissertação apresentada ao Centro
Universitário de Araraquara, como parte das
exigências para obtenção do título de Mestre
em Desenvolvimento Regional e Meio
Ambiente.

ARARAQUARA – SP
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

P887i POSATI, Cristiana do Carmo

Turismo em Torrinha – SP: O que foi sem nunca ter sido/Cristiana do Carmo Posati. – Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2007

150 p.

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

Orientador: Oriowaldo Queda

1 Turismo. 2 Planejamento. 3 Planejamento Turístico.
4 Ecoturismo. I. Título.

CDU: 504.03

“ ... tudo vale a pena, se a alma não é pequena”
Fernando Pessoa.

À minha mãe por seu apoio incondicional em tudo que faço em minha vida,
minha principal incentivadora.

A toda minha família: pai, mãe, irmãos e cunhadas e sobrinha pelo carinho
apoio e incentivo.

Ao José por todo amor, compreensão e companheirismo.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS pelo dom da vida, sabedoria, paciência, sem os quais esta dissertação jamais seria produzida.

Agradeço ao meu querido orientador Prof. Dr. Oriowaldo Queda, que muito contribuiu com seus conhecimentos, paciência, dedicação durante toda essa jornada. Sem sua paciência e dedicação este trabalho teria sido impossível.

À minha madrinha Daura Ferraz de Pontes que permitiu que eu me ausentasse da agência para realizar mais essa etapa em minha vida. E a todos meus colegas de trabalho que me apoiaram e me incentivaram com um carinho maior, Aninha.

Aos meus amigos de longa data Alexandre e Edilaine Terminiello por apoio, incentivo, ajuda tecnológica e companhia durante as visitas à Torrinha – SP.

Aos meus irmãos Rodrigo e Rafael pela ajuda com tabelas, figuras e a paciência de formatar toda essa dissertação.

À amiga Selma Cury Agnelli pelo incentivo, contribuição com importantes dados, e principalmente a sua amizade.

À banca examinadora Dra. Odaléia T. M. M. Queiroz e Dra. Flavia C. Sossae pela gentileza de participarem dessa etapa da pesquisa e por suas preciosas contribuições para o enriquecimento desta dissertação.

A minha família e ao meu noivo José por todo carinho e compreensão durante toda essa pesquisa.

Muito obrigada a todos vocês!



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301.7100

www.uniara.com.br

BANCA DE DEFESA

Prof. Dra. Odaléia Telles Marcondes Machado de Queiroz
ESALQ-USP-Piracicaba

Prof. Dra. Flávia Cristina Sossae
UNIARA - Araraquara

Prof. Dr. Oriowaldo Queda
UNIARA - Araraquara



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301.7100

www.uniara.com.br

**DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

Candidato(a) : Cristiana do Carmo Posati

Área de Concentração: **Dinâmica Regional e Alternativas de
Sustentabilidade**

Linha de Pesquisa: **Gestão do Território**

Examinadores	CONCEITO
Prof. Dr. Oriowaldo Queda (Orientador(a))	Aprovado
Profa. Dra. Odaléia Telles Marcondes Machado de Queiroz	Aprovada
Profa. Dra. Flávia Cristina Sossae	Aprovada

Observações:

Araraquara, 14 de novembro de 2007

Prof. Dr. Oriowaldo Queda
Presidente



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301.7100

www.uniara.com.br

**PROVA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado em
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

Candidato(a) : Cristiana do Carmo Posati
Área de Concentração **Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade**
Linha de Pesquisa: **Gestão do Território**
Conceito: APROVADO
Examinador: *Oriowaldo Queda*
Prof. Dr. Oriowaldo Queda

Araraquara, 14 de novembro de 2007



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301.7100

www.uniara.com.br

**PROVA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

Candidato(a) : Cristiana do Carmo Posati

Área de Concentração **Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade**

Linha de Pesquisa: **Gestão do Território**

Conceito:

Aprovada

Examinador:

Odaléia

Profa. Dra. Odaléia Telles M. Machado de Queiroz

Araraquara, 14 de novembro de 2007



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301.7100

www.uniara.com.br

**PROVA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

Candidato(a) : Cristiana do Carmo Posati

Área de Concentração **Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade**

Linha de Pesquisa: **Gestão do Território**

Conceito: Aprovada

Examinador: Flávia
Profa. Dra. Flávia Cristina Sossae

Araraquara, 14 de novembro de 2007

RESUMO

O turismo tem sido considerado, de forma generalizada, como alternativa para promover o desenvolvimento em locais onde a economia é pouco dinâmica. Isto porque ele tende a promover a geração de renda e a criação de empregos estimulando a inclusão social.

Porém, o turismo tem sido considerado como gerador de problemas, ocasionando graves conseqüências para os locais e regiões onde ele tem sido implantado.

Neste trabalho, o planejamento turístico é considerado uma condição necessária para o desenvolvimento da atividade turística, pois a mesma consome o território com seus patrimônios (naturais e construídos). Enquanto é desenvolvida: provoca impactos positivos e negativos que precisam ser considerados para se obter um desenvolvimento de forma mais sustentável possível.

Esta dissertação analisa a concepção de planejamento adotada pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Torrinha – SP, que se orientou pelo pressuposto que “planejar é fazer plano”. Por não considerar todas as fases do planejamento (diagnóstico, política, plano, execução, avaliação e reformulação), o turismo em Torrinha – SP não foi além de um inventário de seus atrativos naturais e de eventos culturais. Em função disso, ele jamais foi implantado.

Palavras-chave: turismo, planejamento, planejamento turístico, ecoturismo.

ABSTRACT

The tourism has been considered, in a general way, as a good alternative to promote the development in places where the economy is little dynamic. This is so because it tends to promote the generation of income and the creation of jobs, stimulating therefore the social inclusion of persons.

However, the tourism has been also considered as generator of problems, causing serious consequences for the places and regions where it has been implemented.

In this work, the tourist planning is considered a necessary condition for the implantation of the tourist activity. This is because the tourism consumes the territory with its patrimonies (natural and constructed) while it is developed: resulting positive and negative impacts that need to be considered to acquire a development in the more possible sustainable form.

This dissertation analyzes the conception of planning adopted by the *Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Torrinha - SP*, to justify the implantation of tourist activities in this county. The presupposition that guided what was considered tourist planning, was "to plan is to make plans". By not considering all the phases of the planning (diagnostic, politics, plan, execution, evaluation and reformulation) the tourism in Torrinha - SP was not beyond an inventory of its natural attractions and cultural events. That is why it was never implemented.

Key words: tourism, planning, tourist planning, ecotourism.

SUMÁRIO

1.	Introdução	19
1.1	Justificativa	26
1.2	Problematização	29
1.3	Objetivos	32
1.4	Hipótese.....	32
2.	Referencial Teórico.....	33
2.1	Planejamento	33
2.2	Planejamento Turístico	40
2.3	Planejamento do Turismo do âmbito local	42
2.4	Políticas de Turismo no Brasil.....	44
2.5	Turismo Sustentável	55
2.6	O Turismo na natureza	57
3.	Materiais e Métodos.....	64
3.1	Levantamento e Revisão Bibliográfica.....	64
3.2	Entrevistas	64
3.3	Delimitação do Universo	65
3.4	Amostra	65
3.5	Levantamento Fotográfico	66
4.	O município de Torrinha	67
4.1	Localização e acesso.....	67
4.2	Área de Proteção Ambiental de Corumbataí	68
4.3	Origem do Nome.....	70
4.4	Geomorfologia e relevo.....	71
4.5	Hidrografia	73
4.6	Vegetação.....	75
4.7	Clima.....	76
4.8	Histórico.....	77
4.9	Economia Local	79
4.10	Atrativos Turísticos	81
5.	Análise dos Resultados	100
6.	Considerações Finais	129

7.	Referências Bibliográficas	133
8.	Bibliografia Consultada	137
9.	Anexos	140

LISTA DE SIGLAS

ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Rural
ACM – Asociación Chilena de Municipalidades
APA – Área de Preservação Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CNTUR – Conselho Nacional de Turismo
COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo
COMTUR – Conselho Municipal de Turismo (Torrinha – SP)
CONDETUR – Comitê de Desenvolvimento do Turismo da Região Centro Paulista
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arquitetônico Artístico e Turístico
DAC – Departamento de Aviação Civil
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo
IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística
IH – Instituto de Hospitalidade
LUPA – Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária – Estatísticas Agrícolas, Estado de São Paulo 1995/1996.
MTUR – Ministério do Turismo
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não-Governamental
PLANTUR – Plano Nacional de Turismo (1969)
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo (1994)
PNT – Plano Nacional de Turismo (2003)
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UCs – Unidade de Conservação
UNIP – Universidade Paulista
UPA – Unidade de Produção Agropecuária

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Propriedades rurais brasileiras com atividade turística.....	21
Tabela 2 –	Principais problemas causados pelo turismo.....	25
Tabela 3 –	Etapas do Planejamento.....	35
Tabela 4 –	Diferenças entre o Ecoturismo e o Turismo de Natureza	61
Tabela 5 –	Diferenças entre o Ecoturismo e o Turismo de Aventura.....	61
Tabela 6 –	Diferenças entre o Ecoturismo e o Turismo Rural	61
Tabela 7 –	Principais Culturas de Torrinha.....	79
Tabela 8 –	Atividades Econômicas no município de Torrinha - SP	81
Tabela 9 –	Calendário de Eventos de Torrinha - SP	99
Tabela 10 –	Infra-estrutura Turística de Torrinha em 2000	107
Tabela 11 –	Caracterização Sócio-Econômica.....	124
Tabela 12 –	Análise Sócio-Econômica	124
Tabela 13 –	Manifestações Populares.....	125
Tabela 14 –	Propostas para o Desenvolvimento Turístico	126

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Enfoque sistêmico do Planejamento.....	34
Figura 2 –	Esquema gráfico do processo de planejamento	39
Figura 3 –	Estrutura da política de Turismo	46
Figura 4 –	Estrutura do PNMT	53
Figura 5 –	Ilustração da localização de Torrinha – SP e suas principais vias de acesso.....	68
Figura 6 –	Ilustração do Zoneamento da APA Corumbataí.....	69
Figura 7 –	Vista da Pedra de Torrinha do alto do morro testemunho	70
Figura 8 –	Pedra de Torrinha	71
Figura 9 –	Vista Geral de uma cuesta.....	73
Figura 10 –	Vista do Vale dos Três Saltos e gerador de energia elétrica	74
Figura 11 –	Cachoeira do Paraíso	75
Figura 12 –	Figueira Branca, árvore típica da vegetação nativa	76
Figura 13 –	Cachoeira da Conceição.....	84
Figura 14 –	Primeira Cachoeira do Mira	85
Figura 15 –	Segunda Cachoeira do Mira	85
Figura 16 –	Cachoeira do Bissoli	86
Figura 17 –	Cachoeira do Eco	87
Figura 18 –	Gruta dos Escravos	88
Figura 19 –	Fazenda da Ponta, área para prática de vôo livre	89
Figura 20 –	Matriz de São José	90
Figura 21 –	Capela de São José do Paraíso	92
Figura 22 –	Artesanato local – tapeçaria	95
Figura 23 –	Fachada da Estação Ferroviária de Torrinha.....	96
Figura 24 –	Secretaria de Turismo de Torrinha	97
Figura 25 –	Carnaval 2007 – Torrinha	98
Figura 26 –	Mariona – boneco típico do carnaval de rua de Torrinha.....	98
Figura 27 –	Primeira Cachoeira do Mira	113
Figura 28 –	Segunda Cachoeira do Mira	113
Figura 29 –	Entrada da Cachoeira do Mira	114

Figura 30 – Placas na Cachoeira do Mira, colocadas pelo proprietário	114
Figura 31 – Placas na Cachoeira do Mira, colocadas pelo proprietário	115
Figura 32 – Vista das Cuestas – trilha das Cachoeiras do Bissoli	116
Figura 33 – Cachoeirinha – trilha das Cachoeiras do Bissoli	117
Figura 34 – Trilha das Cachoeiras do Bissoli.....	118
Figura 35 – Turista praticando cascaynding nas Cachoeiras do Bissoli	119
Figura 36 – Preparação para prática de cascaynding nas Cachoeiras do Bissoli.	120
Figura 37 – Local onde o Senhor Jacinto Bissoli recebia os turistas	121

1- INTRODUÇÃO

O turismo está sendo considerado, de forma generalizada, como alternativa para promover o desenvolvimento em locais onde, a economia é pouco dinâmica. Por envolver prestação de serviços, nas mais diversas áreas, ele é apontado como alternativa para locais onde a agricultura e a indústria não geram renda e não criam novos empregos.

Segundo Ruschmann (2004, p. 13), “o turismo já não é uma prerrogativa de alguns cidadãos privilegiados; sua existência é aceita e constitui parte integrante do estilo de vida para um número crescente de pessoas em todo mundo”. Em decorrência desse fato, a OMT (Organização Mundial do Turismo) prevê um grande crescimento da atividade neste início do século XXI (OMT, 2003, p. 17).

No Brasil, essa tendência não é diferente, pois, cada vez mais, as pessoas utilizam seu tempo livre para viajar e conhecer novos lugares, vivenciar outras culturas, ter contato com a natureza etc. Essa demanda, cada vez maior, de pessoas dispostas a conhecer novos lugares, tem incentivado o desenvolvimento do turismo em várias regiões do país. Isto porque o turismo é considerado uma das mais rápidas formas de gerar emprego e renda (COOPER, et al., 2002).

As possibilidades de geração de renda, na área do turismo, incentivam até os envolvidos em outras atividades econômicas, que também se defrontam com o baixo dinamismo da economia e, conseqüentemente, com baixo ganho, a também investir no turismo. Por exemplo, produtores rurais transformam suas propriedades em atrativos turísticos, pois segundo Schneider e Fialho (2000, p. 30) “o turismo rural é uma alternativa de emprego no meio rural”. E ainda complementam:

O turismo rural constitui uma atividade que une a exploração econômica a outras funções como a valorização do ambiente rural e da cultura local que, não raras vezes, são alguns de seus atrativos principais. Em uma conceituação mais ampla, pode-se afirmar que o turismo rural consiste de atividades de lazer realizadas nesse ambiente. Esse conceito genérico pode englobar modalidades como turismo ecológico, de aventura, cultural, de negócios, destinado para jovens, social, de saúde e turismo esportivo (SCHNEIDER e FIALHO, 2000, p. 31).

A Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR), assim conceitua turismo rural: “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (ABRATURR, 2007).

A mesma associação afirma que o turismo rural passa a ser vetor de profundos melhoramentos na estrutura sócio-econômica das populações rurais, contribuindo, inclusive, para a valorização da cultura regional e conservação ambiental.

O turismo no meio rural, como vetor de desenvolvimento, é ressaltado pelo jornalista Carlos Rydle (2000 apud DIAS, 2003), quando descreve o que vem ocorrendo no país:

o turismo no campo tem transformado fazendas decadentes em estabelecimentos turísticos como restaurantes e hotéis-fazenda. Em 1995, esses empreendimentos eram apenas 500 e no ano 2000, já alçavam o número de 4.000, gerando cinco mil novos empregos diretos. Somente no Estado de São Paulo, os pesqueiros, em 1995 eram 150, e no ano 2000 já chegavam a 1.500, com a abertura de 10.000 novos postos de trabalho. Empregos tradicionais, como peão de fazenda, bóia-fria e vaqueiro, desapareceram, e em seus lugares surgiram novos como: garçom, arrumadeira, balconista, motorista, pedreiro e empregados na piscicultura. Estimulado pelo turismo, há um ressurgimento do artesanato (RYDLE, 2000 apud DIAS, 2003, p. 15-16).

O artigo do jornalista traz informações que são complementadas a partir dos dados da ABRATURR, que contabiliza as propriedades rurais que desenvolvem atividades de turismo no Brasil.

Esses dados podem ser observados na Tabela 1:

Tabela 1 - Propriedades rurais brasileiras com atividade turística.

Região	Número de Propriedades	%
NORTE	176	3,62
NORDESTE	436	9,05
CENTRO OESTE	588	12,12
SUDESTE	2.706	55,78
SUL	942	19,41
TOTAL	4.851	100,0

Fonte: ABRATURR (2007).

Os dados da ABRATURR ainda revelam:

a) Quanto aos trabalhadores envolvidos com o turismo rural:

- 28% são de mão-de-obra exclusivamente familiar (a família do produtor rural);
- 69% são de mão-de-obra local (familiares de empregados da mesma propriedade e/ou de glebas vizinhas);
- 3% são trabalhadores contratados em outros centros;
- total de 67.200 profissionais entre empregados e patrões (média de 14 pessoas por gleba).

b) As principais atrações oferecidas são:

- gastronomia típica;
- água (rios, cachoeiras, lagos, piscinas, pesca e navegação);
- trilhas (campos, matas e montanhas);
- arquitetura histórica, folclore e música (talentos locais);
- lidas rurais (cavalgadas, manejo, ordenha, cultivo, colheita etc.);
- recreação, jogos e outros esportes;
- preservação e valorização da fauna e flora regionais;
- folclore, cantigas de rodas e folguedos típicos;
- temas de caráter religioso ou esotérico.

c) Quanto ao tipo da produção voltada ao turista, os dados revelam que:

- 37% produzem hortaliças, frutas e grãos;
- 58% lidam com animais de pequeno, médio ou grande portes;
- 29% possuem agroindústria artesanal (embutidos, queijos etc.);
- 75% comercializam artesanato local (próprio, de vizinhos ou típicos da região).

Portuguez (1999), ao analisar o agroturismo e o desenvolvimento regional, afirma que:

casou-se (em teoria) as discussões da autonomia, de municipalização e da ativação do senso de cidadania, numa tentativa de oferecer subsídios para os municípios do agroturismo reflitam sob novas óticas os seus projetos atuais de incentivo ao setor turístico, como uma das principais alavancas da promoção do “desenvolvimento” (PORTUGUEZ, 1999, p. 18).

O turismo é considerado uma atividade que traz benefícios significativos, gerando desenvolvimento, oportunidades de emprego e renda. Dentre vários autores que apontam os benefícios do turismo, pode-se citar Molina (1997 apud DIAS, 2003), que considera o turismo benéfico, pois a atividade:

- gera divisas que contribuem para cobrir o déficit na balança de pagamentos; grande parte dessas divisas destina-se ao pagamento das importações e, mais recentemente, a saldar parte dos compromissos financeiros contraídos com os banqueiros internacionais;
- cria empregos, o que permite incorporar à economia pessoas desempregadas, subempregados ou que acabam de ingressar no mercado de trabalho;
- o investimento necessário à criação de empregos é comparativamente inferior ao exigido por outros setores da economia;
- contribui para o desenvolvimento regional, fato significativo em países que se destacam pela concentração da atividade econômica, da renda e da riqueza;
- aproveita recursos renováveis, característica esta que será válida, no caso dos atrativos naturais, quando na exploração dos mesmos tenham sido incorporados critérios de conservação;

- contribui para o resgate e a conservação dos usos e costumes locais, de manifestações folclóricas, artesanais, etc.;
- em conjunto com outras atividades econômicas, pode atuar como força motora para impulsionar o desenvolvimento regional;
- nos países onde os deslocamentos do turismo interno são importantes, promove-se maior identificação entre as pessoas da mesma nacionalidade;
- favorece uma rápida distribuição geográfica da renda;
- tem um efeito multiplicador significativo no conjunto da economia nacional; recupera e conserva valores e fatos de caráter histórico (MOLINA, 1997 apud DIAS, 2003, p. 16).

Um outro aspecto positivo do turismo, ressaltado atualmente, é a questão da inclusão social: a atividade, ao levar desenvolvimento para as localidades, pode diminuir o “abismo social”, tão comum em nosso país. Um exemplo é a afirmação do Senhor Cláudio Taboada, Presidente da Bahiatur,¹ (2006):

O turismo como transformador social. É animador como a atividade vem transformando a pobreza, ao proporcionar emprego e renda para os povos e comunidades, aumentando as receitas estaduais e sobretudo, promovendo a Inclusão Social (TABOADA, 2006, p. V2).

Esses são apenas alguns aspectos positivos que o desenvolvimento do turismo pode trazer. Porém, há também os negativos. O seu desenvolvimento pode gerar problemas que, por sua vez, podem trazer graves conseqüências para qualquer localidade onde é praticado. Por isso, o planejamento da atividade turística é fundamental para promover o desenvolvimento com o mínimo de problemas possíveis.

Diante da importância do planejamento para o desenvolvimento do turismo, Dias (2003) afirma que:

o fluxo de turistas provoca alterações econômicas, sociais, culturais e ambientais, que se não forem bem planejadas podem tornar o turismo um grande problema para as comunidades receptoras, provocando a destruição de modos de vida tradicionais e de regiões ecologicamente preservadas (DIAS, 2003, p. 16).

¹ Bahiatur – Secretaria Estadual de Turismo do Estado da Bahia. Estado que tem parte de sua economia baseada na atividade turística.

A atividade turística possui características peculiares, algumas delas são marcantes, como por exemplo, o consumo do território onde ela é desenvolvida. Essa característica sugere que a atividade deve ser planejada, pois o território abriga patrimônios naturais e culturais que devem ser protegidos e preservados. Esse consumo de território pode ocasionar alguns problemas, os quais são considerados como aspectos negativos do desenvolvimento da atividade turística, e que repercutem nas áreas econômica, social, cultural e ambiental.

Os principais problemas que o desenvolvimento do turismo pode provocar, nas localidades onde ele é praticado, são apresentados em forma esquemática na Tabela 2:

Tabela 2 - Principais problemas causados pelo turismo.

Problemas causados pelo turismo	
Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> - sazonalidade: um dos principais problemas para áreas que optam pelo turismo como atividade central, pois o fluxo de turistas está condicionado ao clima, período de férias escolares, feriados prolongados; - desarticulação das atividades tradicionais; - transformação na estrutura do trabalho; etc.
Sócios - Culturais	<ul style="list-style-type: none"> - ressentimento local resultante do choque de culturas: a desigualdade cultural e econômica entre turistas e residentes, como as diferenças do padrão de vida e consumo; - transformação da estrutura social de trabalho: as novas oportunidades de trabalho geradas pelo turismo, na maioria das vezes, não são as mais adequadas para essa população; - saturação da infra-estrutura: a concentração de turistas aumenta a irritabilidade e a rejeição da população, pois passa a dividir com eles a infra-estrutura do município. - modificação nos padrões de consumo; - excesso de padronização etc. - artesanato: pode perder o significado cultural, tornando-se apenas mercadorias com valor comercial; - perda dos hábitos e costumes: assimilação dos hábitos dos visitantes, que pode transformar o modo de vida local; - outros.
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> - degradação dos recursos naturais: devido a uma maior concentração de pessoas em um determinado local, os recursos naturais são utilizados de maneira excessiva, podendo causar escassez. Dentre os recursos, a água é a de maior importância e vulnerabilidade; - poluição: o turismo pode causar os mesmos problemas que qualquer indústria: barulho, lixo, resíduos sólidos etc. - impactos físicos: os atrativos turísticos, muitas vezes, são naturais, a visitação pode causar alterações nesse ecossistema e problemas sérios como: perda da biodiversidade, erosão, etc.

Fonte: Adaptado de Dias (2003, p.28-30).

Diante dos benefícios e problemas que o turismo pode causar, o seu planejamento torna-se necessário para que produza o maior número de benefícios e

o menor número de problemas para a localidade em todos os aspectos (econômico, social, cultural e ambiental).

Este trabalho analisa o processo de planejamento do turismo, elaborado pelo município de Torrinha – SP, a partir do ano 2000.

1.1 – Justificativa

A decisão de desenvolver o turismo, ou ampliar seu desenvolvimento em uma comunidade, região ou país deve ser estudado, com muito cuidado. Os benefícios sócio-econômicos do turismo são numerosos. O desenvolvimento do setor é atraente, como já foi citado por Molina (1997 apud DIAS, 2003) e cresce ano a ano.

Segundo a OMT (2003, p. 17) “(...) até 2020 haverá cerca de 1,6 bilhões de pessoas viajando pelo mundo e essas viagens gerarão cerca de dois trilhões de dólares”.

Essas projeções são animadoras, entretanto, quanto à importância do turismo como fator de desenvolvimento, Goeldner et al. (2002) fazem ressalva:

muitos defensores consideram o turismo como uma panacéia para resolver os problemas de desenvolvimento de uma região. Essa visão não é realista, pois os benefícios podem ser acompanhados por conseqüências prejudiciais. Analisando as vantagens e desvantagens, demonstrou-se porque é necessário um planejamento minucioso (GOELDNER et al., 2002, p. 338).

Segundo Cooper et al. (2002), o turismo, além de promover a geração de emprego e renda:

é um meio muito eficaz de distribuir renda entre áreas diferentes de uma economia nacional. Isto ocorre porque ele tende a acontecer nas áreas pitorescas menos populosas, onde há poucas indústrias manufatureiras. Portanto, o turismo oferece uma oportunidade para criar emprego e renda, em áreas com fontes alternativas limitadas (COOPER et al. 2002, p. 235).

No Brasil, essa tendência de considerar o turismo como gerador de emprego e renda, fator de desenvolvimento regional e local, não é diferente de outros lugares. Prova disto foi a criação do inédito Ministério do Turismo (MTUR) em 2003. É

composto pela Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo e Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), Fóruns Estaduais de Turismo e Fórum de Secretários Estaduais de Turismo.

Dentre as ações do MTUR, destaca-se o Plano Nacional de Turismo (PNT). Trata-se de uma política pública que trace objetivo e metas para o turismo e é conduzida por uma gestão participativa com ampla discussão em todas as regiões brasileiras, com todos os segmentos representativos no país e que possui, como principal objetivo, desenvolver o turismo no país de forma sustentável e com qualidade, tanto para os brasileiros quanto para os estrangeiros. O PNT prevê as seguintes metas pretendidas até o final de 2007:

- “Aumentar de 3,8 milhões (2002) para nove milhões o número de turistas estrangeiros por ano no Brasil”;
- Expandir a geração de divisas de US\$ 1,998 bilhão (2002) para US\$ 8 bilhões;
- Aumentar de 33 milhões (2002) para 65 milhões de desembarques anuais de vôos domésticos;
- Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três novos produtos de qualidade em cada unidade da Federação;
- “Gerar 1,2 milhões de novos empregos e ocupações no período” (MTUR, 2006) ²

Além dessas metas, o MTUR afirma ter havido crescimento no número de empregos e ocupações gerados pela atividade turística, os quais obedecem a uma sazonalidade característica do setor turístico:

Os empregos com carteiras assinadas em atividades ligadas ao turismo aumentaram em 100.929 em 2004, ou seja, passaram de 1,724 milhões em 2003 para 1,825 milhões em 2004, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Estudos indicam que para cada um (um) emprego formal existem 1,7 empregos informais no setor do turismo, o que permite afirmar que foram gerados 270 mil empregos apenas no ano de 2004. Isso significa que, de cada 100 empregos de carteira assinada no Brasil, 5,8 estão ligados ao turismo. Somente a rede hoteleira deve gerar 227.962 empregos diretos e indiretos de 2005 a 2008, quando grupos internacionais e nacionais investirão

² Promoção do Destino Brasil – Três anos de Estruturação do Turismo Brasileiro – Ministério do Turismo, 2006. Trata-se de vários dados impressos que foram distribuídos durante o Fórum Panrotas, 2006, pelo MTUR.

R\$ 3,4 bilhões em 134 empreendimentos de médio e grande porte que vão acrescentar 25 mil unidades habitacionais em todas as regiões do país (MTUR, 2006).

Os números apresentados acima são dados oficiais do Ministério do Turismo, e são por si só, uma justificativa de como o turismo poderá trazer desenvolvimento para as localidades, gerando emprego, renda e inclusão social.

Apesar dos números apresentados pelo MTUR serem animadores³, o desenvolvimento da atividade turística em qualquer localidade requer todo um cuidadoso processo de planejamento para a atividade, confirmando a sua grande importância.

Considerado uma atividade econômica, o turismo pode proporcionar condições para o desenvolvimento de localidades que o praticam, como afirmaram os autores citados acima. Por esse motivo, o seu planejamento, de forma adequada e abrangente é algo de grande relevância para que a atividade tenha êxito.

Segundo a OMT (2003, p. 25), “o planejamento ocorre em vários níveis, do macro nível, mais geral, ao local, mais detalhado”. Os níveis de planejamento adotados pela OMT (2003) são: internacional, nacional, regional e local.

Neste estudo é abordado apenas o planejamento local, pois o objeto de estudo é o município de Torrinha, localizado na região central do Estado de São Paulo.

O planejamento do turismo no âmbito local, segundo a Organização Mundial do Turismo, (2003):

(..) tem por objetivo trazer benefícios socioeconômicos para a sociedade, sem deixar de manter a sustentabilidade do setor turístico através da proteção à natureza e à cultura local. É elaborado dentro de uma estrutura de tempo e deve empregar uma abordagem flexível, abrangente, integrada, ambiental e sustentável, implementável e baseada na comunidade. A abordagem de planejamento estratégico é, às vezes, aplicável. Todos os componentes do turismo precisam ser considerados no planejamento: atrativos e atividades turísticas, hospedagem, outras instalações e serviços turísticos, transportes, infra-estrutura e elementos institucionais (OMT, 2003, p. 40).

³ Metas tão ousadas, como as apresentadas acima, sugerem que o PNT não passará de mais um “plano” elaborado sem os devidos cuidados. Quem viver, verá!.

O processo de planejamento do turismo, no município de Torrinha – SP foi iniciado pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR, 2000), formado a partir de uma ONG, denominada, “Amigos de Torrinha”. Este grupo procurava alternativas para promover desenvolvimento do município. O COMTUR de Torrinha, assim como o de outras regiões, a procurava fortalecer a economia local por meio do desenvolvimento da atividade turística, uma vez que o município é dotado de recursos paisagísticos naturais em abundância (cachoeiras, grutas, local para a prática de vôo livre, além da pedra que dá nome ao município). A elaboração de um documento, denominado “Levantamento Inicial para a Elaboração do Plano Diretor de Turismo do município de Torrinha – SP” foi considerado como o ponto de partida do processo de planejamento do turismo local.

É importante analisar este documento, pois é o ponto de partida para se entender a tentativa de implantar o turismo no município de Torrinha. Quais os motivos que levaram a sua elaboração e por que não foi implantado, compreender o processo de planejamento que o município tentou realizar, por meio deste documento que foi considerado como planejamento do turismo local é fundamental, justificando-se, plenamente, a elaboração desta dissertação.

1.2 – Problematização

À primeira vista, a iniciativa de propor o desenvolvimento do turismo, dada à existência de recursos paisagísticos naturais em abundância e em menor grau eventos e festas religiosas, poderia ser considerada correta.

Por que desenvolver atividades turísticas em Torrinha – SP?

Uma resposta abrangente e geral, e que tem sido dada por muitos órgãos municipais, inclusive o de Torrinha, encontra-se no documento elaborado pelo COMTUR (2000):

O município de Torrinha possui aproximadamente 80 quilômetros de *cuestas* basálticas o que favorece o aparecimento de paisagens belíssimas, repletas de paredões com até 100 metros de altura, algumas cavernas, belos exemplares de matas de galeria e de encostas – ainda primárias, e fantásticas cachoeiras tornando o município potencialmente turístico. O turismo é a indústria que mais cresce no mundo e a sua utilização como forma de desenvolvimento econômico encontra inúmeros exemplos bem sucedidos em várias localidades do Brasil e do mundo. No entanto, essa

atividade requer um planejamento detalhado além do envolvimento efetivo de toda a comunidade local, principalmente quando a atividade está baseada na exploração do ambiente natural (COMTUR, 2000, p. 3).

Mas a implantação de atividades turísticas pressupõe (ou melhor, exige) o planejamento, em especial a elaboração de um diagnóstico, que contemple a realidade do município, destacando os fatores que possam inviabilizar o processo. No caso de Torrinha, alguns desses fatores não foram considerados, tais como:

- Os atrativos turísticos, na sua maioria, são atrativos naturais que se encontram em propriedades privadas e, devido ao tipo de relevo do município, os mesmos se localizam em Áreas de Preservação Permanente (APPs).

- A questão da propriedade privada bem como das Áreas de Preservação Permanente geram conflitos de interesses entre os órgãos governamentais, as empresas que trabalham com o turismo, os proprietários rurais, a população local e os turistas. Além disso, esses atrativos naturais (cachoeiras, *canyons*, cavernas, a pedra de Torrinha, paredões), além das festas religiosas (Bolo de São José, Semana Santa, Corpus Christi, Natal, Festa na Capela São José do Paraíso, Celebração do Cio da Terra, e outras) e eventos (Carnaval, Festa do Peão Boiadeiro) não se diferenciam de outros atrativos encontrados nos municípios vizinhos da região (Brotas, Analândia, São Pedro).

A análise do planejamento do turismo em Torrinha – SP baseou-se em dois documentos:

1. Levantamento Inicial para a Elaboração do Plano Diretor de Turismo do município de Torrinha – SP (2000);
2. Plano de Desenvolvimento Turístico de Torrinha – SP (2004).

Muito embora estivessem voltados para a questão do planejamento turístico do município, os documentos citados tiveram um caráter institucional (documento de 2000) e acadêmico (documento de 2004), como assinalado abaixo:

- a) Levantamento Inicial para a Elaboração de Plano Diretor de Turismo do município de Torrinha – SP, que foi aceito como sendo o planejamento de

turismo para o município, elaborado em 2000, pelo COMTUR do município de Torrinha. Com a colaboração do Sr. Clever Chinaglia de Expedito, professor do curso de Turismo do Senac de São Carlos – SP. Na época da elaboração desse documento, não havia ainda a Secretaria de Turismo no município, mas apenas o COMTUR, originado a partir da já mencionada ONG Amigos de Torrinha. Esse documento possui 11 capítulos e está dividido em: Introdução, Diagnóstico, Inventário Turístico, História, Eventos Religiosos, Artesanato e Cultura Popular, Educação Ambiental, Atrativos Naturais, Turismo Rural e Agriturismo, Normas e Considerações finais, num total de 68 páginas.

- b) Plano de Desenvolvimento Turístico de Torrinha – SP, 2004. Este documento foi elaborado pelos alunos do curso de Turismo da Universidade Paulista (UNIP) de Campinas – SP. Trata-se de um trabalho acadêmico sem vínculo com a Secretaria de Turismo de Torrinha. Esse documento faz uma análise do município e propõe alguns projetos que poderiam ser realizados pelo município a fim de criar um fluxo turístico. Ele está dividido em 7 capítulos a seguir: Caracterização Geral do Município, Análise do município, análise dos questionários aplicados a população Local, Diagnóstico Turístico, Propostas de Desenvolvimento Turístico, Projetos Especiais, Considerações Finais, , num total de 344 páginas.

O planejamento do turismo no município de Torrinha – SP deu-se a partir do documento elaborado em 2000, pelo COMTUR que o considera como “planejamento turístico” do município de fato. Já o documento elaborado em 2004 pelos alunos do Curso de Turismo da UNIP – Campinas trata-se de um trabalho de conclusão de curso, com cópia entregue a Secretaria Municipal de Esportes e Turismo, como forma de colaborar com o turismo no município.

Os dois documentos possuem uma concepção sobre o significado do processo de planejamento, considerando que “fazer planos, é planejar”. Essa concepção foi analisada na tentativa de explicar as dificuldades, no que diz respeito à implantação do turismo em Torrinha.

Os documentos, acima referidos, foram considerados diagnósticos. Porém na realidade, são inventários turísticos do município e apontam para o turismo de aventura como o adequado ao local.

1.3 – Objetivos

Este estudo tem como objetivo analisar a concepção de planejamento do turismo local adotada nos referidos documentos, os quais tiveram a pretensão de realizar um diagnóstico sobre os atrativos turísticos naturais existentes em Torrinha - SP, bem como a oportunidade de implantação de atividade turística neste município.

Mas especificadamente, analisou-se o planejamento do turismo em Torrinha – SP, a partir dos documentos:

- a) Levantamento Inicial para a Elaboração do “Plano Diretor” de turismo do município de Torrinha, publicado em agosto de 2000.
- b) Plano de Desenvolvimento Turístico de Torrinha - SP, (2004).

1.4 – Hipóteses

O que foi concebido como planejamento turístico para o município de Torrinha, SP. Pois este não foi além de um inventário dos recursos paisagísticos naturais.

A ausência de planejamento turístico local foi um dos fatores que impossibilitou a exploração dos recursos paisagísticos naturais (cachoeiras, cavernas, *canyons*, paredões) e dos atrativos culturais (eventos, festas religiosas e construções históricas), tidos como característicos do município de Torrinha, não se diferenciam de outros existentes em municípios da região, de modo que não constitui atributos suficientes para o desenvolvimento do turismo no município, em especial, o turismo de aventura.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – Planejamento

O planejamento é considerado fundamental para as diversas áreas que envolvam atividades humanas (setores econômicos, sociais, ambientais, etc.), de modo a obter os melhores resultados e minimizar impactos negativos. Com o turismo, isso não é diferente.

O planejamento, apesar de suas inúmeras definições está presente na vida cotidiana, de maneira até simples, pois as pessoas estão cercadas de ações planejadas. Por exemplo, no início de mais um dia de trabalho, os compromissos do dia são lembrados, utilizando os mecanismos de planejamento, mesmo que sejam inconscientes. As diversas definições de planejamento auxiliam na reflexão e na importância de seu estudo.

Alguns conceitos de planejamento são a seguir apresentados:

Para Bromley (1982 apud DIAS, 2003):

O planejamento busca definir e alcançar objetivos para o futuro, de tal maneira que as transformações que ocorram nas sociedades humanas não sejam determinadas por circunstâncias fortuitas ou externas, mas como resultado de decisões e propósitos gerados por um conjunto de pessoas determinadas (BROMLEY 1982 apud DIAS 2003, p. 87).

Petrocchi (1998, p.19) conceitua planejamento “como a definição de um futuro desejado e de todas as providencias necessárias à sua materialização”.

Ele ainda afirma que planejar é:

- Pré determinar um curso de ação para o futuro;
- Um conjunto de decisões interdependentes;
- Um processo contínuo que visa produzir um estado futuro desejado, que somente acontecerá se determinadas ações forem executadas;
- A atitude anterior à tomada de decisão.

O conceito de Petrocchi, que considera o planejamento como um processo interdependente, pode ser visualizado de forma esquemática na Figura 1.

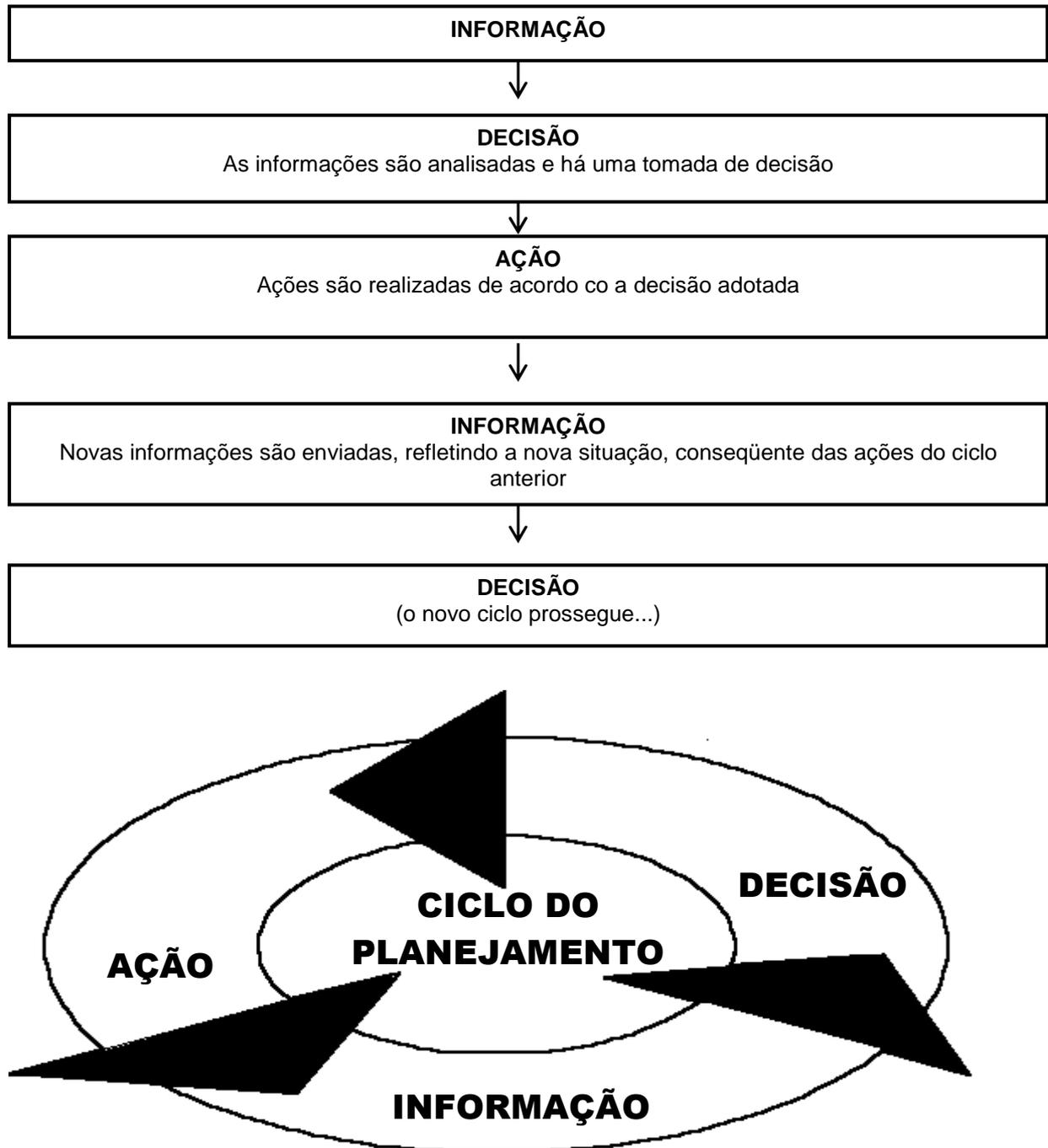


Figura 1: Enfoque sistêmico do Planejamento.

Fonte: Petrocchi (1998, p. 19).

O mesmo autor complementa que o processo de planejamento, além de ser sistêmico, envolve etapas que devem ser observadas para o sucesso do planejamento.

A Tabela 3, ilustra as etapas e ações do processo de planejamento:

Tabela 3: Etapas do Planejamento.

ETAPAS DO PLANEJAMENTO		
ITEM	ETAPA	AÇÕES
1	Análise macro ambiental	- conhecer o entorno à organização, o mercado e a situação interna
2	Elaboração de diagnóstico	- sumário que reflete os levantamentos da análise macro ambiental
3	Definir os objetivos	- o que se quer atingir
4	Determinar as prioridades	- o que é mais importante; - em que ordem
5	Identificar os obstáculos, as dificuldades	- listar quais são; - sua intensidade; - influência sobre os resultados
6	Criar os meios, os mecanismos	- visam minimizar obstáculos - Analisar e escolher alternativas
7	Dimensionar os recursos necessários	- quantificar os recursos; - em que ordem de necessidade
8	Estabelecer responsabilidades	- especificar volumes, padrões, fluxos, áreas críticas, etc.
9	Projetar cronograma	- definir prazos de execução, volumes de produção, custos, parâmetros, etc.
10	Estabelecer pontos de controle	- escolher áreas-chave; - estabelecer critérios

Fonte: Petrocchi (1998, p. 51).

Para Barreto (2002):

o planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um dever, um acontecer de muitos fatores concomitantes, que tem de ser coordenados para se alcançar um objetivo que esta em outro tempo. Sendo um processo dinâmico, é lícita a permanente revisão, a correção de rumos, pois exige um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos (BARRETO, 2002, p. 12).

Ribeiro(1988) e Miglioli(1982 apud DIAS, 2003) destacam que o planejamento possui algumas características peculiares:

- a) em relação ao tempo, a ação do planejamento se volta, sempre, para o futuro. O presente e o passado devem ser considerados como pontos de referência;
- b) tem como objetivo orientar a transformação da realidade presente, em rumos predeterminados;
- c) as necessidades e os problemas são o fato gerador do planejamento; quanto maior o número ou a seriedade dos problemas, mais necessários se torna o planejamento;
- d) implica a existência de um sujeito ou agente do planejamento;
- e) as informações, ou dados, são fundamentais para se elaborar o planejamento;
- f) os instrumentos do planejamento são os planos, programas e projetos;
- g) implica a escolha de caminhos ou ações diversas;
- h) a ação a serem empreendidas para atingir o objetivo proposto tem uma seqüência lógica e são realizadas de modo organizado (RIBEIRO, 1998 e MIGLIOLI, 1982 apud DIAS, 2003, p. 90).

Deste modo, o planejamento é definido de várias maneiras, porém, todas as definições nos remetem a organização do futuro. E há interdependência entre os fatores que compõem o processo de planejamento. É um sistema com componentes que são dependentes entre si.

Para Szmrecsányi (1979):

o planejamento é, ou pelo menos deveria ser, um processo de intervenção racional na realidade sócio-econômica. Esse processo, evidentemente, não se limita apenas à formulação de planos e programas de desenvolvimento. Trata-se de uma intervenção gradativa, que compreende vários estágios interdependentes, e na qual os planos e programas, embora sejam indispensáveis, constituem simples documentos de referencia. É verdade que não pode haver planejamento sem planos e programas, mas a simples existência destes não dá necessariamente origem ao mesmo (SZMRECSÁNYI, 1979, p.12)

O mesmo autor define os seguintes estágios no processo de planejamento:

- a) Diagnóstico da evolução do complexo sócio-econômico (sistema, setor, ou região) que se pretende influenciar (isto é, modificar ou consolidar) através do planejamento;
 - b) Formulação de uma política de desenvolvimento para o complexo;
 - c) Elaboração do plano, propriamente dita;
 - d) Execução do Plano;
 - e) Avaliação periódica dos resultados obtidos e,
 - f) Progressiva reformulação do diagnóstico, da política de desenvolvimento, dos objetivos e dos instrumentos do plano.
- (SZMRECSÁNYI, 1979, p.12)

Os seis estágios acima definidos pelo autor, são interdependentes, de modo que:

o planejamento é um processo dinâmico e até certo ponto circular. A passagem de um estágio para outro nem sempre é contínua, havendo freqüentes refluxos (*feedbacks*) de informações e de decisões durante o processo. Quando realmente funciona, o planejamento constitui um processo iterativo (SZMRECSÁNYI, 1979, p.12).

Os seis estágios do planejamento são importantes e devem ser considerados e são complementares entre si. Porém, o diagnóstico é a base do planejamento, é o pilar fundamental de todo o processo de planejamento: “pois não há como planejar aquilo que não conhece” (SZMRECSÁNYI, 1979).

O diagnóstico necessita de uma pesquisa cuidadosa, e não é necessariamente, obrigatória uma investigação direta e de estudos fundamentais.

Na maioria das vezes, é apenas utilizar, da melhor maneira possível, os dados e informações existentes (publicados ou não). O importante é que os resultados possibilitem fazer projeções das tendências históricas, sem considerar as intervenções que serão resultantes do plano a ser elaborado.

Após o diagnóstico, o estágio seguinte é a formulação da política de desenvolvimento para o complexo sócio-econômico, cujo futuro se pretende planejar. Esta política não deve apenas contemplar os aspectos econômicos, mas também as transformações estruturais que serão capazes de promover os benefícios para toda sociedade, o que garantiriam a sua continuidade.

Durante a elaboração da política, é importante administrar os conflitos existentes no local, onde o processo de planejamento está sendo implementado.

Segundo Szmrecsányi (1979):

essa política deve orientar-se, não apenas para o crescimento da economia, mas também, e principalmente, para a indicação de transformações estruturais, capazes de propiciar uma maior participação de toda a sociedade nos frutos desse crescimento, a fim de garantir a sua continuidade através do tempo (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 15).

Para se elaborar o plano, propriamente dito, é necessária a escolha de objetivos e instrumentos, considerando as conclusões do diagnóstico e os princípios contidos na política de desenvolvimento. Assim, é possível listar os objetivos para a evolução futura. Esses objetivos serão transformados em metas e prioridades, porém, é necessário promover a discussão dos mesmos com os órgãos encarregados da execução do plano, como também com a comunidade envolvida no processo. Esse estágio é um dos mais delicados e requer atenção dos planejadores, pois, se os objetivos propostos não atendem os anseios da maioria da população, a execução do plano tende a tornar-se inviável. Após a definição dos objetivos, é necessário determinar quais serão os instrumentos que serão usados para a realização do plano.

O estágio seguinte é a execução do plano, ou seja, colocá-lo em prática e testar a viabilidade do plano. Entretanto, se o plano fica apenas no papel ou é engavetado, o processo de planejamento é interrompido. Ele também é interrompido quando não há uma avaliação periódica dos resultados da execução dos planos e

programas. A avaliação é necessária e fundamental, pois, é a partir dela que os reajustes necessários podem ser definidos.

Para Szmrecsáyi (1979, p.19): “o processo de planejamento só assume uma forma concreta e definitiva quando ele traduz uma sucessão de planos através do tempo”.

O autor em referência considera o processo de planejamento como um sistema iterativo, onde elementos que compõem os seis estágios são interdependentes e correlacionados.

A representação gráfica desses seis estágios, do processo de planejamento e de suas inter-relações funcionais, pode ser observada na Figura 2, abaixo:

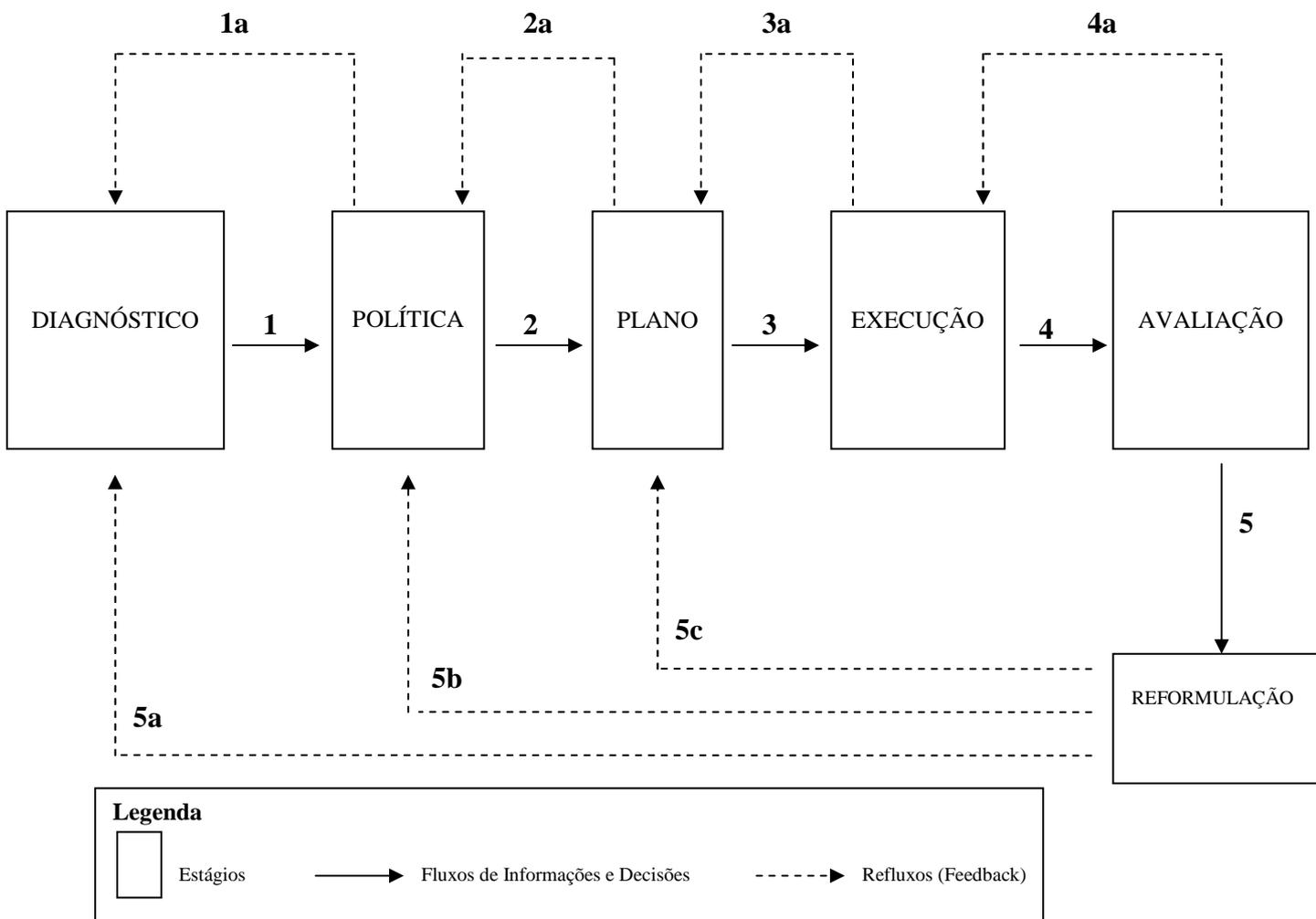


Figura 2: Esquema gráfico do processo de planejamento.

Fonte: Szmrecsányi (1979, p. 14).

2.2 – Planejamento Turístico

O planejamento do turismo, além das características básicas de qualquer processo de planejamento, possui algumas peculiaridades: o turismo necessita de infra-estrutura básica (estradas, abastecimento de água, energia elétrica etc.) que é comum à população local, e infra-estrutura turística (meios de hospedagem, atrativos turísticos, setor de alimentação, entretenimento etc.) que precisam existir ou serem criados para que o produto turístico possa se desenvolver. E, como esse produto é criado ao mesmo tempo em que é consumido, o planejamento se torna imprescindível para, efetivamente, beneficiar empresas, núcleos receptores, turistas e comunidades locais (RUSCHMANN & WIDMER, 2004).

As mesmas autoras apontam para a importância e a necessidade do planejamento turístico:

é necessário planejar a estruturação dos serviços e equipamentos oferecidos, prever as necessidades e desejos do turista, estudar a capacidade de carga turística (*carrying capacity*) de recursos e/ou localidades, integrar a população local à nova realidade, antever as necessidades de preservação ambiental e exercê-la, determinar estratégias de treinamento de pessoal, estimar lucros e despesas, observar a adequação de todos esses procedimentos às leis vigentes, etc. Só depois de todas essas atividades de pré-planejamento é que se constitui o verdadeiro planejamento requerido para o bom desempenho da atividade turística (RUSCHMANN & WIDMER, 2004, p. 71).

Assim como o conceito de planejamento, o conceito de planejamento turístico é amplo e entendido de diversas formas por vários autores, mas todos concordam que o planejamento deve ser utilizado para promover o desenvolvimento do turismo sustentável. A sua relevância para a área turística está no fato da disciplina Planejamento Turístico estar presente em todos os cursos de graduação em Turismo do país.

Alguns dos principais conceitos do planejamento turístico e seus respectivos autores são apresentados a seguir:

A OMT (2003) define que o planejamento turístico:

tem por objetivo trazer determinados benefícios sócio-econômicos para a sociedade, sem deixar de manter a sustentabilidade do setor turístico através da proteção à natureza e à cultura local. É elaborado dentro de uma estrutura de tempo e deve empregar uma abordagem flexível, abrangente, integrada,

ambiental e sustentável, implementável e baseada na comunidade. A abordagem de planejamento estratégico é, às vezes, aplicável. Todos os componentes do turismo precisam ser considerados no planejamento: atrativos e atividades turísticas, hospedagem, outras instalações e serviços turísticos, transportes, infra-estrutura e elementos institucionais (OMT, 2003, p. 40).

Beni (2000, p.164) define que o planejamento turístico subtende “um conceito fundamental: é um sistema inter-relacionado de fatores de oferta e demanda”. O autor considera como demanda, o mercado turístico de uma forma geral, que vai utilizar os serviços, de atrativos etc. E como fatores de oferta, consideram os atrativos característicos das localidades, além dos equipamentos e serviços turísticos de uma maneira geral, que são chamados de produto turístico.

O mesmo autor complementa que o planejamento turístico é “um sistema integrado, que exige planos de longo prazo e projetos estratégicos”. E esse sistema é composto das seguintes etapas (BENI, 2000, p. 164):

- a) determinação dos objetivos;
- b) inventário de todos os recursos turísticos naturais e culturais (com destaque para seus respectivos diferenciais);
- c) análise e síntese da situação encontrada;
- d) formulação de da política e do plano de turismo e também recomendações de viabilidade; e
- e) implementação e controle de gestão do processo total.

O planejamento turístico, segundo Ruschmann (2004):

visando a integração de seus fatores de desenvolvimento, surgiu como conseqüência e reação aos planos excessivamente voltados para os aspectos específicos como o econômico e o físico. O reconhecimento da amplitude do fenômeno e a abrangência dos fatores, além do caráter interdisciplinar e convergente da atividade, tornaram imprescindível o planejamento integrado nas localidades receptoras. Ele tem por objetivo o desenvolvimento coerente dos elementos físicos., econômicos, sociais, culturais, técnicos e ambientais, para satisfação de turistas e empresários, e deve, necessariamente, estar inserido em uma política global, empreendida pelo governo (RUSCHMANN, 2004, p. 100).

Dias (2003) afirma que o planejamento do turismo:

pode e deve converter-se em importante ferramenta para alcançar a sustentabilidade econômica, sócio cultural e ambiental dos espaços locais, em particular de uma região e do país todo. Deve apresentar um caráter integral, não setorial, e com base nos critérios gerais do desenvolvimento sustentável (DIAS, 2003, p. 154).

Goeldner et al. (2002) afirmam que o planejamento turístico é importante para que o desenvolvimento da atividade turística possa:

1. Proporcionar uma estrutura para elevar o padrão de vida das pessoas através dos benefícios econômicos do turismo;
2. Desenvolver uma infra-estrutura e fornecer instalações de recreação para visitantes e residentes;
3. Garantir tipos de desenvolvimento dentro dos centros de visitantes e *resorts*, que sejam apropriados para os propósitos da área em questão;
4. Estabelecer um programa de desenvolvimento coerente com as filosofias cultural, social e econômica do governo e do povo da área ou país anfitrião;
5. Otimizar a satisfação de visitantes. (GOELDNER et al. 2002, p. 341).

Os autores citados concordam com a importância e a necessidade do planejamento turístico para todas as localidades onde a atividade é desenvolvida. Eles concordam também que há uma interdependência de fatores e que cada localidade possui suas características e atrativos próprios. A partir da importância das características locais, o planejamento deve ser único para um determinado local e para o tipo de atividade turística pretendida. E principalmente para desenvolver o turismo sustentável.

2.3 – Planejamento do Turismo no âmbito local

Como já foi citado, o turismo é uma atividade econômica que, anualmente, mobiliza milhões de pessoas em todo mundo. E como atividade econômica, as localidades que o desenvolvem arcam com os custos e recebem os benefícios e os

problemas provocados por esta atividade (Dias, 2003). Por isso, seu planejamento é de grande importância no âmbito local. E, segundo Dias (2003), o planejamento local do turismo deve:

estar relacionado com os planos estaduais e nacionais de desenvolvimento turístico, numa estratégia integrada e complementar, em que se estabeleçam com clareza as responsabilidades de cada órgão do aparelho estatal nos três níveis de organização do Estado – Federal, Estadual e Municipal (DIAS, 2003, p. 154).

O Manual de Municipalização do Turismo (1998) indica que “apesar de poderem ser preparados planos locais independentes, é essencial que estes se encaixem dentro do contexto dos planos nacionais e regionais” (EMBRATUR, 1998, p. 50).

Dias (2003) ainda afirma que a vinculação do local e do global é claramente percebida no turismo, pois os impactos sejam eles positivos ou negativos ocorrem no âmbito local, onde estão os atrativos que estão sob a administração do local (DIAS, 2003, p. 153). E do ponto de vista econômico é no local que o turista gasta seu dinheiro, o que faz movimentar diversos setores da economia da localidade. Por isso, é tão importante a participação dos gestores do município como o orientador da atividade turística local, promovendo uma interação entre os setores da sociedade envolvidos na atividade (empresários, proprietários dos atrativos, sociedade, etc), também é necessária uma política de turismo local, resultando num plano para o desenvolvimento turístico do município, ou seja, o planejamento da atividade.

O planejamento do turismo deve converter-se em uma importante ferramenta para promover a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental das localidades e de acordo com Dias (2003) o planejamento deve ser de forma integral e com os princípios do desenvolvimento sustentável; os planos devem organizar a atividade turística num contexto espacial, social e econômico, de forma que beneficie a comunidade e não apenas os envolvidos com a atividade turística; deve ser mais realista possível, para que se atinjam os objetivos propostos (DIAS, 2003, p. 154).

A Asociación Chilena de Municipalidades (ACM, 1997 apud DIAS 2003) afirma que o papel de coordenação, articulação do poder público local deve ser exercido por meio das seguintes funções:

- monitorar permanentemente a atividade turística através da medição dos fluxos turísticos recebidos, e controle da qualidade dos bens e serviços oferecidos;
- velar pela utilização racional do meio ambiente natural e cultural existente no município, através do monitoramento permanente do estado em que se encontram os atrativos turísticos naturais e culturais;
- promover o município em seu conjunto em diferentes mercados preestabelecidos estrategicamente (nacional, regional);
- incentivar a associação entre os empresários turísticos e outros comerciantes locais. Incentiva-los na busca de excelência, que se expressa em oferecer bens e serviços cada vez melhores, e com preços de acordo com a qualidade destes;
- oferecer ou informar sobre as possibilidades de capacitação aos diversos atores envolvidos em seu desenvolvimento;
- obter e entregar, a quem o solicitar, informação permanente sobre a atividade turística regional, nacional e internacional;
- realizar melhorias na infra-estrutura que vão beneficiar o turismo, por exemplo: acessos, rotas, pontes, serviços básicos (água potável, rede de esgoto, energia elétrica, etc.) (ACM, 1997 apud DIAS, 2003, p. 158-159).

O poder público não deve ser considerado como único responsável pelo desenvolvimento turístico local, mas deve ser o articulador, orientador, coordenador da atividade turística por meio do planejamento do turismo, que deve ser específico para cada localidade.

2.4 – Políticas de Turismo no Brasil

O processo de planejamento, segundo Szmrecsányi (1979), tem como pilar fundamental, o diagnóstico. E esse diagnóstico deve vir acompanhado de uma política eficaz que possa garantir a continuidade do processo. Pois como foi mostrado na Figura 2, o segundo passo para um processo de planejamento eficiente é uma política estruturada para o que o passo seguinte o plano tenha êxito.

Outros autores, também consideram a política uma importante fase do processo de planejamento, principalmente o planejamento do turismo, a qual, Beni, (2001):

é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar”(plano), do “fazer” (projetos e programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar”(estratégia) e do “fomentar”(investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais (BENI, 2001, p. 177).

Já Goeldner et al. (2002) entendem política de turismo como:

um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação (GOELDNER et al.,2002, p. 294).

Os mesmos autores, afirmam que, especificamente, a política de turismo deve preencher as seguintes funções:

1. define as regras do jogo – os termos nos quais as operações turísticas devem funcionar;
2. estabelece atividades e comportamentos aceitáveis;
3. fornece uma direção comum e a orientação para todos os interessados no turismo de uma destinação;
4. facilita o consenso em torno de estratégias e objetivos específicos para uma destinação;
5. fornece uma estrutura para discussões públicas e privadas sobre o papel e as contribuições do setor turístico para a economia e para a sociedade em geral;
6. permite que o turismo estabeleça interfaces com outros setores da economia de forma mais eficaz.

As políticas de turismo devem ser entendidas como capazes de afetar o sucesso das atividades envolvidas no turismo, como: marketing, promoção de eventos, atrativos e programas de recepção de visitantes. Ela não pode ser

considerada apenas um conceito teórico, pois tem influências muito reais na prática (GOELDNER et al., 2002). Na figura 3, a seguir, pode-se observar a complexidade da estrutura e composição da política de turismo.

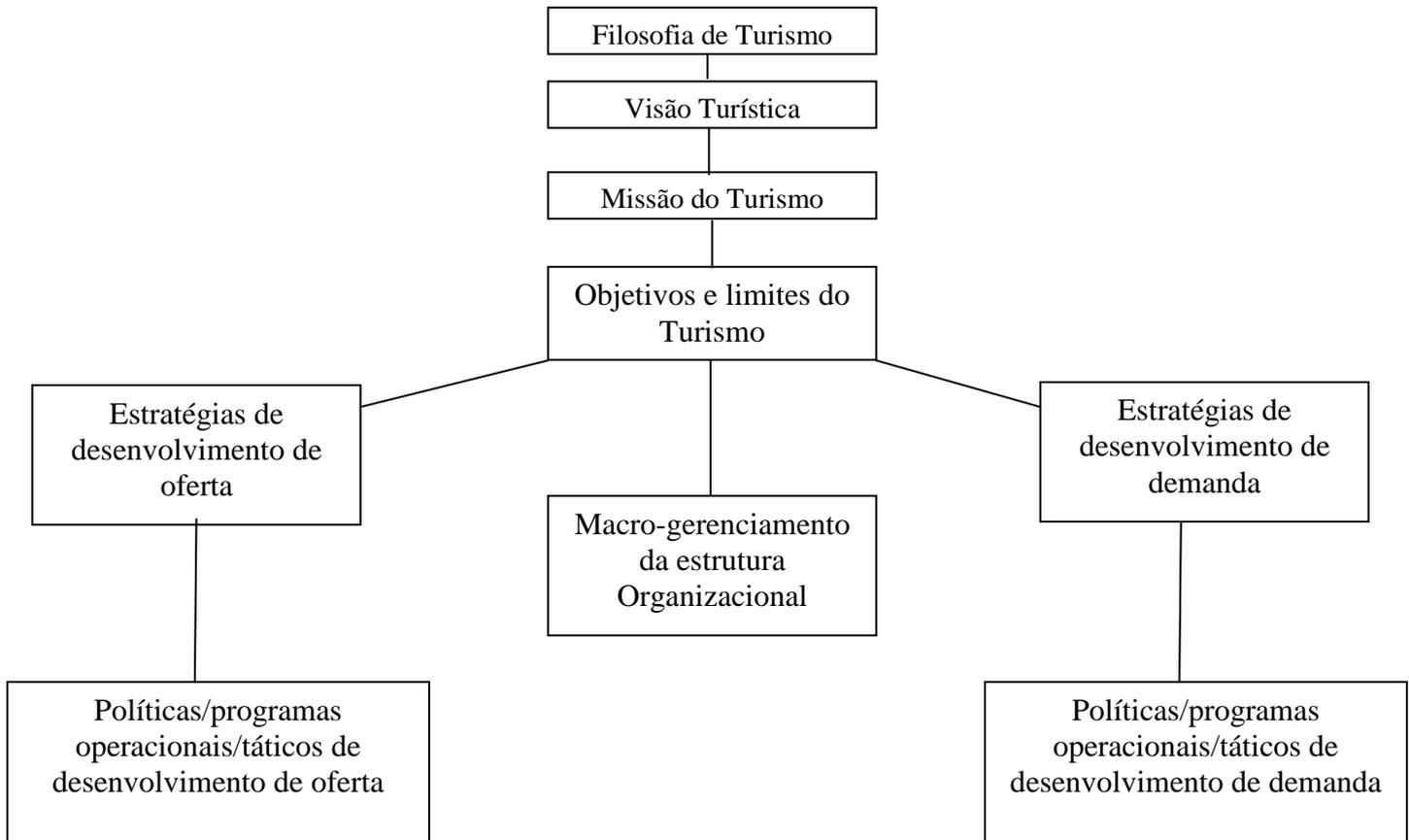


Figura 3: Estrutura da Política de Turismo.

Fonte: Goeldner et al. (2002, p. 300).

No Brasil, as primeiras ações do Estado na atividade turística datam da década de 1930, com o surgimento do Decreto-lei nº 406, datado de 04 de maio de 1938, que previa “autorização governamental para a atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas e ou rodoviárias” (FERRAZ, 2000, p. 152).

Ainda na década de 30, foi criada a Divisão de Turismo, que é considerado o primeiro organismo oficial de turismo do país, da administração pública federal. Segundo Cruz (2001), o Decreto-lei 1915:

amplia o significado do turismo para a administração pública federal. Pela primeira vez um diploma legal demonstra explícita preocupação com o conjunto dos serviços relativos ao turismo interno e externo, não mais se restringindo a legislar apenas sobre a venda de passagens ou sobre o funcionamento de agências de viagens e turismo (CRUZ, 2001, p. 44).

Um outro Decreto-lei foi promulgado em 23 de julho de 1940, e tratou, especificamente das empresas envolvidas com a atividade turística. Ferraz (2000) cita o Decreto-lei nº 2.440 que:

tratou, exclusivamente, das empresas e agências de viagens e turismo, como estabelecimentos de assistências remuneradas aos viajantes, classificadas em três categorias. A todos impôs obrigatoriedade de registro prévio junto a órgãos de governo como condição para o funcionamento, a par de prever, também previa, autorização para as viagens coletivas de excursão (FERRAZ, 2000, p.152).

No decorrer dos governos, a política de turismo foi sofrendo alterações, principalmente durante o Estado Novo, onde a Divisão de Turismo foi extinta. Depois desse período, as agências de venda de passagens ficaram, a partir de 1951, sujeitas a registros, sucessivamente, pelo Departamento Nacional de Imigração e Colonização, depois pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização e finalmente, pela Superintendência da Política Agrária, criada pela Lei Delgada nº 11, de 11 de outubro de 1962 (FERRAZ, 1992 apud DIAS, 2003, p. 128).

Ainda segundo Ferraz (1992), somente, em 1958, foi criada a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), por meio do Decreto nº 44.863, de 21 de novembro de 1958. A Combratur tinha como atribuições:

- a) a coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e ao afluxo estrangeiro;
- b) o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas;
- c) a simplificação e padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e a seus bens, recursos pessoais, meios de transporte e hospedagem;
- d) a promoção e o estímulo, por todos os meios a seu alcance, dos planos e equipamentos turísticos, especialmente os que se referem à construção e à remodelação de hotéis;

- e) a criação de serviços e instalações que ampliem e completem as zonas turísticas;
- f) a realização, com a colaboração dos Estados e Municípios, do inventário das áreas de interesse turístico existentes no país, a fim de ser levantado o patrimônio natural, com a finalidade de proteger, por meio de legislação adequada, a paisagem e outros motivos considerados como atração turística.

Dias (2003) afirma que a criação da Combratur foi a primeira tentativa de articulação de uma política nacional de turismo, fato expressado no Decreto nº 48.126, de 19 de abril de 1960, que aprova seu regimento no artigo 2º, de modo que afirma que a comissão:

terá por finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do país, no que respeita ao turismo interno e internacional (DIAS, 2003, p. 129).

A Combratur foi extinta em 1962 sem ter conseguido efetivar uma política nacional de turismo. Mais tarde, em 1966, foi criado o Conselho Nacional de Turismo (Cntur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), por meio do Decreto – Lei nº 55, de 18 de novembro. A partir desse decreto, passa a ser valorizada a atividade turística no país, pois o Decreto-lei diz que o turismo deve ser:

reconhecido como uma atividade capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis regionais que caracterizavam a nação. Isto está demonstrado pelo sistema de incentivos financeiros e fiscais criados em razão dessa atividade, que privilegiariam, sistematicamente, as regiões Norte e Nordeste (CRUZ, 2001, p.15)

Cruz (2001) ainda afirma que, em 1967, através do Decreto-lei 60.224, é criado o Sistema Nacional do Turismo, formado pelo CNTur, pela Embratur e pelo Ministério das Relações Exteriores e cujas funções estariam assim divididas:

- “Ao Conselho Nacional de Turismo (CNTur) coube, entre outras atribuições, formular as diretrizes a serem obedecidas na política nacional de turismo. (Decreto-lei nº 60.224/67 artigo 6º);

- À Embratur caberia, por sua vez, estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e, bem assim, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento (Decreto-lei nº 60.224/67 artigo 20º) e
- O Ministério das Relações Exteriores, outro vértice do triângulo que compunha o Sistema Nacional de Turismo, tinha como atribuição a divulgação do turismo nacional no exterior, por meio de suas tarefas diplomáticas (Decreto-lei nº 60.224/67 artigo 7º) (CRUZ, 2001, p. 15)”.

A mesma autora, relata que, em 1969, por meio da Resolução nº 71, de 10 de abril, há indicações para a elaboração do Plano Nacional de Turismo (Plantur), considerado instrumento básico da Política Nacional de Turismo. Em seu segundo artigo, estabelecia os objetivos do Plantur:

- a) desenvolvimento do turismo receptivo, como fator preponderante para a geração e captação de divisas, dando-lhe tratamento de mercadoria exportável, para efeito de comercialização;
- b) incremento de turismo interno com vistas ao acréscimo de rendas, e à dinamização de atividades econômicas nas áreas em que se desenvolva;
- c) desenvolvimento do turismo em bases que estimulem o aparecimento de atividade correlatas ou decorrentes e a absorção de mão-de-obra, especializada ou não, gerando novas oportunidades no mercado de trabalho;
- d) estímulo aos investimentos privados de interesse turístico;
- e) concessão de estímulos fiscais e outras facilidades que propiciem a canalização de empreendimentos turísticos para as áreas que deles necessitem e apresentem condições potenciais favoráveis (CRUZ, 2001).

A década de 70 foi marcada pela criação do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), pelo Decreto-lei 1.191, em 1971, que tinha por objetivo prover recursos para financiamentos de empreendimentos, obras e serviços de finalidade e interesse turísticos e seria administrado pela Embratur. Esse fundo foi um instrumento importante na expansão da infra-estrutura turística nacional. Em 1973, o Decreto nº 71.791 definia as zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo. Já em 1974, a Resolução nº 641 do CNTur definiu a prestação de serviços turísticos e de

transportadoras. No mesmo ano foram criados o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), o da Amazônia (Finam) e um setorial (Fiset) todos dedicados ao turismo, pesca e reflorestamento, que foram importantes para o desenvolvimento do turismo nas regiões Norte e Nordeste, por meio do Decreto-lei 1.376 (DIAS, 2003).

Em 1976, foi criado o Departamento de Aviação Civil (DAC), que autorizava a realização de vôos de turismo doméstico, ficando a Embratur era responsável pelos pedidos de tramitação dos vôos (BARRETO, 2002).

Ainda em 1976, a Embratur promulgou um novo Estatuto, por meio do Decreto nº 78.549. E o Decreto-lei nº 1.485, de 25 de outubro, instituiu estímulos fiscais ao turismo estrangeiro no país (DIAS, 2003).

Em 1977, as áreas de interesse turístico foram definidas pela Lei nº 6.513. Os locais de interesse turístico foram considerados e instituídos pela lei, como também os de valor cultural e natural, protegidos por legislação específica, englobando especificamente:

- I- os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico;
- II- as reservas e estações ecológicas;
- III- as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis;
- IV- as manifestações culturais e ou etnológicas e os locais onde ocorrem;
- V- as paisagens notáveis;
- VI- as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, esportivas ou de lazer;
- VII- as fontes hidrominerais aproveitáveis;
- VIII- as localidades que apresentam condições climáticas especiais;
- IX- outros que venham ser definidos (DIAS, 2003, p. 132).

Nesse mesmo ano, também foram regulamentadas as excursões, pela deliberação normativa da Embratur nº 18. Além de estabelecidas as regras para os serviços e atividades turísticas pela Lei 6.505 de 13 de dezembro de 1977.

Essa lei denomina como serviços turísticos aqueles que são prestados por:

- I. hotéis, albergues, pousadas, hospedarias, motéis e outros meios de hospedagem de turismo. Aqui incluem os hotéis-residência;
- II. restaurantes de turismo;
- III. acampamentos turísticos (*camping*);
- IV. agências de turismo;

- V. transportadoras turísticas;
- VI. empresas que prestem serviços aos turistas e viajantes, ou a outras atividades turísticas (DIAS, 2003).

Segundo Barreto (2000), em 1979, foi lançada a idéia dos portões de entrada de turistas no país, como Manaus, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém, com o início dos pacotes para o Norte e Nordeste, e o Pró-Estâncias para a classe média.

A década de 80, segundo Beni (2006), é uma década de transição. Tem início, com a publicação do Decreto nº 86.176, datado de 06 de julho de 1981, regulamentando a Lei nº 6.513/77, a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico. Esse decreto classifica as áreas em prioritárias e de reserva como:

- Áreas Prioritárias – aquelas com alta potencialidade turística, que devem ser objetos de planos e programas de desenvolvimento turístico;
- Áreas de Reserva – aquelas que possuem potencialidade turística, mas necessitam de implantação de infra-estrutura e equipamentos turísticos.

Um fato interessante, na década de 80 é relatado por Barreto (2002), sobre a implantação de terminais turísticos sociais, por meio de um acordo entre a Embratur e o Ministério do Trabalho, que passou a incentivar os sindicatos a organizarem excursões turísticas na baixa temporada. A inauguração, em 1983, de terminal turístico voltado para a população de baixa renda em Praia Grande-SP, revestiu-se também de finalidade social.

Em 1987, houve a criação de uma comissão técnica nacional, formada pelos técnicos do Ibama e da Embratur, para monitorar o Projeto de Turismo Ecológico (SEABRA, 2001).

Na década de 90, a Embratur, que por meio da Lei 8.181, de 28 de março de 1991, tornou-se Instituto Brasileiro de Turismo, uma autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, com a função de formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo.

Nesse período, a política de turismo no país sofreu uma significativa alteração, pois, até então, era centralizada e começou a descentralização. O primeiro indício dessa nova fase, em 1992, foi o Plano Nacional de Turismo (Plantur) um instrumento de desenvolvimento regional, que previa a criação de pólos de

turismo integrados ao desenvolvimento da infra-estrutura dessas regiões. Porém, esse plano, também, não chegou a sair do papel, pois foi instituído antes da política (CRUZ, 2001).

O ano de 1994, sem dúvida, foi o mais significativo da década, pois, nesse ano foram estabelecidas as “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, elaboradas em conjunto pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), possuindo os seguintes objetivos básicos:

- regulamentação do Ecoturismo;
- fortalecimento e interação interinstitucional;
- formação e capacitação de recursos humanos;
- controle de qualidade do produto turístico;
- incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo;
- implantação e adequação de infra-estrutura;
- conscientização e informação do turismo;
- participação comunitária.

Foi lançado também o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), por meio da Portaria 130, de 30 de março de 1994. O PNMT representou um “instrumento legal e referencial para todos os segmentos que atuam com o turismo no país e quem tem como público-alvo o município” (PEREIRA,1999, p. 13 apud DIAS, 2003, p. 135).

O PNMT adotou a metodologia da OMT, (1993) visando “implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os Estados e Municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa”.

Os objetivos do PNMT foram centrados no município e estabeleceram linhas gerais a serem seguidas para desenvolver o turismo em termos sustentáveis nos municípios, se baseado na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política (DIAS, 2003).

A estrutura do PNMT pode ser observada na figura 4.

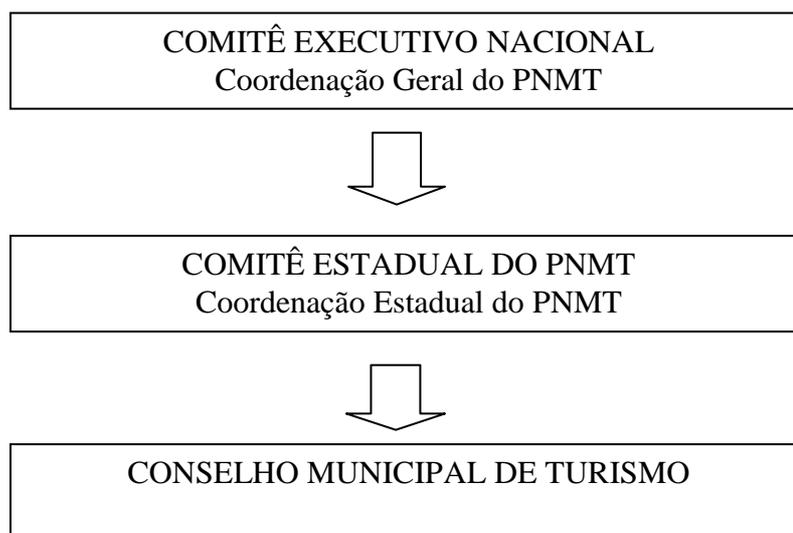


Figura 4: Estrutura do PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo).

Fonte: DIAS (2003, p. 144).

Em 1996, foi lançado o documento Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas –1996 a 1999, com uma série de diretrizes, estratégias, objetivos e ações formuladas e executadas pelo Estado, por meio do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, em conjunto com a Embratur e o Sistema Oficial de Turismo e pela iniciativa privada. Por intermédio da Câmara Setorial de Turismo, tinha como finalidade promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e desenvolvimento socioeconômico do país (BRASIL, 1996)⁴.

Essa Política Nacional de Turismo tinha cinco macro-estratégias, segundo Dias (2003, p.136):

- a) a implantação de infra-estrutura básica e turística;
- b) a capacitação de recursos humanos para o setor;
- c) a modernização da legislação;
- d) a descentralização da gestão do turismo; e
- e) a promoção do turismo no Brasil e no Exterior.

Em 2003, com a posse do presidente Luis Inácio Lula da Silva, houve a criação de um Ministério exclusivo para o Turismo, pasta inédita no país, pela medida provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, com as atribuições (DIAS, 2003):

⁴ Política Nacional de Turismo: Diretrizes e Programas – Brasília, 1996.

- a) elaboração da política nacional de desenvolvimento do turismo;
- b) promoção e divulgação do turismo nacional no país e no exterior;
- c) estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;
- d) planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo.

A EMBRATUR que até 2003, era responsável pelo turismo no país, agora passou a ter as seguintes funções: promoção do Brasil no exterior; elaboração de estudos e pesquisas para orientar os processos de tomada de decisão; avaliação do impacto da atividade turística na economia nacional e formatação de novos produtos e roteiros turísticos (BENI, 2006, p.29).

Em 29 de abril de 2003, foi divulgado pelo governo federal, o Plano Nacional de Turismo (PNT): diretrizes, metas e programas 2003/2007. A proposta do PNT é promover a consolidação do MTUR como articulador do processo de integração do setor turístico, cabendo a Embratur voltar-se para a promoção, marketing e apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mundo (DIAS, 2003).

Atualmente, o MTUR através do PNT está desenvolvendo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com a criação de roteiros regionais, isto é, roteiros por regiões que possuam atrativos semelhantes. A proposta do Programa de Regionalização é transformar as ações, antes centralizadas nos municípios (PNMT), em uma política pública mobilizadora, capaz de promover mudanças por meio de um planejamento sistematizado e participativo, a fim de coordenar o processo de desenvolvimento turístico de forma regionalizada no país (MTUR, 2007).

O município de Torrinha está inserido no Programa de Regionalização do Turismo, com o roteiro denominado Chapada Guarani que compreende os seguintes municípios: Analândia, Brotas, Itirapina, São Carlos e Torrinha, e que pertence aos seguintes segmentos do turismo: turismo de aventura e turismo de esporte.

2.5 – Turismo Sustentável

A idéia de turismo sustentável surge juntamente com o conceito de desenvolvimento sustentável, como afirma Swarbrooke (2002, p.11): “O conceito de turismo sustentável é parcialmente influenciado pelo conceito de desenvolvimento sustentável”.

Swarbrooke (2002, p. 14-15) propõe uma lista dos benefícios do turismo sustentável, a partir da conferência Globo’90, em Vancouver, Canadá:

- O turismo sustentável estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano;
- o turismo sustentável assegura uma distribuição justa de benefícios e custos;
- o turismo gera empregos locais, tanto diretos como indiretos em outros setores de suporte e de gestão de recursos;
- o turismo estimula indústrias domésticas lucrativas – hotéis e outros tipos de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, artesanato e serviços de guias locais;
- o turismo gera entrada de divisas para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local;
- o turismo diversifica a economia local, principalmente em áreas rurais onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente;
- o turismo sustentável procura tomar decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive populações locais, de forma que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir. Ele incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema;
- o turismo estimula o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e de outras infra-estruturas básicas da comunidade;
- o turismo cria facilidades de recreação que podem ser usadas pelas comunidades locais, e não só por turistas domésticos ou internacionais. Ele também estimula e auxilia a cobrir gastos com a preservação de sítios arqueológicos, construções e locais históricos;

- o turismo natural encoraja o uso produtivo de terras que são consideradas marginais para a agricultura, permitindo que vastas regiões permaneçam cobertas por vegetação natural;
- o turismo cultural intensifica a auto-estima da comunidade local e oferecem a oportunidade de uma maior compreensão e comunicação entre os povos de formações diversas;
- o turismo sustentável do ponto de vista do meio ambiente demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social, e pode ajudar a preservá-los;
- o turismo sustentável monitora, assessora e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de obtenção de respostas e opõe-se a qualquer efeito negativo.

Para a OMT (2003), importa:

que os recursos naturais, históricos e culturais, para o turismo sejam preservados para o uso contínuo no futuro, bem como no presente. O turismo sustentável também significa que a prática do turismo não acarrete sérios problemas ambientais ou sócio-culturais, que a qualidade ambiental da área seja preservada ou melhorada, que um alto nível de satisfação do turista seja mantido, de forma a conservar os mercados para o turismo e a expandir suas vantagens amplamente pela sociedade (OMT, 2003, p. 17).

Ainda sobre turismo sustentável, Machado (2005) considera sua prática:

mais que uma estratégia de sobrevivência econômica a ação turística desenvolvida de acordo com conceitos sustentáveis é um dever de cidadania, já que todos temos direito ao ambiente equilibrado e o dever de utilizá-lo corretamente, garantindo a sua conservação (MACHADO, 2005, p. 27).

O mesmo autor complementa que o conceito de turismo sustentável deve:

incluir estratégias, atividades e práticas de negócio ambientalmente responsáveis, atendendo às necessidades do visitante, do operador e do empreendedor do setor. O foco da atividade está dirigido aos cuidados de proteção sustentabilidade e valorização dos recursos utilizados, sendo esta uma prioridade global, edificada em princípios e critérios básicos. A estrutura deve ser capaz de gerar a “excelência global” (MACHADO, 2005, p. 27).

2.6 – O turismo na natureza

A prática do turismo na natureza recebe muitos nomes: ecoturismo, turismo contemplativo, turismo de aventura, turismo ambiental, turismo eco-científico, turismo ambiental, turismo rural etc. Essas denominações, porém remetem a um único tipo de turismo, aquele que é praticado na natureza, isto é, consome elementos componentes do meio ambiente, de modo que são necessários cuidados, pois todos possuem responsabilidades com o cuidado do meio ambiente.

A Constituição Federal , no artigo 225 declara:

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A atividade turística na natureza, independente da denominação recebida, deve adotar os princípios do turismo sustentável, para que o local onde é realizada não seja degradado, garantindo assim o direito de todos ao meio ambiente equilibrado.

Segundo Beni, (2002) o turismo de Natureza ou turismo verde é aquele que promove o deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, que são motivadas pelo desejo ou necessidade de contato com a natureza. Esse contato pode ser: observação passiva da fauna e flora, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno.

O mesmo autor, (2002), ainda afirma:

incluem-se também aquelas pessoas que buscam uma observação participante e interativa com o meio natural, na prática de longas caminhadas, escaladas, desbravamentos e aberturas de trilhas, *rafting* e de outros esportes radicais para os quais a natureza é apenas o pano de fundo para o desafio de superar limites físicos de tolerância como *canyoning*, *of road*, *rapel* (BENI, 2002, p.33).

De acordo com cada autor, o turismo praticado na natureza, possui vários tipos e denominações, porém seus conceitos ainda não estão bem definidos. E há

um fato a ser observado: ainda que haja preocupação em educar e conscientizar em relação ao ambiente, a característica dominante é uma maior flexibilização ou a inexistência de restrições rígidas e de limites à utilização do espaço visitado. (BENI, 2002).

O turismo na natureza ou ecológico, possui algumas características que devem ser observadas e para isso entender as diferenças de cada denominação se torna essencial. A seguir alguns conceitos:

➤ Turismo de Natureza: Machado (2005) define como: “a prática da atividade turística que decorre da visitação pura e simples do espaço natural”. Ele ainda afirma que não há um comprometimento maior com a natureza por parte do turista, apenas o desejo do contato com a natureza (MACHADO, 2005, p. 29).

➤ Turismo de Aventura: para o MTUR (2006) ele: “compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”. E é chamado de turismo de esportes “aqueles que envolvam atividades esportivas, sejam ou não de aventura, quando são entendidas como competições”. (MTUR, 2006).

Para Machado (2005) o turismo de aventura: “segmento do turismo que proporciona atividades ligadas à natureza, buscando superação de limites pessoais com segurança e responsabilidade na utilização do meio ambiente” (MACHADO, 2005, p.33).

➤ Ecoturismo: o termo ecoturismo é o que mais tem expressão tratando-se de turismo praticado na natureza ou turismo ecológico. E muitas vezes outras modalidades de turismo praticado na natureza, são, erroneamente, denominados ecoturismo. A seguir algumas de suas principais definições:

Para a Sociedade Internacional de Ecoturismo (The International Ecotourism Society, uma ONG Internacional), define ecoturismo como “a viagem responsável a áreas naturais, visando a preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local” (LINDBERG e HANWKINS, 1993, p. 17).

Em 1994, a partir das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, o Brasil adotou a seguinte definição de Ecoturismo:

Ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR/IBAMA, 1994, p.19).

Já para GOIDANICH e MOLETTA (2000):

O turismo ecológico, ou ecoturismo, é a prática dessa atividade em áreas naturais nativas, pouco alteradas ou já recuperadas, que utiliza o patrimônio natural de forma sustentável, incentivando a sua conservação, promovendo a formação de uma consciência ambientalista e garantindo o bem-estar das populações envolvidas (GOIDANICH e MOLETTA, 2000, p. 9).

O Ecoturismo possui características peculiares, que o diferem das demais modalidades de turismo na natureza, e segundo Honey (1999 apud KINKER, 2002, p. 22-23) qualquer atividade turística que se intitule ecoturismo deve considerar:

- o atrativo principal é a natureza conservada. Quanto mais qualidade ambiental tiver a área natural visitada, ou seja, quanto mais conservada, maior será seu diferencial no mercado;
- o aspecto cultural complementa a visita;
- produz impacto mínimo no ambiente natural e cultural;
- utiliza arquitetura ambiental e culturalmente adequada;
- dá preferência ao uso de materiais reciclados e ou recicláveis e regionais, isto é, que existam em abundância na região;
- utiliza fontes renováveis de energia;
- preocupa-se com a destinação do lixo e esgoto;
- utiliza análises de capacidade de carga e metodologias de planejamento e monitoramento da visitação, como o Limite Aceitável de Mudança (LAC), ou monitoramento do Impacto da Visitação (VIM), como ferramentas de gerenciamento da atividade;
- controla/ajusta o número de turistas e ou seu comportamento no ambiente visitado;
- monitora constantemente e ou periodicamente o ambiente para adequação das variáveis;

- orienta o comportamento e ou educa os turistas;
- desperta e sensibiliza o turista e a comunidade local, a fim de formar uma consciência ambientalista;
- leva a comunidade receptora a valorizar seu local de moradia, a natureza que a cerca e sua própria cultura;
- promove benefícios econômicos e o fortalecimento das comunidades locais;
- deve ser a base para um turismo desenvolvido pela comunidade local;
- promove e estimula o respeito pelas comunidades locais;
- promove o respeito à cultura local, orientando o turista sobre costumes, crenças e normas sociais locais,
- não se impõe em uma comunidade sem que seja convidado ou aceito por ela.

Todas essas recomendações de Honey, dificilmente são atendidas em um destino de ecoturismo, porém o autor enfatiza que o termo ecoturismo não deve ser utilizado de maneira geral, ou como uma estratégia de *marketing*.

Já Machado (2005), propõe diferenças entre o ecoturismo e as outras modalidades de turismo na natureza. Nas tabelas 4, 5 e 6, a seguir, as principais diferenças entre o ecoturismo e as demais modalidades de turismo na natureza.

Tabela 4: Diferenças entre o Ecoturismo e o Turismo de Natureza com a modalidade de lazer ao ar livre.

	ECOTURISMO	TURISMO DE NATUREZA
Palavra-chave	Conservação	Lazer ao ar livre
Ocorrência	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais
Operação	Relação com a manutenção do meio ambiente	Despreocupação quanto ao processo mais diretos de manutenção do meio ambiente
Cuidados	Extremos	Simples
Conhecimento do local	Profundo	Superficial
Objetivos	Conhecimento amplo do ambiente natural e cultural	Relaxamento e prazer no ambiente natural
Grupos	Reduzidos	Médios a grandes
Envolvimento local	Sempre	Não necessariamente
Agentes de turismo	Envolvimento direto com os projetos ambientais	Sem envolvimento direto com os projetos ambientais
Envolvimento cultural	Diretamente identificado	Sem projetos culturais obrigatórios
Público	Preocupado com as questões ambientais	Desejoso de contato com a natureza
Programas	Dentro dos conceitos de mínimo impacto	Possíveis de realizar no espaço natural

Fonte: Machado (2005, p. 30).

Tabela 5 : Diferenças entre o Ecoturismo e o Turismo de Aventura com a modalidade de risco moderado.

	ECOTURISMO	TURISMO DE AVENTURA
Palavra-chave	Conservação	Risco controlado
Ocorrência	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais
Operação	Relação com a manutenção do meio ambiente	Relacionada a atividades esportivas na natureza
Cuidados	Extremos	Básicos
Conhecimento do local	Profundo	Apenas para a prática da modalidade esportiva
Objetivos	Conhecimento amplo do ambiente natural e cultural	Atividade física na natureza
Grupos	Reduzidos	Reduzidos
Envolvimento local	Sempre	Ocorre quando necessário para suporte da atividade
Agentes de turismo	Envolvimento direto com os projetos ambientais	Capacitados para a modalidade
Envolvimento cultural	Diretamente identificado	Geralmente não ocorre
Público	Preocupado com as questões ambientais	Ávido por atividades físicas no meio natural
Programas	Dentro dos conceitos de mínimo impacto	Sempre ligados a práticas esportivas de risco controlado

Fonte: Machado (2005, p. 35).

Tabela 6 - Diferenças entre o Ecoturismo e o Turismo Rural.

	ECOTURISMO	TURISMO RURAL
Palavra-chave	Conservação	Atividade agropecuária
Ocorrência	Áreas naturais preservadas	Área rural
Operação	Relação com a manutenção do meio ambiente	Relacionada às atividades turísticas no meio rural onde há atividade agropecuária
Cuidados	Extremos	Básicos
Conhecimento do local	profundo	Superficial
Objetivos	Conhecimento amplo do ambiente natural e cultural	Lazer no meio rural
Grupos	Reduzidos	Reduzidos a médios
Envolvimento local	Sempre	Ocorre diretamente com os proprietários
Agentes de turismo	Envolvimento direto com os projetos ambientais	A atividade é exercida pelos próprios proprietários
Envolvimento cultural	Diretamente identificado	Diretamente identificado
Público	Preocupado com as questões ambientais	Ávido por atividades de lazer no meio rural e na recepção mais pessoal
Programas	Dentro dos conceitos de mínimo impacto	Sempre ligadas a práticas campeiras

Fonte: Machado (2005, p. 30).

O turismo praticado na natureza, como citado, possui várias denominações e características, porém, em qualquer modalidade, deve haver a preocupação com a conservação do meio ambiente. Machado ainda afirma que: “no futuro, todo produto turístico seja ecologicamente correto, ou seja, obedeça aos critérios da sustentabilidade” (MACHADO, 2005, p. 37). E para que a sustentabilidade seja atingida na prática do turismo, em áreas naturais, Machado (2005, p. 38) propõe:

- Deve ocorrer em uma área natural, importante do ponto de vista de expressividade quanto às características de raridade, endemismo ou beleza cênica. Essa premissa se refere ao nível de atratividade capaz de despertar o interesse de grupos variados, possibilitando a promoção da sustentabilidade dos projetos;
- Partir de uma organização participativa, que leva em conta o envolvimento da comunidade local, utilizando-a como agente complementar do programa. Esse envolvimento é o cerne do projeto, uma vez que busca as soluções, para possíveis dificuldades futuras quanto à administração do projeto, na divisão de tarefas e responsabilidades;
- Providenciar a utilização do espaço natural dentro da preocupação de gerar impactos reduzidos, através de um zoneamento adequado, garantindo sua sobrevivência no futuro. Trata-se de ponto fundamental para o ecoturismo, capaz de promover programas sustentáveis e possibilitar a viabilidade de investimentos financeiros;
- Desenvolver a mesma preocupação tanto no cuidado do ambiente natural quanto na manutenção da cultura local, servindo essa como aliada da qualidade do produto oferecido. O ecoturismo trabalha constantemente com as duas vertentes: ambiental e cultural. Assim, uma não pode ser negligenciada em benefício da outra;
- Estar inserido em uma rede de ações atenta às questões ecológicas locais, possibilitando o uso de recursos alternativos em seus empreendimentos. Não basta saber, tem que fazer. Assim é fundamental a utilização dos programas de ecoturismo como aliados das questões ambientais;

- Possibilitar uma experiência ecológica enriquecedora ao visitante, seja através de passeios, comentários, observações, pesquisas ou treinamentos. O visitante busca, basicamente, uma experiência significativa capaz de satisfazer seus desejos, e um programa de ecoturismo deve ser trabalhado com a atenção voltada para a manutenção de seu potencial e a satisfação de seus usuários.

3- MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa foi elaborada em três etapas:

- a. Levantamento e revisão bibliográfica;
- b. Entrevistas com pessoas que estiveram envolvidas com o processo de planejamento do turismo do município;
- c. Levantamento Fotográfico.

3.1 – Levantamento e Revisão Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica iniciou-se com a análise dos dois documentos já citados, os quais são considerados como o início do processo de planejamento do turismo no município de Torrinha – SP. Não foram encontrados outros trabalhos sobre o planejamento do turismo, além dos citados acima.

Os conceitos de planejamento, planejamento turístico, turismo sustentável, ecoturismo e turismo de aventura foram amplamente pesquisados na bibliografia disponível, em teses e dissertações para servirem de base e fornecer argumentos para a análise do processo de planejamento no município.

Os autores pesquisados consideram o planejamento essencial para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável. Infelizmente, na prática, muitas etapas do planejamento são desconsideradas e ou não são colocadas em prática.

3.2 – Entrevistas

Nesta pesquisa, os dados primários foram coletados por meio de entrevistas com as pessoas que participaram diretamente do processo de planejamento do turismo no município, como a presidente do COMTUR, em 2000; as Secretárias de turismo, de 2001 a 2004, bem como a da atual (gestão 2004 a 2008). Essas três pessoas estavam diretamente envolvidas com o processo de planejamento e implantação do turismo local.

3.3 – Delimitação do Universo

O universo dessa pesquisa é um estudo de caso do processo de planejamento turístico, que foi tentado no município de Torrinha-SP no período de 2000 até os dias atuais. O processo do planejamento do município foi analisado a partir do conceito de planejamento de Szmrecsányi (1979).

3.4 – Amostra

As entrevistas foram com 03 pessoas que estavam ligadas diretamente com o processo de planejamento do turismo local e sua implantação: a presidente, do COMTUR em 2000, quando da elaboração do documento: “Levantamento Inicial para a Elaboração do Plano Diretor de Turismo de Torrinha – SP”. E as duas secretárias municipais de turismo das gestões 2001 a 2004 e 2004 a 2008. O método de análise foi qualitativo e os resultados foram apresentados de forma descritiva.

As entrevistas pretendiam identificar:

- Como se deu o processo de planejamento do turismo no município;
- Que tipo de turismo chegou a ser explorado?
- Quais atrativos foram utilizados?
- Houve demanda satisfatória?
- Por que o processo ficou estagnado a partir de 2002?
- Por que o turismo não se desenvolveu de forma satisfatória, quanto à demanda, como no município vizinho de Brotas?

Essas entrevistas tiveram por objetivo: a identificação do processo de planejamento que foi desenvolvido no município. E também quais as dificuldades encontradas e qual é o estágio atual do desenvolvimento do turismo no município.

3.5 – Levantamento Fotográfico

As fotografias utilizadas ilustram as características do relevo da região e também foram utilizadas como argumento pelo COMTUR para justificar o desenvolvimento da atividade turística do município. Elas são essenciais quando se abordam os atrativos turísticos, e são necessárias, para revelar o lugar e deixar o turista com “vontade de estar lá”, de vivenciar aquele local. A maioria das fotos é do arquivo do COMTUR (2000). E foram, gentilmente, cedidas pela Secretária de Turismo do município, na gestão de 2001 a 2004.

4- O MUNICÍPIO DE TORRINHA - SP

4.1 – Localização e Acesso

O município de Torrinha – SP está, aproximadamente, a 1.000 metros de altitude. Possui uma área de 311 km² (IBGE,2004) e dista 270 km da capital do Estado de São Paulo, região centro paulista, na porção do relevo denominada "*Cuestas Basálticas*", no contato entre a Depressão Periférica e o Planalto Ocidental Paulista (ALMEIDA, 1964).

Apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 22°25' latitude sul e 48°10' longitude oeste.

O município faz limites com: Brotas (norte), Santa Maria da Serra (sul), São Pedro (leste) e Dois Córregos (oeste). Está inserido no Perímetro Corumbataí da Área de Proteção Ambiental (APA) de Corumbataí, Botucatu e Tejuapá, por onde se estende o relevo das *cuestas*.

O acesso ao município a partir de São Paulo (capital), dá-se pelas Rodovias Anhangüera (SP 330) até Limeira depois pela Rodovia Washington Luiz (SP 310) até o acesso para Itirapina, Rodovia SP 225, sentido Brotas e Rodovia SP 197 no trecho Brotas/Torrinha.

A Figura 5 mostra a localização do município e suas principais vias de acesso a partir de São Paulo (capital).

O município tem uma população de 8.837 habitantes, de acordo com o censo de 2000 (IBGE, 2000), dos quais 1.548 pessoas viviam na zona rural e 7.289 pessoas na zona urbana.

Torrinha apresentava um equilíbrio entre os sexos, sendo 4.358 mulheres e 4.479 homens. Atualmente, a população está estimada em 9.823 habitantes (IBGE, 2006) e a maioria da população continua concentrada na área urbana.

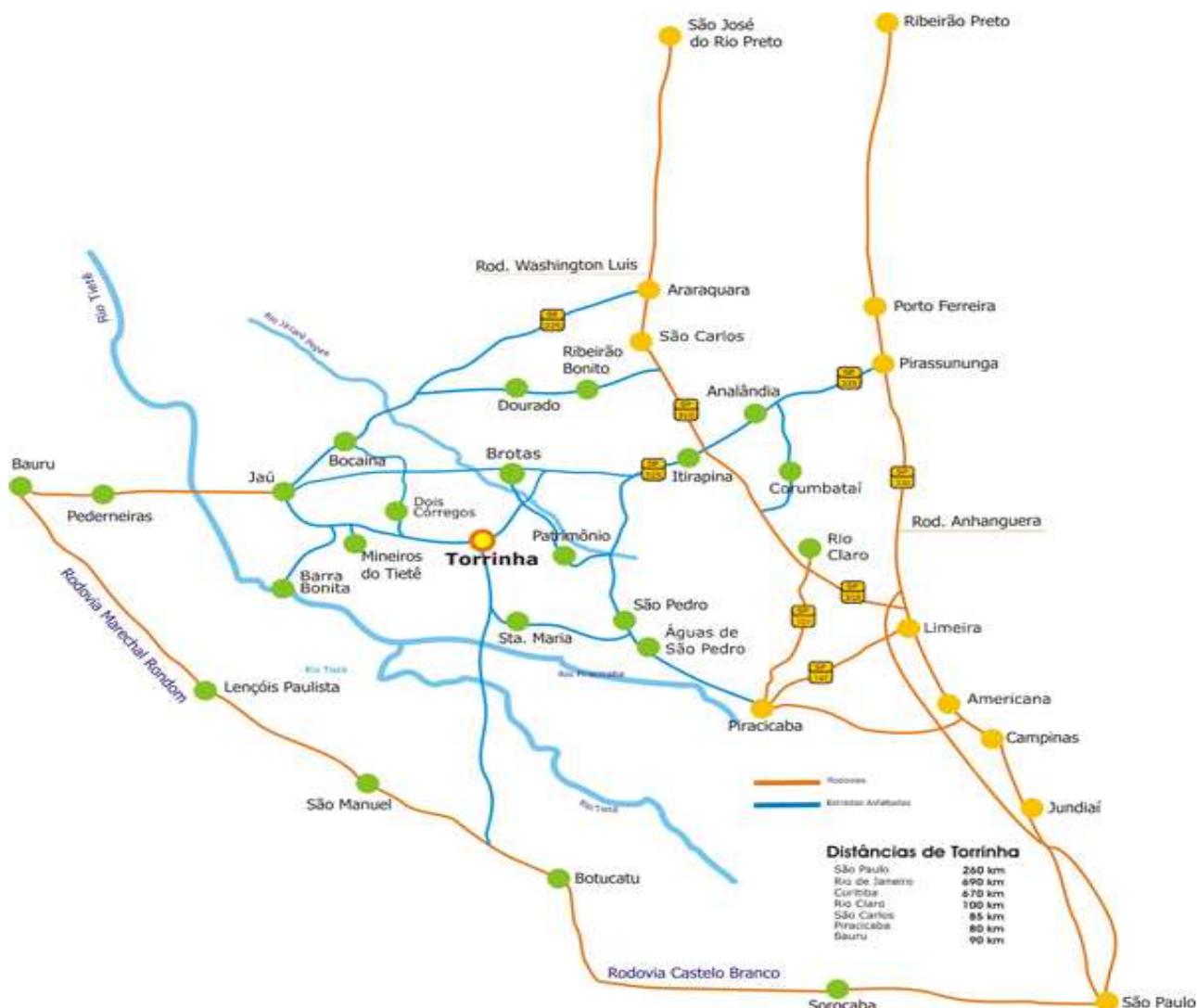


Figura 5: Ilustração da localização de Torrinha e suas principais vias de acesso.

Fonte: www.torrinhaonline.com.br

4.2 – ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - APA Corumbataí

Criada pelo do Decreto Estadual nº 20.960 de 08 de junho de 1983, a APA Corumbataí/Botucatu/Tejubá engloba uma área de 6.492Km² e engloba os seguintes municípios: São Carlos, Analândia, Brotas, Itirapina, Corumbataí, Ipeúna, Rio Claro, Dois Córregos, Torrinha, Mineiros do Tietê, Barra Bonita, Santa Maria da Serra, São Pedro, Charqueada e São Manuel (Ilha do Serrito). Ela está subdividida em três perímetros distintos. Corresponde à faixa de “*cuestas basálticas*”, desde as cabeceiras do rio Mogi Guaçu até a divisa do

Estado de São Paulo com o Paraná, às margens do rio Paranapanema, no Planalto Ocidental Paulista e Depressão Periférica.

A APA é uma área de proteção ambiental, que é um dos tipos de Unidades de Conservação (UCs) estabelecidos pelo poder público (SNUC, 2002). Esse tipo de UCs é de uso sustentável, isto é, a exploração e o aproveitamento econômico direto são permitidos, porém, de forma planejada e regulamentada.

A região que compreende a APA Corumbataí compõe uma das maiores faixas contínuas de mata de encosta (Mata Atlântica) do Estado de São Paulo, um dos ecossistemas mais devastados do país, daí a sua grande importância.

O zoneamento da APA de Corumbataí pode ser observado na Figura 6 com os principais contornos da APA, isto é, as “cuestas” e o rio Tietê.

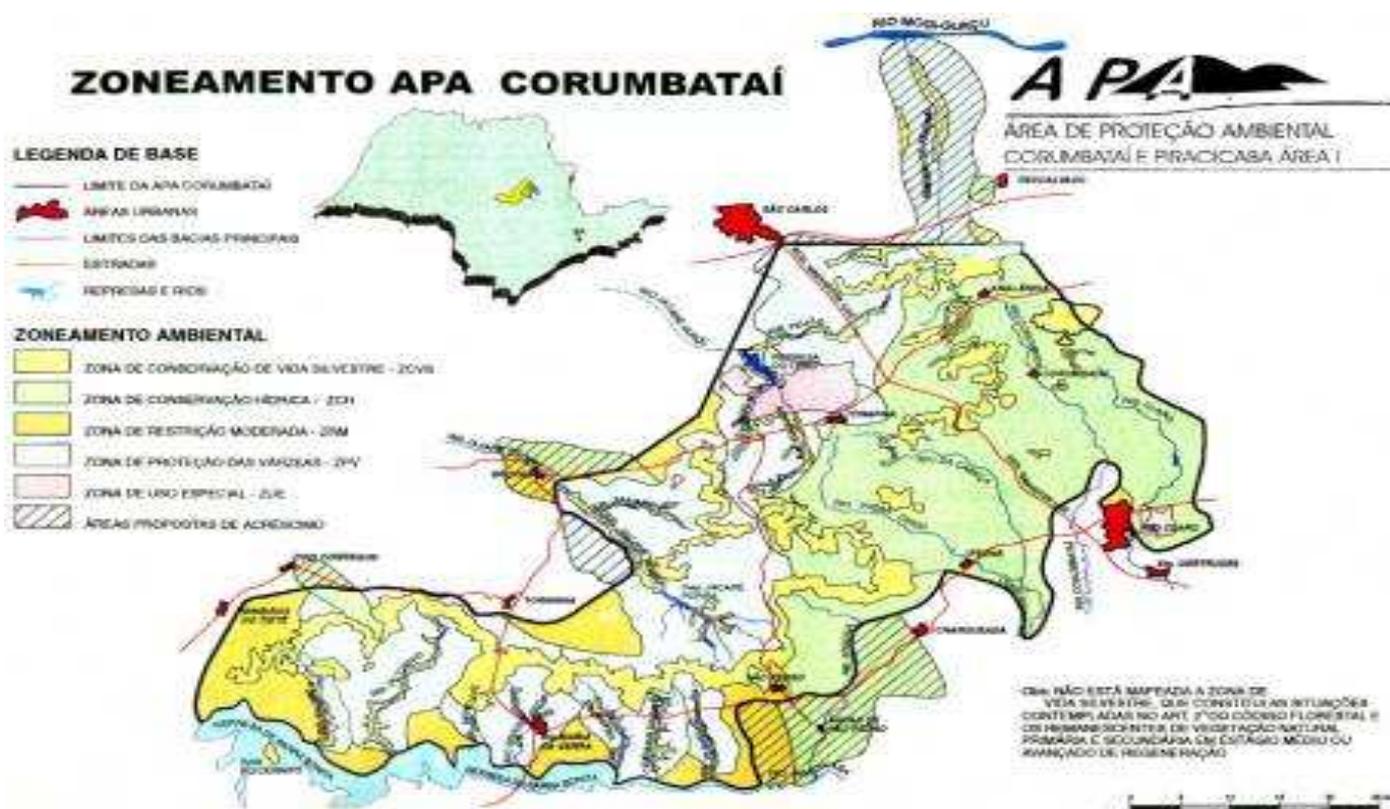


Figura 6: Ilustração do Zoneamento da APA Corumbataí:

Fonte: www.torrinhaonline.com.br

4.3 – Origem do Nome

O município de Torrinha – SP possui esse nome devido a uma formação única de arenito (Figura 7), em forma de uma torre, que possui 50 metros de altura, em um dos morros testemunhos, chamada de “Pedra de Torrinha”. Localizada na Fazenda Torrinha, na SP 304, rodovia que liga Torrinha a Dois Córregos, a uma distância de 08 km do centro da cidade (Figura 8).



Figura 7: Vista da Pedra de Torrinha do alto do morro testemunho.

Fonte: www.torrinhaonline.com.br



Figura 8: Pedra de Torrinha mostrando um “caminhante” em direção a Pedra de Torrinha.

Fonte: COMTUR, 2000 .

4.4 – Geomorfologia e Relevo

O município de Torrinha, como já foi assinalado, localiza-se na região de *cuestas*, no contato com o Planalto Ocidental Paulista. As rochas da região

fazem parte da Bacia Sedimentar do Paraná, uma unidade geotectônica localizada na região centro-leste da América do Sul, com uma área total de aproximadamente 1.600.000 km², sendo cerca de 1.000.000 km² no Brasil. Nessa região houve um grande acúmulo de sedimentos e intrusões vulcânicas basálticas ocorridas na Era Cenozóica, no Período Terciário, há cerca de 70 milhões de anos (GIOMETTI, 1999).

As rochas basálticas, que são a principal formação do relevo da região, são originadas a partir da lava vulcânica que, derramada há milhões de anos, foi preenchendo as fissuras em um terreno formado por arenitos e solidificou-se com o tempo, porém a área sofreu erosão e originou diferentes compartimentos de relevo (a Depressão Periférica, das “*Cuestas*” e do Planalto Ocidental), que constituem o relevo dessa região central do Estado de São Paulo.

A erosão, ao longo do tempo, foi a grande responsável pela modelagem do relevo local, formando os paredões de até 100 metros de altura e são denominados “*cuestas*” (GIOMETTI, 1999, p.23).

A chamada *cuesta* basáltica é formada pelo que restou das rochas vulcânicas basálticas da Bacia do Paraná, e se parecem com um degrau contínuo, com um patamar na base e outro no topo, que chegam a vários metros de altura. A parte do topo chama-se de frente da *cuesta* e a da base chama-se reverso da *cuesta*, onde se encontram os morros testemunhos isolados que se destacam da planície, como é o caso da “Pedra de Torrinha” (Figura 7). (GIOMETTI, 1999, p.23).

Os vales profundos que ficam nos reversos das *cuestas*, são chamados de furnas ou *canyons*. Torrinha possui cerca de 34 *canyons*.

O relevo do município é composto por *cuestas* basálticas e areníticas que possuem uma extensão de 80 km, aproximadamente. Apresenta também algumas grutas e cavernas de arenito e basalto (Figura 9).



Figura 9: Visão Geral de uma *Cuesta com vegetação nativa na encosta e pasto na parte plana..*
Fonte: COMTUR, 2000.

4.5 – Hidrografia

Torrinha está localizada em uma região com várias micro bacias. Porém, a do Ribeirão dos Pinheirinhos, também conhecido como Ribeirão da Cachoeira, tem grande importância para o município, pois é esse ribeirão que abastece a cidade e onde é depositado todo esgoto da área urbana de Torrinha ainda não possui estação de tratamento de esgoto.

O Ribeirão dos Pinheirinhos tem sua nascente nas “*cuestas*” (Serra de São Pedro, com altitude variando de 930 a 800 metros).(GIOMETTI, 1999). Após fornecer água para o município, também abastece a Usina Três Saltos (geradora de energia elétrica, Figura 10).

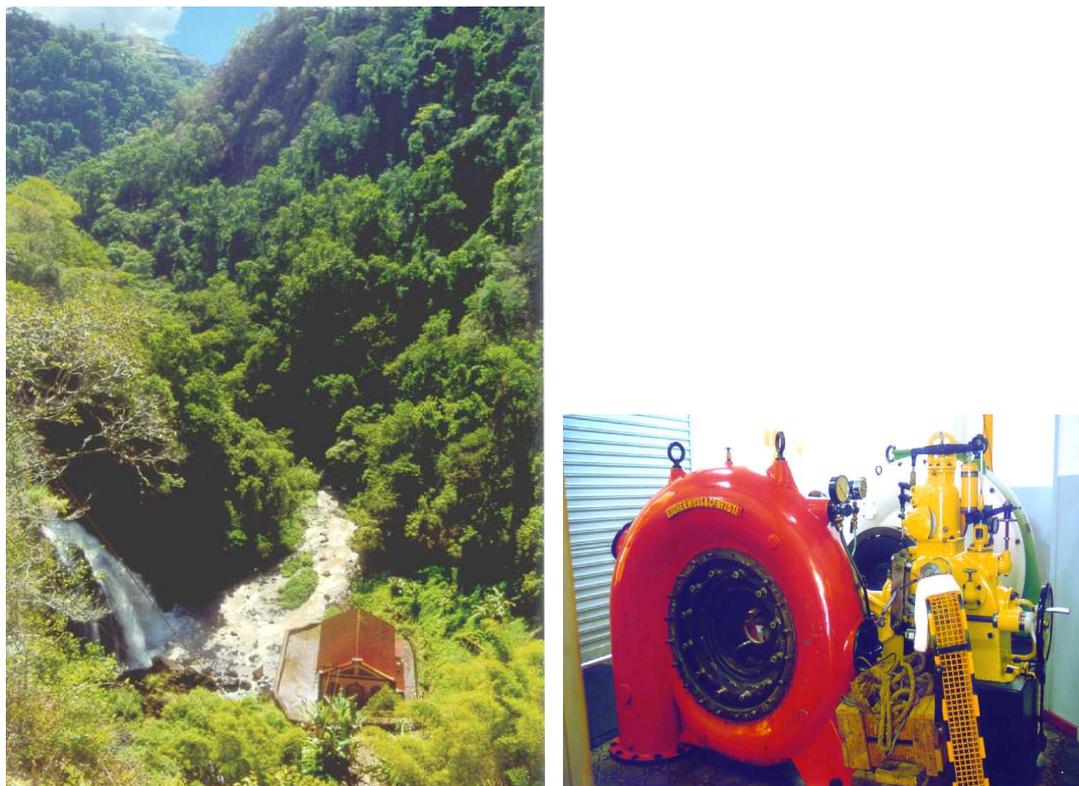


Figura 10: Vista do vale dos Três Saltos e gerador de energia elétrica que pertence à Companhia Paulista de Força e Luz e produz parte da energia consumida pelo município.

Fonte: COMTUR, 2000.

Este rio é o principal afluente tributário da margem esquerda do Rio Jacaré-Pepira (que passa pelo município de Brotas e onde são realizados esportes radicais), que, por sua vez, vem a ser afluente da margem direita do Rio Tietê, o qual é afluente do Rio Paraná (Bacia Platina), pela margem esquerda.

O COMTUR (2000) fornece outros dados sobre a hidrografia do município:

Segundo dados fornecidos pela Casa da Agricultura de Torrinha, a área da microbacia do Rio Pinheirinho, incluindo seus afluentes, é de aproximadamente 73Km². O número de produtores que tem ligação direta com a microbacia gira em torno de 160. Destes 90% são filiados ao sindicato rural de Torrinha. A microbacia possui 107,5 Km de curso d'água. As estradas que atendem a microbacia perfazem, aproximadamente, 78 km de extensão (COMTUR, 2000, p. 18-19).

O relevo com *cuestas* e vários desníveis propicia uma grande quantidade de cachoeiras. Essas são consideradas os principais atrativos do município, pois existem cerca de 58 cachoeiras aproximadamente (Figura 11).



Figura 11: Cachoeira do Paraíso, uma das cachoeiras presentes no município de Torrinha-SP.
Fonte: COMTUR, 2000.

4.6 – Vegetação

Atualmente, o município de Torrinha possui cerca de 5% de sua vegetação nativa original, principalmente a vegetação de encosta (Mata Atlântica), presente nas *cuestas*.

O município era recoberto pela Floresta Latifoliada Tropical e o Cerrado. Ainda existem algumas manchas isoladas recobertas com essa vegetação com alguns exemplos típicos dessa vegetação como: figueira branca (Figura 12), peroba, pau d'alho, palmito, alecrim do campo, jequitibá, jacarandá, ipês, dentre outras. Essa vegetação foi praticamente extinta por estar em áreas que

eram ideais para a atividade agrícola, principalmente para a cultura da cana-de-açúcar (GIOMETTI, 1999, p.105).

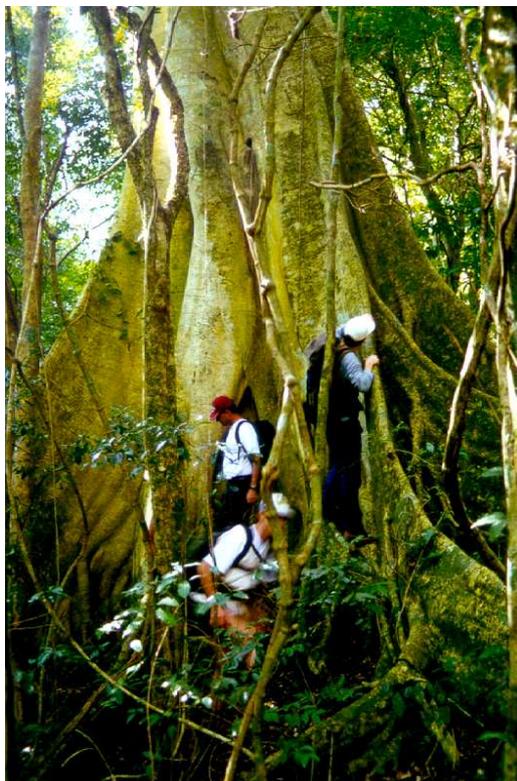


Figura 12: Figueira branca, árvore típica da vegetação nativa.

Fonte: COMTUR, 2000.

4.7 – Clima

O clima do município é Tropical com duas estações bem definidas quente e frias, considerado um dos melhores climas do Estado de São Paulo, pois está a uma altitude média de 820 metros, no degrau do Planalto Paulista, apresentando inverno seco e verão quente e úmido (com chuvas). O índice pluviométrico anual tem média de 1.750 mm, e a temperatura média anual é de 22°C (COMTUR, 2000).

4.8 – Histórico⁵

A área que hoje é ocupada pelo município de Torrinha era habitada por índios, viajantes e tropeiros, que se embrenharam rumo ao sertão desconhecido em busca de riquezas e viam nesse território a possibilidade de parada, descanso e reposição dos suprimentos de primeira necessidade.

Em decorrência dessa atividade, no final do século XVII e no início do século XVIII, teve início a formação, nessa região, dos primeiros núcleos de povoamento. Porém, só houve uma efetiva ocupação territorial com a introdução da cultura de cana-de-açúcar, no século XIX. Como o cultivo da cana-de-açúcar e a manutenção dos engenhos tinham um alto custo, essa cultura não perdurou por muito tempo, e foi substituída pelo cultivo do café. Esta atividade estimulou a vinda dos imigrantes originando novos núcleos populacionais.

A formação do Arraial de Torrinha data de 1886, período de grande instabilidade político e econômica, com o final do período monárquico e sua transição para a república. A formação do Arraial deu-se por meio da doação de terras do Sr. José Antunes de Oliveira, grande proprietário da região. Porém, sua efetiva formação deu-se no ano de 1894, passando a ser denominada Torrinha.

Em 1896, Torrinha passou à categoria de Distrito de Paz, começando a se preocupar com a demarcação de suas divisas. Nessa época, foram eleitos os primeiros juizes de paz, o que possibilitou aos moradores, o gozo de direitos civis.

Em 19 de dezembro de 1906, foi elevada à categoria de vila, com a delimitação de suas divisas políticas. Com o crescimento do povoado, no ano de 1922, Torrinha passou de vila para município, pela Lei Estadual 1.883, de 30 de novembro de 1922, e instalado, oficialmente, no dia 07 de abril de 1923.

Em 1925 foi fundado o primeiro jornal de Torrinha, chamado “O município”, com a circulação de 400 exemplares, em 1929.

⁵ O histórico abaixo é baseado na obra de GIOMETTI, 1999.

O primeiro grupo escolar foi criado em 1929 e, nesse período, já existiam 08 escolas isoladas que ficavam localizadas nas fazendas.

A Coletoria Federal de Torrinha foi criada em 14 de dezembro de 1927 e instalada em 03 de março de 1928.

Com a crise da bolsa de valores de New York de 1929, o município, como também toda região, sofreu as conseqüências econômicas do declínio da cultura cafeeira. Os produtores buscaram, então, novas alternativas de culturas, como o algodão, amendoim, milho e a pecuária.

Na década de 30, foi inaugurada a nova Matriz de São José, pois, a Capela erguida em louvor ao Santo Padroeiro do Arraial de Santa Maria, no período de 1900, não comportava mais os fiéis. A nova construção trouxe uma melhora para os religiosos. As obras findaram-se em 1932, porém, o altar mor só ficou pronto na década de 50.

4.8.1 – A importância do ciclo do café no desenvolvimento sócio-econômico do município de Torrinha.

No início do século XIX, o número de fazendeiros que cultivavam o café aumentou, devido a uma mão-de-obra e produção mais baratas, uma vez que os pés de café eram produtivos por cerca de trinta anos comparado com a cana-de-açúcar, que tinha que ser replantada a cada três anos.

Tal fato contribuiu para o aumento dos imigrantes europeus que chegavam para substituir a mão-de-obra escrava, recebendo salário em troca do seu trabalho, ou seja, o cuidado de certo número de pés de café, e mais uma área entre as linhas do café, ou outras designadas pelo fazendeiro, onde se realizava o cultivo dos alimentos.

Nesse período, houve um estímulo ao comércio local, pois havia a necessidade de abastecer de mercadorias as zonas rural e urbana. O comércio deu suporte a várias atividades econômicas como: cerâmicas, arroz, café, fábricas de calçados, oficinas de reparos, equipamentos agrícolas entre outros.

Ainda no século XIX, começou a procura por novas áreas para expandir o cultivo do café. Assim, foram desmatadas florestas inteiras, pois sempre se buscava terra fértil e descansadas para manter a produção. Nessa época, também foi desenvolvida a ferrovia, pois havia a necessidade de se escoar de

forma rápida e eficiente toda a produção de café. Esses trens ligavam os centros produtores ao porto de Santos.

As plantações de café, ao redor da bacia dos Pinheirinhos, contribuíram para a formação da região urbana de Torrinha. Na década de 1920, Torrinha já contava com os seguintes serviços em sua zona urbana: delegacia de polícia, médico, agente do correio, fiscal municipal, subprefeito, escrivão de paz, escola estadual “Prof^a. Zenaira Marques de Souza”, chefe da estação, jornal, agência bancária Major Ângelo Sobiante, padres, inspetor de quarteirão, professores, farmácias, padaria, hotel, restaurante, cervejaria, sapataria, açougue, folheiro, seleiro, cadeia, cinema, inspetor municipal, vereadores, olaria inspetor sanitário, entre outros.

4.9 – Economia Local

Atualmente, o município, além de continuar produzindo café, também explora a silvicultura (cultura de eucalipto, cujas folhas são utilizadas para produção de essências e extração de madeira para lenha). As propriedades rurais de Torrinha possuem energia elétrica, telefonia fixa e celular; a maioria utiliza fossa negra e para abastecimento, água de nascentes e poços e alguns artesianos. A prefeitura oferece transporte gratuito para os alunos da área rural até as escolas na área urbana (Tabela 7).

Tabela 7: Principais Culturas de Torrinha, a área ocupada e o número de unidades rurais que participam dessa produção.

Cultura	Área ocupada em hectares	Nº UPAs
Braquiária	12903.3	491
Cana-de-açúcar	6170.9	227
Eucalipto	2605.9	334
Café	1273.6	287
Laranja	1207.7	31
Milho	1027.6	158
Gramas	717.4	55
Outras gramíneas para pastagem	207.1	13
Capim-napier (ou capim-elefante)	150.8	102
Mandioca	115.6	17
Arroz	70.9	53

Fonte: LUPA /CATI – Dados de 2006

As atividades industriais são poucas, pois se trata de um município pequeno e que não sofreu grandes influências do crescimento industrial que atingiu o interior do Estado de São Paulo.

A indústria de Torrinha está concentrada, basicamente, na extração de óleo essencial de eucalipto e o de candeia. Há sete usinas de beneficiamento de óleo sendo cinco de eucalipto e duas de candeia, gerando cerca de 220 empregos. Os produtos são exportados para Estados Unidos e Japão. O produto final do óleo de eucalipto é utilizado na indústria de essências diversas: perfumes, produtos farmacêuticos, materiais de limpeza etc. O óleo de candeia (árvore encontrada na região de Torrinha e em Minas Gerais) é utilizado pela indústria farmacêutica.

A extração dos óleos no município foi iniciada na década de 40, pelo Sr. João Dieberger, como pioneiro em Taboleiro e Barra Bonita.

Na década de 50, Frederik A. Jokl, seguindo os passos do Sr. João Dieberger e com a colaboração de Henrique Hlawensky, deu início a uma pequena destilaria em sua propriedade na Fazenda Três Barras, com uma produção de, aproximadamente, 500 kg por mês.

Na década de 60, houve a separação da Destilaria da Fazenda Três Barras, originando a atividade industrial da Destilaria Três Barras Ltda, tendo como sócios Joyce Jokl, Abdala Cury, Fuad Cury e José Antonio Ortega Gómez. Esta nova empresa impulsionou as atividades industriais e sociais no município de Torrinha. A propriedade foi totalmente eletrificada, sendo contratado um grande número de funcionários e, pela primeira vez na região, implantou-se o uso da carteira profissional rural, conferindo a todos os funcionários os direitos trabalhistas e os benefícios sociais. No final da década de 60, as exportações já passavam de 130 toneladas e na década seguinte atingiram 595 toneladas.

Torrinha passou a ser conhecida como produtora e exportadora de essências extraídas de *Eucalyptus citriodora*, exportando para os EUA, Europa, Japão e outros países, sendo, hoje, a mais importante atividade industrial do município.

Segundo o IBGE, (2006), Torrinha apresenta as atividades econômicas relevantes (Tabela 8).

Tabela 8: Atividades Econômicas no município de Torrinha – SP

Atividade Econômica	Número de empresas no município	Pessoal ocupado (número de pessoas)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	24	205 pessoas
Indústrias de transformação	48	253 pessoas
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	232	605 pessoas
Alojamento e alimentação	46	93 pessoas
Transporte, armazenagem e comunicações	32	130 pessoas
Intermediação financeira	06	24 pessoas
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	32	58 pessoas
Saúde e serviços sociais	03	19 pessoas
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	30	49 pessoas

Fonte: IBGE, 2006.

4.10 – Atrativos Turísticos

Os recursos paisagísticos que poderiam ser explorados pelo turismo em Torrinha – SP, de acordo com os dois documentos (COMTUR, 2000) E (UNIP, 2004) dividem-se em três tipos:

- a) Atrativos naturais: *canyons*, *cuestas*, cachoeiras, grutas;
- b) Atrativos religiosos: igrejas e eventos religiosos;
- c) Atrativos culturais e eventos: artesanato, estação ferroviária; carnaval; festa do peão do boiadeiro.

A) Atrativos Naturais

O relevo do município, descrito anteriormente, favorece a formação de *canyons*, que, por sua vez, propicia a existência de cachoeiras, paredões e

cavernas, conforme consta no documento elaborado pelo COMTUR (2000).
Abaixo são listados os principais atrativos naturais de Torrinha:

- **Cachoeiras:** o documento elaborado pelo COMTUR, em 2000, apresenta 42 (quarenta e duas) abaixo relacionadas:
 - o 1ª Cachoeira do Chapadão;
 - o 2ª Cachoeira do Chapadão;
 - o 1ª Cachoeira do Candimba;
 - o 2ª Cachoeira do Candimba;
 - o 3ª Cachoeira do Candimba;
 - o Cachoeira do Eco (Figura 17);
 - o 1ª Cachoeira dos Três Saltos;
 - o Complexo de Cachoeiras dos Três Saltos;
 - o Cachoeira da Cassununga;
 - o Cachoeira da Bete;
 - o Cachoeiras da Caveira (3 quedas);
 - o Cachoeira da Figueira;
 - o Cachoeira do Bissoli (Figura 16);
 - o Cachoeirinha do Bissoli;
 - o Cachoeira da Conceição (Figura 13);
 - o Piscina natural acima da borda da Cachoeira da Conceição;
 - o Cachoeirinha da Conceição;
 - o 1ª Cachoeira do Paraíso;
 - o 2ª Cachoeira do Paraíso;
 - o 3ª Cachoeira do Paraíso;
 - o Cachoeira do Zé Pedrini;
 - o Cachoeira da Vale Verde;
 - o Cachoeira do Jurandir Gasparoto (02 quedas);
 - o Cachoeira do Tombolato;
 - o Cachoeira da Fazenda Santa Cruz;
 - o 1ª Cachoeira VV;
 - o 2ª Cachoeira VV;
 - o Cachoeira do Antonio João;
 - o Cachoeira do Tonelli;

- Cachoeira da Fazenda São Carlos (Paredão Vermelho);
- Cachoeiras do Nico (03 quedas);
- Cachoeira do Guerreiro;
- Cachoeira da Imagem;
- Cachoeira abaixo da Cachoeira da Imagem;
- Cachoeira do Cidão;
- 1ª Cachoeira do Mira (Figura 14);
- 2ª Cachoeira do Mira (Figura 15);
- Cachoeira dos Escravos;
- Cachoeira das Tocas;
- Cachoeira do Lobinho;
- Cachoeira do Monte Santo;
- Cachoeira da Fazenda da Ponta.

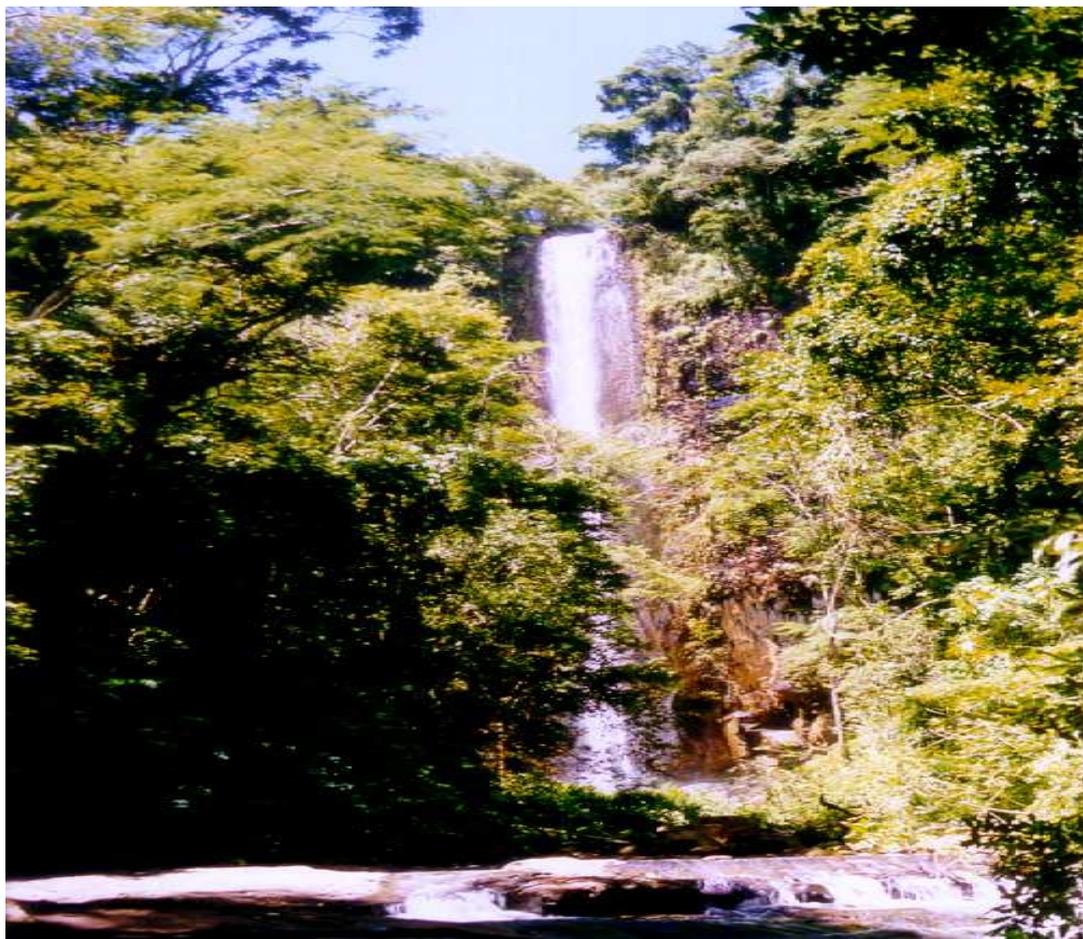


Figura 13: Cachoeira da Conceição.

Fonte: COMTUR, 2000.



Figura 14: Primeira Cachoeira do Mira.

Fonte: Posati, 21/04/2006.



Figura 15: Segunda Cachoeira do Mira.

Fonte: Posati, 21/04/2006.



Figura 16: Cachoeira do Bissoli

Fonte: Posati, 21/04/2006.



Figura 17: Cachoeira do Eco.

Fonte: COMTUR, 2000.

- **Cavernas:** o relevo do município, além de ser propício à formação de canyons e cachoeiras, também possui cavernas, conhecidas por grutas. A seguir, algumas das cavernas existentes no município:
 - o Gruta dos Sete Dedos;

- Gruta dos Escravos (Figura 18);
- Gruta do Candimba;
- Gruta do Nico;
- Grutas da Bela Aliança;
- Grutas da Fazenda Santana;
- Gruta vizinha à fazenda Conceição.



Figura 18: Gruta dos Escravos.

Fonte: COMTUR, 2000.

O município de Torrinha além das cachoeiras, grutas, também possui uma área para prática de vôo livre. O melhor ponto está na Fazenda da Ponta, onde o vento é considerado ideal pelos praticantes (Figura 19).



Figura 19: Fazenda da Ponta, área para prática de vôo livre.

Fonte: COMTUR, 2000.

B) Atrativos Religiosos

Torrinha possui cerca de 45 capelas rurais, espalhadas pelas propriedades. Algumas delas fazem parte do calendário de eventos religiosos do município. Essas capelas foram sendo construídas pelos proprietários rurais e, muitas delas, tiveram a colaboração das famílias que se beneficiariam delas. A motivação para as construções, na maioria das vezes, era pagamento de alguma promessa, agradecimento à graça alcançada, como também uma forma de proporcionar o acesso às atividades religiosas em propriedades mais distantes da cidade.

Na praça central está localizada a Matriz de São José, que é a principal Igreja Católica do município.

As capelas que possuem o maior número de eventos religiosos e a importância desses eventos para o município, estão citadas a seguir:

- **Matriz de São José:** foi edificada no local onde teve início o Arraial de Torrinha, mantendo o marco inicial do município (Figura 20). A paróquia mantém o seguinte calendário de eventos:

a) Março – Bolo de São José realizado no dia do padroeiro comemorado anualmente no dia dezanove de março (19/03), quando um enorme bolo é finamente confeitado e distribuído a toda comunidade;

b) Semana Santa e Páscoa – com encenação da Paixão de Cristo;

c) Corpus Christie – as ruas que dão acesso a matriz são ricamente enfeitadas para a procissão;

d) Natal – iluminação especial da Igreja, apresentação do coral com músicas natalinas.



Figura 20: Matriz de São José.

Fonte: COMTUR, 2000.

- **Capela de Santa Cruz:** localizada na zona rural, a Capela de Santa Cruz foi erguida como pagamento de uma promessa devido à praga de gafanhotos que atingiu todas as plantações da região de Torrinha,

por volta de 1918. Anualmente, é realizada a quermesse no mês de maio, conhecida como Festa da Capela de Santa Cruz dos Gafanhotos.

- **Capela de São José do Paraíso:** no final do século XIX, as terras onde hoje se encontra a Capela pertenciam ao município de São Pedro (Figura 21). A atual capela foi construída em 1921 e é uma réplica da matriz de Torrinha. Ela possui três grandes e importantes eventos:

- a) Abril – Festa Fraternidade da Apresentação do Senhor, em 86ª edição (2007);
- b) Junho – Festa Junina do Paraíso;
- c) Agosto – Celebração do Cio da Terra em ação de graças pela colheita do café.

A capela do Paraíso (Figura 21) está situada na zona rural e no seu entorno está situado o Agromonge Mosteiro do Paraíso. É uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, é formada pelos monges e agricultores do bairro Paraíso, onde moram 73 famílias, as quais sobrevivem economicamente do cultivo do café, granja e bicho-da-seda. O mosteiro promove vários cursos para a comunidade, desde catequese, liturgia, teologia e também cursos realizados pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) para a população local, tais como: de manuseio de agrotóxicos na agricultura, de culinária, manuseio de carnes, artesanato e doces.

Há, aproximadamente, 07 anos, existe a fábrica de chocolates, com funcionários voluntários, que fabrica vários tipos de chocolates (trufas, bombons, pães de mel etc.), que são vendidos e toda a sua renda é destinada para a manutenção do mosteiro e projetos sociais.



Figura 21: Capela São José do Paraíso com sua decoração de garrafas azuis, feitas artesanalmente no próprio mosteiro.

Fonte: COMTUR, 2000.

- **Capela de Nossa Senhora Conceição Aparecida (Taboleiro):** está localizada na Rodovia SP 304 que liga Torrinha a Dois Córregos e foi fundada em 1958, em um armazém da Fazenda Três Barras. Dada a grande concentração de pessoas no bairro, cerca de 40 famílias e com acesso difícil à cidade para as atividades religiosas, a Capela foi construída com a ajuda dessas famílias. Mensalmente, é realizada uma missa em louvor a Nossa Senhora Aparecida, e em agosto, anualmente, é realizada a tradicional quermesse.

C) Atrativos Culturais e Eventos

Relacionadas com seus atrativos naturais, existem lendas envolvendo os vales e cachoeiras, como por exemplo, a lenda da Maria Candimba. Essa lenda muito popular no município tem duas versões:

A primeira versão relata que, na região do Vale dos Três Saltos, havia uma fazenda com muitos escravos, entre os quais havia um casal que servia os senhores na Casa Grande: a escrava Maria Candimba que costumava fumar cachimbo, e seu marido, um negro forte e destemido, também chamado de Candimba. Essa escrava era mucama da Sinhá e vivia na casa dos senhores. Conta a lenda que a Sinhá deu a luz a um menino, seu filho primogênito e Maria Candimba, como era a escrava predileta foi escolhida para cuidar e ser a ama-de-leite do menino. O menino foi crescendo e cada vez mais a escrava se apegava a ele. Certo dia, o escravo Candimba desobedeceu as ordens do senhor e como castigo foi açoitado no tronco e depois vendido junto com Maria Candimba para outros senhores. Maria Candimba, desesperada com a possível separação do menino, tomou-o para si e fugiu em direção ao Vale dos Três Saltos, a grande cachoeira da região, onde existe uma gruta, atualmente denominada Gruta do Candimba, à beira do rio Pinheirinho e ali ficou foragida em seu novo lar.

O escravo Candimba era quem levava comida à noite para os dois e, naqueles tempos, somente os mais corajosos, enfrentavam aquele vale repleto de onças e cobras venenosas, pois a mata era uma verdadeira muralha. Os senhores desesperados com a fuga da escrava com o menino, colocaram todos os feitores e mateiros da região à procura de Maria Candimba e do menino. Uma noite, seguiram o escravo Candimba e encontraram o esconderijo. A lenda ainda diz que os senhores perdoaram Maria Candimba e o negro Candimba. Depois de muitos anos, alguém que andava pelos topos das montanhas, viu naquele vale, um vulto de mulher entre as árvores, numa dança embalada pelo suave murmúrio do vento.

A nevoa das águas que caem dos Três Saltos e a bruma que sobe das profundezas do vale, criam uma linda dança de fumaça que flutua com os primeiros raios de sol e segue em direção à antiga Casa Grande: é a fumaça do cachimbo de Maria Candimba à procura do menino!

A segunda versão é mais popular e mais curta: um escravo chamado Candimba e a filha do seu senhor apaixonaram-se perdidamente. Como esse amor era proibido e jamais teria o consentimento do pai, o casal acabou fugindo para o Vale dos Três Saltos, onde se abrigaram por muito tempo numa toca, hoje chamada de Toca do Candimba. A lenda conta que, por saudade da

família, a moça veio a falecer numa manhã onde a suave bruma de primavera cobria todo vale. E, ainda hoje, toda vez que a tal bruma surge, diz o povo que é a moça que, por saudade, saiu do vale para visitar a sua família (COMTUR, 2000).

Os atrativos culturais que poderiam ser explorados turisticamente se enquadram em:

- a) Artesanato;
- b) Estação Ferroviária;
- c) Carnaval;
- d) Eventos.

A) Artesanato: a significativa presença da atividade rural, ao longo dos anos, deu origem a uma série de utensílios tanto para uso doméstico, como também para o trabalho na lavoura, sendo essa a primeira atividade artesanal do município também conhecida como artesanato utilitário. Nesse artesanato estavam incluídas as peneiras, cestas, jacás etc., feitos com taquara, que era muito abundante na região. (GIOMETTI, 1999).

Além da “cestaria”, outras técnicas e materiais (couro, madeira, palha de milho, capim entre outros) eram utilizados para a confecção de produtos com o mesmo fim, ou seja, utilitários.

O trabalho manual, como costura, crochê, bordados, que eram realizados pelas mulheres na zona rural, ainda continuam sendo realizados no município. Foram passados de geração em geração e também foram aperfeiçoados com o passar do tempo.

Atualmente, o artesanato do município conta também com tapeçaria, onde são misturadas as técnicas de tapeçaria e *patchwork* (Figura 22).



Figura 22: Artesanato local – tapeçaria.

Fonte: COMTUR, 2000.

Além da tapeçaria, há também os bordados diversos, tais como: renda turca, macramé e a produção de alimentos caseiros (licores, geléias, compotas, doces, queijos etc).

Foi efetuado um cadastro dos artesãos existentes, pela atual Secretaria de Turismo, e há uma feira para venda desses produtos artesanais, realizada quinzenalmente, aos sábados, das 14h00min às 17h00min horas, na Praça da Matriz.

B) Estação Ferroviária: como produtor de café, o município de Torrinha também foi servido pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, inaugurada em 07 de setembro de 1886, com o nome de Estação Ferroviária de Santa Maria e que, posteriormente, passou a ser chamada de Estação Ferroviária de Torrinha. A ferrovia do ramal Jaú passa por Torrinha no km 53,528 e faz parte da linha tronco oeste. Como parte da história da cultura do café no Estado de São Paulo, a ferrovia também foi construída para facilitar o escoamento do café produzido nas fazendas da região. O atual prédio da estação foi construído na

década de 1920, e está tombado como patrimônio histórico pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico, Turístico do Estado (CONDEPHAT), que tem por objetivo a proteção e a proibição de demolição do mesmo. O prédio possui arquitetura em estilo neoclássico, assim como a grande maioria das construções do município. Após o declínio das ferrovias, a estação de Torrinha também ficou abandonada (Figura 23).

Em um mutirão organizado pelo COMTUR, em 2000, com ajuda da população local, foi feita uma grande limpeza na estação, além de reparos elétricos e hidráulicos, pintura etc. Depois desse mutirão, a Estação foi revitalizada, isto é, passou a ter novos usos: sede do COMTUR e Associação de Condutores (guias); ponto de venda de artesanato; um bar passou a funcionar nos fins de semana, além de receber vários eventos do município. O COMTUR tinha como objetivo transformar a estação num local de lazer e entretenimento para a população de Torrinha, além de incentivar a preservação do prédio e da cultura do município, destacando a importância da Estação para o município ao longo da história (Figura 24).



Figura 23: Fachada da Estação Ferroviária de Torrinha.

Fonte: Posati - 21/04/2006.



Figura 24: Secretaria de Turismo de Torrinha – SP.

Fonte: Posati - 21/04/2006.

C) Carnaval: o breve histórico do Carnaval é baseado no depoimento do Sr. Jacomim Perotto, que brincava no carnaval. No final dos anos 30, a população de Torrinha tinha um hábito diferente de brincar o Carnaval. Uma pessoa do município fantasiava-se de Rei Momo, ia até a Estação de Canela (estação vizinha) e vinha de trem até Torrinha e, quando chegava na estação de Torrinha, havia uma multidão esperando o Rei Momo, que saía pelas ruas arrastando a multidão para a folia.

Nessa mesma época, um grupo de jovens quis abrilhantar ,ainda mais, essa festa. Passaram, então, a confeccionar um grande boneco preto, com movimentação de pescoço e dos braços e ainda três vaquinhas e apareceram de surpresa na estação. O povo surpreso, com a novidade, seguiu atrás dos bonecos e abandonaram o Rei Momo, que também acompanhou o boneco.

Nos anos seguintes, os grupos de juntaram e fizeram um casal de bonecos pretos, que, mais tarde foram chamados de Marião e Mariona, o pierrô, um pássaro com 05 metros de altura, vaquinhas, cavalinhos e um ônibus de papelão, que se chamava “Expresso Vagaroso” (Figura 26). E a folia também ganhou acompanhamento de instrumentos musicais; os músicos tocavam violão, cavaquinho, sanfona, clarinete, viola e pandeiro. O carnaval

era anunciado com o toque do berrante. O desfile seguia com muita gente mascarada, os grandes bonecos e o povo atrás (Figura 25).

Anos depois, uma escola de samba foi formada e as músicas antigas nunca mais foram ouvidas e, por anos, o Carnaval dos anos 30 ficou esquecido.

A partir de 2000, a população com o apoio do COMTUR e da Secretaria de Turismo, tem revivido a antiga tradição do carnaval com os bonecos, sanfoneiros, além dos blocos e escolas de samba da atualidade.



Figura 25: Carnaval 2007 – Torrinha-SP.

Fonte: www.torrinha.sp.gov.br.



Figura 26: Mariona – boneco típico do carnaval de rua de Torrinha.

Fonte: COMTUR, 2000

D) Eventos: o município conta com vários eventos culturais e também religiosos. A grande maioria deles é realizada na Estação e tem apoio e organização da Secretaria de Turismo. O calendário de eventos do município, no ano de 2007, pode ser observado na Tabela 9.

Tabela 9: Calendário de Eventos de Torrinha

JANEIRO	Folia de Reis 06/01
FEVEREIRO	Missa de Nossa Senhora de Candeias 02/02 Carnaval 18 e 20/02
MARÇO	Dia de São Jose 19/03 – Bolo comunitário
ABRIL	Semana Santa de 06 a 08/04 07/04 Aniversário do município 84 anos Festa no Mosteiro do Paraíso 22/04
MAIO	Encontro Presbiteriano – Bairro Três Saltos 01/05 Festa Santa Cruz dos Gafanhotos
JUNHO	Festas juninas nas zonas rural e urbana Corpus Christie 07/06 – ruas enfeitadas com tapetes decorativos
JULHO	Festa julina do Paraíso Festa julina da Estação Fest'inverno Festa no Bairro Gramado
AGOSTO	Festa da N. Senhora Conceição no Bairro do Taboleiro
SETEMBRO	Festa do Peão Boiadeiro Festa de Setembro
OUTUBRO	Moda na Estação Festa de Nossa Senhora Aparecida Festa de São Benedito
NOVEMBRO	Finados Missa do Cio da Terra – Paraíso 25/11
DEZEMBRO	Natal Férias escolares Reveillon

Fonte: Secretaria de Turismo do município de Torrinha – disponível no site www.torrinha.sp.gov.br.

05 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

A idéia de desenvolver o turismo no município de Torrinha surge em 1997, quando um grupo de pessoas do município formou a ONG *Amigos de Torrinha*. Ela tinha, como principal objetivo, trazer melhorias para o município por meio do desenvolvimento do turismo sustentável.

No final de 1999, alguns integrantes dessa ONG, e com apoio da prefeitura formaram o Conselho Municipal de Turismo, o COMTUR, o qual começou a funcionar efetivamente em 2000. Ele tinha por objetivo “formular a política municipal de turismo, por meio de medidas que tinham por finalidade o desenvolvimento da atividade turística no município de Torrinha”. (COMTUR, 2000, p. 2). Os membros do Conselho tinham mandatos gratuitos e as suas funções eram consideradas como prestação de serviço público relevante ao município.

O COMTUR de Torrinha, de acordo com seu documento, (COMTUR, 2000, p. 02), tinha as seguintes funções:

- Opinar, nos processos ou projetos que lhe fossem submetidos, sobre os planos de desenvolvimento de turismo;
- Sugerir medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de serviços turísticos no município;
- Indicar representantes para integrar delegações do município a congressos, convenções, reuniões ou novos acontecimentos que ofereçam interesse à política municipal de turismo;
- Organizar e executar amplos debates sobre os assuntos de interesse turístico para o município ou região;
- Diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico e orientar a sua melhor divulgação;
- Propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento de turismo no município;
- Elaborar o calendário turístico do município;
- Formar grupos de trabalho para atividades específicas;
- Dedicar em todos os assuntos relacionados a turismo;

- Promover a integração do município ao Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) da EMBRATUR;
- Estabelecer convênios com outros municípios, Estado ou União e sugerir-los quando for o caso;
- Manter intercâmbio com as diversas entidades de turismo, seja público ou privado;
- Monitorar o crescimento do turismo no município, propondo medidas que atendam à sua capacidade turística;
- Desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas do município;
- Propor diretrizes de implantação do turismo através de um trabalho coordenado entre órgãos municipais e as entidades privadas;
- Elaborar, planejar e gerenciar o Plano Municipal de Turismo.

Os membros do COMTUR, quando de sua formação, encontram-se no Anexo A.

A Sra. Maria Lucia Baltieri, presidente do COMTUR de 2000 a 2004, afirma que “esse COMTUR foi operante e extremamente dedicado, realizando várias reuniões de trabalho para esboçar o que seria o planejamento do turismo no município”.

Essas ações do COMTUR culminaram com o I Encontro de Turismo de Torrinhã, ocorrido nos dias 19 e 20 de agosto de 2000. Esse encontro ocorreu na forma de *Workshop* e o seu principal objetivo era envolver e incentivar a participação de toda comunidade para que houvesse a consolidação das normas e ações para o desenvolvimento do turismo e que fossem as mais adequadas à realidade do município. (COMTUR, 2000, p.3). Como resultado desse encontro foi elaborado o documento: “Levantamento Inicial para Elaboração do Plano Diretor de Turismo do município de Torrinhã”, objeto de análise do atual trabalho.

Esse documento foi considerado, na época, pelo COMTUR como:

um diagnóstico completo sobre o município de Torrinhã, feito por equipes do próprio local nas mais diversas áreas que vão desde a história e economia até uma avaliação preliminar do potencial para o turismo rural, agroturismo e turismo ambiental e de aventura. Esses dados deverão evidenciar os pontos fortes e fracos do município e situá-lo num contexto mais global mostrando porque o Ecoturismo está sendo a escolha do município para alavancar uma nova e definitiva fase de seu desenvolvimento (COMTUR, 2000, p. 4).

Nesse mesmo período, foi formada a ONG denominada “Comitê de Desenvolvimento do Turismo da Região Centro Paulista”, (CODETUR). Ela tinha caráter regional e seus objetivos eram organizar e desenvolver a atividade turística em municípios que até o momento, eram conhecidos apenas pela agropecuária, pelo comércio e algumas indústrias.

O CODETUR era formado por 17 municípios: Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Brotas, Corumbataí, Dourado, Dois Córregos, Ibitinga, Itapuí, Itirapina, Jaú, Mineiros do Tietê, Pederneiras, Ribeirão Bonito, Santa Maria da Serra, São Carlos e Torrinhã. Em 2002, foi inaugurado o primeiro Quiosque de Informações Turísticas do Brasil, em rodovias que dão acesso aos municípios citados, localizado na Rodovia Washington Luis, no km 200 (no município de Itirapina), em uma parceria do CONDETUR e a Centrovias que cedeu o prédio, mais o apoio de algumas empresas privadas que forneceram os móveis e o computador, além da colaboração do Bureau de Turismo Terras Altas de São Carlos, da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e de Carlos Nascimento, na época, jornalista da Rede Globo de televisão.

O Quiosque funcionou de 2002 a 2004 e possuía material informativo de todos os municípios integrantes do CODETUR. Como se tratava de uma ONG, não era subordinado a nenhum órgão público, mas recebia verba das prefeituras participantes do Comitê. Segundo Maria Lucia Baltieri, que além de presidente do COMTUR de Torrinhã, presidia o CONDETUR, “no final de 2004, com a troca da gestão municipal, vários municípios deixaram de contribuir para as despesas do quiosque, fato este que provocou o seu fechamento no início de 2005, por falta de recursos financeiros”.

O CODETUR considerava que havia uma “vocação natural” da região para o desenvolvimento do turismo, pois o relevo e a hidrografia da região de

Torrinha, Brotas, Dois Córregos e Santa Maria da Serra, eram muito favoráveis para o desenvolvimento do turismo de aventura e esportes radicais. A Sra. Maria Lucia Baltieri considera “que o CODETUR fracassou não só por motivos financeiros, mas também principalmente porque o processo de desenvolvimento do turismo nos municípios ainda não estava consolidado”.

O equívoco não estava em considerar o processo de desenvolvimento do turismo nos municípios como não consolidado. O equívoco estava em considerar que a regionalização das atividades turísticas poderia ser constituída com base no PNMT, isto é, na municipalização do turismo.

A idéia de promover a regionalização do turismo, era interessante, uma vez que os municípios possuíam atrativos parecidos e com a criação de um roteiro regional, a infra-estrutura (meios de hospedagem, restaurantes, etc.) de cada município poderia ser mais bem aproveitada e também poderia suprir as carências de outros, fortalecendo, assim, o turismo na região. Mas devido à falta de um planejamento adequado, o turismo não obteve sucesso na maioria dos municípios participantes do CODETUR. Apenas Brotas alcançou alguns resultados positivos em termos de demanda.

Atualmente, o MTUR está promovendo o Programa de Regionalização do Turismo, em vários locais, com roteiros que englobam regiões que possuem atrativos semelhantes, e com um roteiro para essa região em estudo, denominada Chapada Guarani, reunindo os municípios de Analândia, Brotas, Itirapina, São Carlos e Torrinha. Como se pode notar, uma iniciativa já proposta pelo CODETUR e que fracassou em 2004. É retomada agora pelo MTUR, numa outra tentativa de regionalização do turismo.

O planejamento do turismo em Torrinha - SP ocorre no mesmo período em que “explode o ecoturismo” em Brotas, município vizinho e limítrofe de Torrinha. Em 2000, este município estava recebendo um grande fluxo de visitantes. Brotas estava com uma forte campanha de marketing na mídia nacional. Como Torrinha possuía os mesmos atrativos naturais, por que não explorá-los à semelhança de Brotas?

O interesse do município de Torrinha em explorar o ecoturismo e a influência do que já ocorria em Brotas é descrito, no seguinte trecho do documento elaborado pelo COMTUR de Torrinha, (2000):

A pressão que o município de Torrinha recebe ainda é indireta e, em parte, tem origem em seu vizinho, Brotas, conhecido nacionalmente e detentor de uma boa estrutura para o turismo. Uma necessidade, comum, entre turistas ditos ambientais, ou ecológicos, é a procura, sempre, pelo novo. Quando um local se torna conhecido ele busca outro, mesmo que essa necessidade se manifeste após alguns anos. É exatamente com esse fato que o município de Torrinha está começando a se preocupar. A organização do Ecoturismo no município deverá criar, regular e disciplinar a visitação em determinados atrativos, de modo que se desenvolva um turismo ambiental sustentável (COMTUR, 2000, p. 6).

Esse sucesso, mesmo que efêmero, conforme os dados mais atuais, que apontam que o turismo em Brotas já se encontra em declínio (AGNELLI, 2006), influenciaram as ações em Torrinha, que também priorizou o mesmo segmento do turismo explorado por Brotas, ou seja, a utilização dos recursos naturais como atrativos para a prática do turismo de aventura, que ambos os municípios denominaram de ecoturismo. A denominação de ecoturismo, adotada pelos dois municípios, é utilizada de maneira generalizada, uma vez que o turismo praticado em Brotas e o que foi pretendido em Torrinha foi o turismo de aventura, onde o ambiente natural é apenas o cenário para a aventura, desafios e superação dos limites etc. Machado (2006) propõe uma reflexão sobre as diferenças, como foi apresentado na Tabela 5 (p.54).

Independentemente da terminologia utilizada, seja como ecoturismo, turismo de natureza, ou ainda o turismo de aventura, a essência é a exploração da natureza, como uma mercadoria a ser consumida.

Essa concepção de natureza como mercadoria, como um bem a ser consumido, é explicitada na fala de João Batista Negrão (2006 apud AGNELLI, 2006, p.66), quando defende a prática do ecoturismo em Brotas:

(...) então, era preciso mostrar que nós tínhamos uma indústria, era só explorar que ela estava pronta, que não precisava construir essa indústria, que era só a gente utilizar o que a natureza havia dado, uma região com muitos atrativos que nos foi dada de graça e que estava aí dormindo, como a gente diz. Muitos dos atrativos turísticos nem o proprietário da área conheciam, não só a população da cidade, mas teve locais que a gente foi conhecer, foi documentar, fomos fotografar e filmar e quando mostrou para o proprietário da área o que ele tinha, ele dizia que nunca tinha visto; e proprietários que já vinham de famílias, gente que nasceu dono daquilo lá, então era isso que a gente quis mostrar, para que entregar um patrimônio que nós tínhamos, que nos foi dado gratuitamente, destruir esse patrimônio

com uma atividade que la gerar um punhado de empregos da pior qualidade, uma exposição ao perigo, a todo tipo de coisas nocivas à saúde, enquanto que nós poderíamos e o que realmente acabou acontecendo foi desenvolver uma atividade que geraria muito mais emprego, traria muito mais renda e uma renda não concentrada, porque o turismo você não substitui de jeito nenhum, o homem pela máquina. Você não pode utilizar um atrativo qualquer sem que você ponha gente para trabalhar, você não tem como substituir um atendente, um garçom, um cozinheiro, uma arrumadeira, isso você não substitui por máquinas, então essa atividade, além dela ser geradora de emprego, muito mais que uma indústria, ela distribui a renda de uma maneira mais democrática.

Ouriques (2005), um crítico do turismo, faz um alerta sobre a exploração da natureza, e usada como mercadoria para o turismo:

A Natureza, que aparece no discurso dos defensores do turismo como a grande “vantagem competitiva” que temos para nos inserirmos no ciclo turístico mundial, adquire papel fundamental para essa forma específica de produção e reprodução espacial em moldes capitalistas. Os elementos naturais – numa palavra, a paisagem – constituem-se, é o que dizem como a matéria-prima do turismo. Um país como o nosso detentor de um vasto território no qual existem várias formas de relevo, várias características climáticas, deveria priorizar a atividade turística, promovendo de forma planejada, adequada, sua determinação natural (OURIQUES, 2005, p. 122).

O documento elaborado pelo COMTUR em 2000, resultante do I Encontro de Turismo de Torrinha, cita a abundância de recursos naturais e a intenção de utilizá-los para desenvolver o turismo, como no trecho a seguir:

o município de Torrinha possui aproximadamente 80 quilômetros de cuevas basálticas, o que favorece o aparecimento de paisagens belíssimas, repletas de paredões com até 100 metros de altura, algumas cavernas, pelo exemplares de matas de galeria e de encostas – ainda primárias, e fantásticas cachoeiras, tornando-o um município potencialmente turístico. O turismo é a indústria que mais cresce no mundo e a sua utilização como forma de desenvolvimento econômico encontra inúmeros exemplos bem sucedidos em várias localidades do Brasil e do mundo (COMTUR, 2000, p.3).

Na época, esse documento foi considerado pelos integrantes do COMTUR, e pelos envolvidos, diretamente, no processo de planejamento do turismo, como “um diagnóstico completo” (COMTUR, 2000, p.4). Há um grave equívoco no documento do COMTUR (2000): diagnóstico e inventário são

utilizados como sinônimos. Assim, o citado documento enfatiza que “para a realização do diagnóstico, grupos de trabalhos nas seguintes áreas foram montados” (COMTUR, 2000, P.13):

- 1) Levantamento Histórico;
- 2) Levantamento de dados sobre a geografia, geologia, economia, flora e fauna, ocupação do solo, demografia entre outros;
- 3) Levantamento e adequação de leis e normas pertinentes ao processo, tanto em nível municipal e estadual quanto federal, incluindo a Agenda 21 Brasileira;
- 4) Levantamento de toda infra-estrutura do município com relação à rede hoteleira, restaurantes, postos de gasolina, saúde, saneamento básico, entre outros;
- 5) Avaliação das potencialidades nas áreas de Turismo Rural e Agroturismo;
- 6) Avaliação das potencialidades nas áreas de Turismo Ambiental e de Aventura.

A fragilidade do que é concebido como diagnóstico surge quando levamos em conta que os itens 3, 5 e 6 descritos acima, “ fundamentais para a implantação do turismo” como: o levantamento e adequação de leis e normas pertinentes ao processo, tanto em nível municipal e estadual quanto federal, incluindo a Agenda 21 Brasileira; a avaliação das potencialidades nas áreas de Turismo Rural e Agroturismo e a avaliação das potencialidades nas áreas de Turismo Ambiental e de Aventura, simplesmente, não foram desenvolvidos. Isto é, questões essas que permitiriam de alguma forma prever o sucesso, ou não, da implantação do turismo no município.

O próprio documento desqualifica o seu “diagnóstico”, ao afirmar que o mesmo é “simplista” (sic) (COMTUR, 2000, P.26).

Daí a ênfase em, simplesmente, enumerar esses atrativos naturais e não avaliar os possíveis impactos negativos decorrentes da atividade turística. Os pontos considerados frágeis e que aparecem na Tabela 10, abaixo, abordam apenas as fragilidades da infra-estrutura turística do município:

Tabela 10: Situação do Município de Torrinha em 2000, em relação à infra-estrutura turística:

Infra - estrutura turística de Torrinha em 2000	
Setor	Capacidade
Hotelaria	208 leitos
Restaurantes	100 refeições por dia
Transporte para o turismo	Inexistente
Atrativos turísticos desenvolvidos	Insuficientes, para se atender toda a capacidade hoteleira, deveria haver pelo menos 05 atrativos desenvolvidos,
Guias	Suficientes, porém falta a criação da associação
Atividades noturnas	Insuficientes – não há cinemas e outras opções de lazer e diversão noturnos
Venda de souvenirs	Falta criação de um local para venda e associação dos artesãos
Posto de Informações turísticas	Inexistente

Fonte: COMTUR (2000, p. 26).

Por exemplo, o “diagnóstico” não abordou questões importantes, tais como: os possíveis impactos das trilhas que dão acesso às cachoeiras; o fato dos atrativos estarem em propriedades privadas e, devido ao tipo de relevo do município, esses atrativos localizam-se em Áreas de Proteção Permanentes (APPs), como por exemplo as cachoeiras, além dos conflitos que esta situação poderia gerar entre COMTUR, proprietários, prefeitura, agência de turismo, etc.

A concepção de diagnóstico de Beni (2000) ilustra, mais uma vez, as deficiências do documento do COMTUR (2000), como se pode observar a seguir:

“Um diagnóstico deve:

- analisar os recursos ambientais naturais para a sustentabilidade do turismo;
- analisar o patrimônio cultural na região e seu potencial de utilização na sustentabilidade do turismo;
- caracterizar e analisar a estrutura social, classificando-a segundo o processo de ocupação territorial, e a medida da participação da comunidade na produção de bens e serviços e nas atividades turísticas;
- dimensionar e analisar a estrutura econômica do setor: nível de emprego, volume de investimentos, rentabilidade e consumo;

- caracterizar e analisar a estrutura político-institucional do turismo na região, nos setores público e privado;
- dimensionar e analisar a infra-estrutura regional urbana e de acesso para o processo sustentável de ocupação turístico-recreativa, tendo em vista a abrangência territorial da área objeto de estudo;
- utilizar indicadores estatísticos e teorométricos para identificar a situação atual e projetar os cenários futuros do comportamento do mercado;
- caracterizar e dimensionar a oferta regional existente e/ou projetada de alojamentos, transportes, equipamentos, instalações e serviços;
- identificar e caracterizar o diferencial turístico regional para a estruturação das políticas de marketing e de fixação de segmentos do mercado de consumo;
- caracterizar, classificar e quantificar a demanda atual e futura de bens e serviços turísticos;
- identificar desequilíbrio entre oferta e demanda do turismo na região".
(Beni,2000, p. 166).

Szmrecsányi (1979) considera o diagnóstico como parte fundamental, do processo de planejamento. E ele deve ser cuidadosamente, elaborado, para fornecer o maior número de informações possíveis para que os passos seguintes, como foi representado na Figura 2 (p. 31), atinjam os objetivos propostos. O autor ainda complementa:

todo diagnóstico requer um grande volume de pesquisas e levantamentos de base. Isso não quer dizer, entretanto, que sua elaboração exija sempre, e sob todos os aspectos, a realização de investigações diretas e de estudos fundamentais. Em muitos casos, se não na maioria, trata-se de fazer o melhor uso possível dos dados e informações já existentes (que podem estar publicados ou não). As pesquisas e levantamentos "diretos" (isto é não baseados em fontes disponíveis) só se justificam, em termos de custos e prazos, quando os dados necessários não existem, ou são manifestamente inconsistentes e/ou excessivamente incompletos. O mais importante é que os resultados de tais pesquisas e levantamentos se prestem a projeções das tendências históricas – ou seja, que possam resultar em prognósticos acerca da evolução futura das tendências empiricamente verificadas, sem levar em conta os possíveis efeitos da intervenção resultante do plano que se pretende elaborar (Szmrecsányi, 1979, p. 13).

Outro ponto importante para a elaboração do diagnóstico é a questão que envolve a comunidade local, isto é, como a comunidade entende, aceita e participa da exploração do turismo no município. O documento elaborado pelo COMTUR (2000), cita que foi realizada uma pesquisa de opinião com 129 pessoas, no período de 31 de julho a 09 de agosto de 2000. O COMTUR (2000) destaca que:

Esse número de pessoas entrevistadas representa aproximadamente 1,5% da população do município, uma amostragem bastante significativa. O questionário foi aplicado pelos próprios moradores, após instruções específicas sobre os itens abordados e objetivos da pesquisa (COMTUR, 2000, p.7).

Porém não há nenhum esclarecimento sobre quem foram os aplicadores e que tipo de treinamento foi fornecido a eles.

Atualmente, há técnicas estatísticas que permitem utilizar um pequeno número de informantes e alcançar resultados considerados satisfatórios. Portanto, a questão não é tanto com relação ao tamanho e representatividade da amostra (ainda que importante). Mas, muito mais pelo cuidado a ser tomado apontado por Bourdieu (1980) sobre as pesquisas de opinião. A pesquisa de opinião realizada pelo COMTUR, pressupunha que a população tivesse uma opinião formada sobre o turismo. Segundo Bourdieu (1980) a opinião pública não existe.⁶

Mesmo não levando em conta o que aconselhou Bourdieu (1980), os resultados desse levantamento revelam inconsistências e fragilidades quanto à

⁶ Ainda que não seja o objetivo dessa dissertação vale ressaltar o que Bourdieu (1980) sugere sobre as análises de sondagens de opinião por meio de três postulados, a seguir:

- Primeiramente, toda pesquisa de opinião supõe que todo mundo pode ter uma opinião; ou em outras palavras, que a produção de uma opinião está ao alcance de todos. Correndo o risco de ferir um sentimento ingenuamente democrático, contestarei este primeiro postulado;

- Segundo postulado: supõe-se que todas as opiniões se equivalem: penso ser possível demonstrar que isto é absolutamente falso e que o fato de acumular opiniões que não têm absolutamente a mesma força leva a uma distorção muito profunda.

- Terceiro postulado implícito: no simples fato de fazer a mesma pergunta para todo mundo acha-se implícita a hipótese de que existe um consenso sobre os problemas, em outras palavras, de que existe um acordo sobre as perguntas que merecem ser feitas. Bourdieu (1980, p. 137-138).

conveniência da implantação das atividades turísticas no município de Torrinha (Anexo B e C). Os resultados obtidos pelo COMTUR (2000, p.10) apontam:

- Dos entrevistados, mais de 90% acreditava que Torrinha tinha atrativos potenciais. Enquanto 34% acreditavam que Torrinha não estava preparada para receber o turismo, contra 48% que acham que o município estava preparado. Isto demonstra que o item “informação/conscientização”, que deveria ser abordado com detalhes no plano de ação, deveria ter atenção especial e mostrar que o turismo organizado requer planejamento;

- Outros pontos importantes: 67% dos entrevistados acharam que existia carência de restaurantes no município para receber os turistas e 71% achavam que faltava plantão médico. Transportes e farmácias de plantão também foram itens de destaque. Itens que refletem anseios próprios dos cidadãos, e itens que deveriam ter prioridade no plano de desenvolvimento do município para o turismo;

- Em relação às inquietações e expectativas da comunidade ficou claro que a maioria esperava que o turismo trouxesse aumento na renda familiar (92%), mais opções de emprego (84%) e desenvolvimento para o município (78%). As principais preocupações da comunidade com a chegada do turismo são o lixo (49%), as drogas (35%) e a diminuição da tranquilidade no município (35%).

A pesquisa que foi realizada pelo COMTUR em 2000 constatou que a comunidade tinha conhecimento sobre o turismo e quais seriam as conseqüências da sua implantação. E ainda, possuía consciência dos impactos negativos que o desenvolvimento do turismo poderia trazer para o município.

Essa pesquisa ainda aponta as três principais formas de se minimizar os impactos negativos do turismo foram: a organização do turismo (64%), a realização de treinamentos para a comunidade (60%) e a mobilização comunitária para resolver os problemas (58%). O que será que os proponentes do turismo em Torrinha esperariam como resposta de uma comunidade caracterizada como pouco dinâmica do ponto de vista econômico e social? Apesar da ênfase do documento é uma questão chave da intervenção o envolvimento da comunidade.

Os resultados obtidos pelo COMTUR (2000) apontam que a comunidade anseia que o desenvolvimento do turismo no município possa trazer benefícios como aumento da renda, geração de emprego e desenvolvimento local e inclusão social, benefícios estes que o desenvolvimento do turismo em uma determinada localidade assegura que ocorrerão.

Os autores, já descritos (BENI (2000), SZMRECSÁNYI (1979), etc.) sugerem uma série de ações que deveriam ser observadas durante a elaboração do diagnóstico: um diagnóstico deficiente compromete todos os passos, seguintes, do processo de planejamento, levando ao insucesso, como observado no município de Torrinha - SP.

A partir desse diagnóstico, o COMTUR previa explorar o turismo em Torrinha nos seguintes segmentos:

- a) ecoturismo, (turismo ambiental e turismo de aventura);
- b) turismo rural ou agroturismo.

Nesse mesmo período há a abertura de uma agência de turismo receptivo no município, a *Ivian Turismo*, criação da Associação de Guias Locais do Município de Torrinha e contrato com os proprietários para a exploração dos atrativos. Apesar do Plano Diretor de Turismo de Torrinha, não ter passado de um “levantamento inicial”, foram elaboradas algumas normas que deveriam ser seguidas por todos os envolvidos na atividade turística. Elas consistiam, basicamente, em:

- Todos os turistas deveriam adquirir seus passeios na agência local, ou seja, na *Ivian Turismo*;
- Os proprietários só iriam permitir acesso aos atrativos com o *voucher* emitido pela agência local e com a presença dos guias da associação, pois os mesmos além de conhecer a região, seriam capacitados para promover segurança aos turistas;
- O COMTUR por meio do *voucher* teria um controle da quantidade de visitantes por atrativos.

Ainda em 2000, a Prefeitura Municipal cria a Secretaria de Esportes e Turismo de Torrinha, para contribuir com o desenvolvimento do Turismo, porém o cargo de secretária do turismo só foi criado em 2001.

Embora o citado documento enumerasse 42 (quarenta e duas) cachoeiras, o turismo em Torrinha – SP resumiu-se na exploração de dois atrativos:

- As Cachoeiras do Mira (Figuras 27, 28, 29, 30 e 31), o atrativo mais perto da área urbana do município, pois está localizada apenas a 3 km do centro;
- As Cachoeiras do Bissoli (Figuras 32 e 33).

Esses atrativos eram utilizados para a prática do turismo de aventura, na modalidade de *rappel* e *cascaýnding*, atividades estas, que consistem na descida da cachoeira por uma corda. Basicamente, essa modalidade do turismo de aventura, foi a única implantada no município de Torrinha.

Desde o início o desenvolvimento da atividade turística no município, os dois atrativos explorados já apresentavam problemas: por exemplo, o proprietário da Cachoeira do Mira, atrativo popular, e próximo do centro da cidade, não se envolvido com o processo turístico, deixou de cobrar a entrada, permitia e ainda permite o uso da cachoeira, mas sem nenhuma estrutura e ou medidas de segurança.



Figura 27: Primeira Cachoeira do Mira.

Fonte: Posati, 21/04/2006.

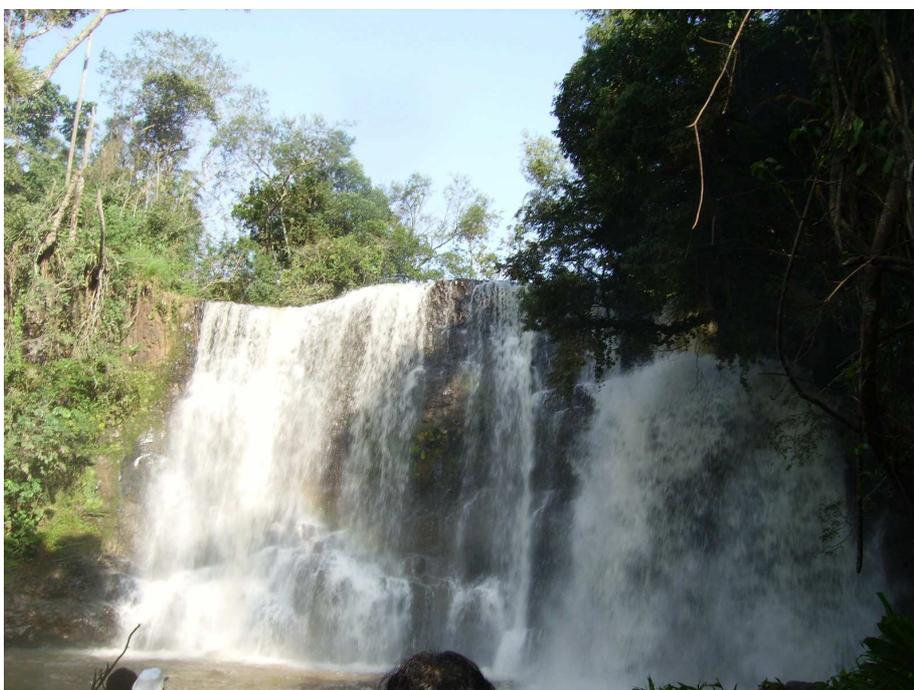


Figura 28: Segunda Cachoeira do Mira.

Fonte: Posati, 21/04/2006.



Figura 29: Entrada da Cachoeira do Mira.

Fonte: Posati, 21/04/2006.



Figura 30: Placas na Cachoeira do Mira, colocadas pelo proprietário.

Fonte: Posati, 21/04/2006.



Figura 31: Placas na Cachoeira do Mira, colocadas pelo proprietário.

Fonte: Posati, 21/04/2006.

As cachoeiras, situadas na propriedade do Senhor José Mira, possuem beleza cênica. Além disso, a primeira, demonstrada nas figuras 14 e 28, devido a sua altura, cerca de 4m, são ideais para principiantes no esporte. A segunda cachoeira é mais alta que a primeira e possui um maior volume de água, porém ela apresenta problemas sérios: ela é um acidente do Ribeirão dos Pinheirinhos e sua queda ocorre cerca de 1 km depois de receber todo o esgoto do município de Torrinha, sem tratamento, portanto com riscos de contaminação. Entretanto não há nenhum tipo de aviso na cachoeira.

A Secretaria de Turismo do município, nas duas gestões, já colocaram placas informativas sobre os riscos de contaminação, mas as placas desaparecem. A figura 15 mostra pessoas utilizando a cachoeira, e identificadas como moradoras do município e que sabiam do problema da água contaminada com esgoto. Mas, mesmo assim, utilizam a cachoeira como forma de lazer.

As placas apresentadas nas figuras 30 e 31 revelam o desinteresse e descomprometimento do proprietário com a atividade turística. Para ele o fato de “não estacionar em frente da porteira” e “não jogar lixo”, já seriam suficientes. E era o que ele esperava dos visitantes.

Atualmente, a primeira cachoeira também apresenta problemas, segundo a atual secretária de turismo do município: um proprietário rural possui criação de porcos e despeja no riacho que forma a cachoeira, os restos dos animais. Quando o volume d'água diminui é possível verificar a gordura acumulada nas pedras. O que inviabiliza totalmente o seu uso.

O complexo de Cachoeiras do Bissoli foi o atrativo mais desenvolvido no município de Torrinha e também o que mais recebeu visitantes. Nessas cachoeiras além dos esportes como *rappel* e *cascaiding*, também era possível fazer trilhas, que possuem beleza cênica, vista das cuestas e da vegetação nativa (Figuras 32 e 33).



Figura 32: Vista das Cuestas – trilha das Cachoeiras do Bissoli.

Fonte: Posati, 21/04/2006.

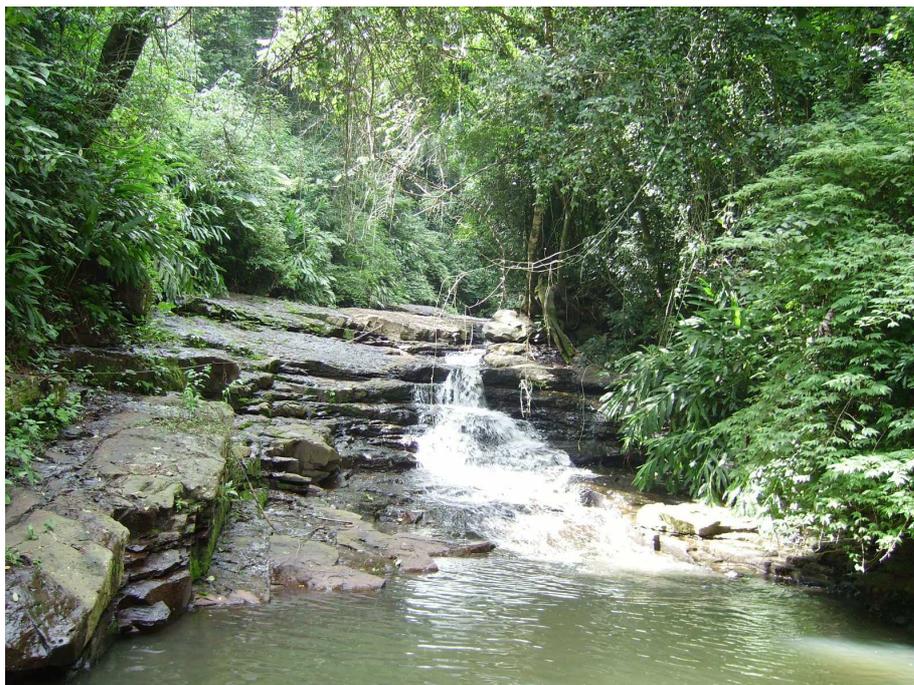


Figura 33: Cachoeirinha – trilha das Cachoeiras do Bissoli.

Fonte: Posati, 21/04/2006.

Além dos passeios pelas trilhas que eram consideradas moderadas, com grau médio de dificuldade, devido à inclinação, alguns trechos eram mais difíceis (Figura 34), não podendo ser considerada uma trilha moderada, pois exige cuidado para a descida, e há riscos de escorregar.

Um outro aspecto importante que o planejamento deveria ter contemplado é a questão dos possíveis impactos negativos que essas trilhas que dão acesso às cachoeiras poderiam sofrer.



Figura 34: Trilha das Cachoeiras do Bissoli, mostrando trecho com trilhas com grau médio de dificuldade.

Fonte: Posati, 21/04/2006.

As outras atividades realizadas nas cachoeiras eram basicamente o cascaynding (Figuras 35 e 36).

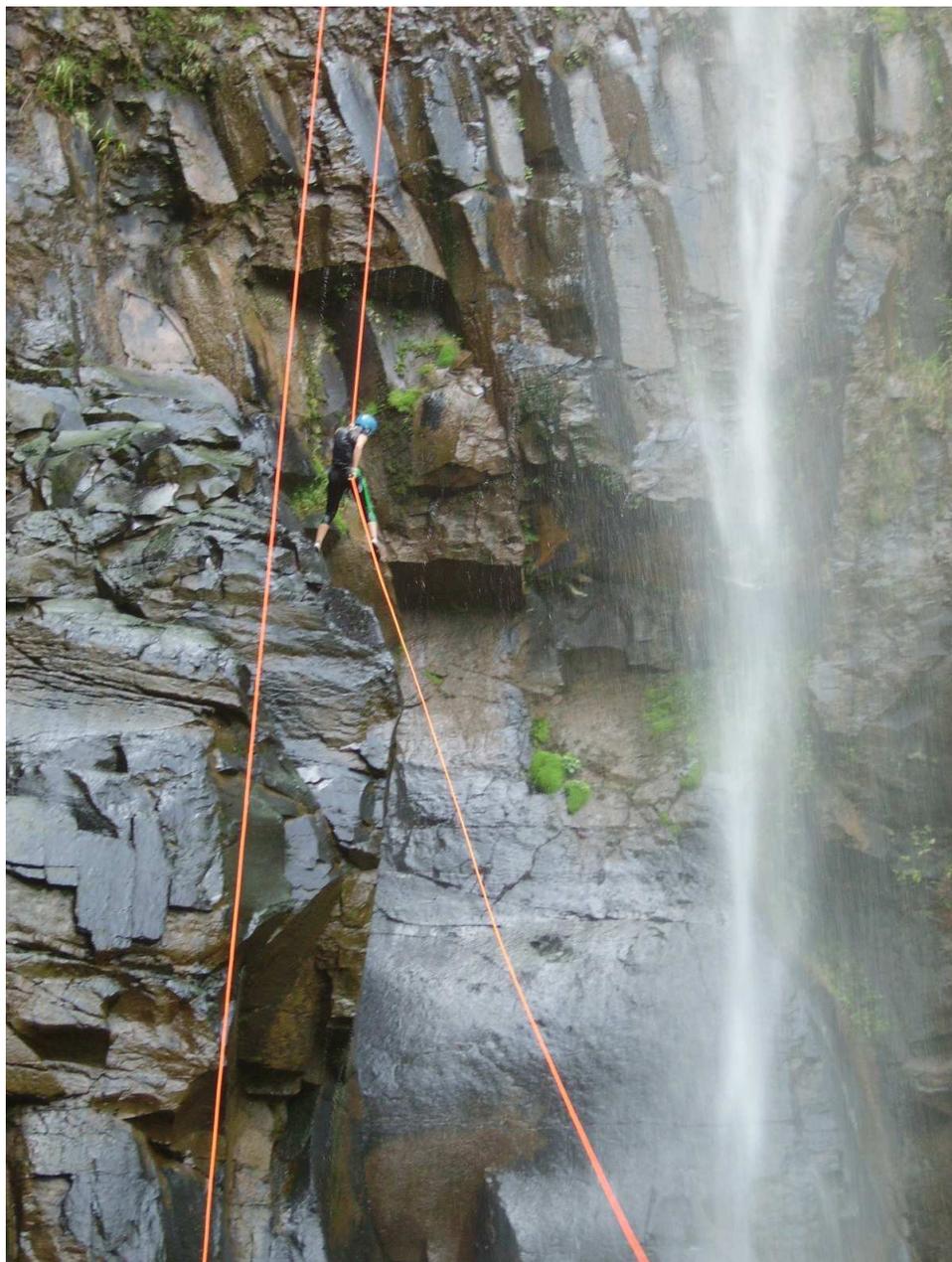


Figura 35: Turista praticando cascaiynding nas Cachoeiras do Bissoli.

Fonte: Posati, 21/04/2006.



Figura 36: Preparação para prática do cascaynding nas Cachoeiras do Bissoli, também conhecida como Cachoeiras do Encontro.

Fonte: Posati, 21/04/2006.

Considerando os dois atrativos explorados, o de propriedade do Senhor Jacinto Bissoli era o que possuía alguma infra-estrutura, isto é, uma construção rústica com banheiros, e um pequeno bar para atender os turistas. As visitas eram agendadas previamente, com o fornecimento de refeições (Figura 37).



Figura 37: Local onde o Sr. Jacinto Bissoli recebia os turistas, conta com um pequeno bar e banheiros.

Fonte: Posati, 21/04/2006.

Este atrativo está interditado, pois um trecho da trilha para se chegar às cachoeiras está dentro de uma outra propriedade e sua atual proprietária, não permite a sua utilização.

O turismo não chegou a se desenvolver de forma significativa em Torrinha – SP: pode-se dizer que, atualmente, ele é inexistente, pois os seus dois únicos atrativos que foram trabalhados desde 2000 apresentam problemas:

- As cachoeiras do Senhor José Mira com os problemas de poluição;
- As cachoeiras do Senhor Jacinto Bissoli com o problema de acesso dado que as trilhas passam por uma outra propriedade privada.

Todas essas questões (propriedade privadas, APPs, recursos hídricos, etc.) deveriam ter sido observadas quando da elaboração do foi considerado de “planejamento do turismo”. Contraditoriamente, o documento elaborado pelo COMTUR (2000) afirma que ele foi elaborado por “equipes do próprio local, nas mais diversas áreas que vão desde a história e a economia até uma avaliação

preliminar do potencial para o turismo rural, agriturismo, turismo ambiental e de aventura” (COMTUR, 2000, p. 4).

Muito embora, o relato feito até agora possa parecer uma exigência de detalhes, na verdade ele sugere a fragilidade ou as insuficiências que “o diagnóstico” não identificou. Portanto não é de causar estranheza a não implantação significativa e duradoura do turismo em Torrinha – SP.

O documento de 2004 trata-se um trabalho acadêmico, elaborado pelos alunos do curso de Turismo da UNIP/Campinas, que o elaboraram como exigência parcial para conclusão do terceiro ano do curso de turismo. E é como tal que ele deve ser analisado. Deve ser reconhecido o esforço, a dedicação e o entusiasmo desses alunos na elaboração do documento. Entretanto, como documento que se propunha ser um “Plano de Desenvolvimento Turístico de Torrinha - SP” apresenta inúmeras falhas: a principal delas, já apontada no documento do COMTUR (2000), diz respeito à concepção de que “planejar é fazer planos”, como conceito de planejamento turístico. Se essa concepção já era inaceitável no documento do COMTUR (2000), mais inaceitável ela se torna quando se trata de um trabalho fundamental na formação de alunos na área do planejamento turístico.

Além de ser um trabalho acadêmico, ele pretendia colaborar com o desenvolvimento do turismo no município. Se esse documento tivesse ido além da elaboração de um plano teria contribuído, de forma efetiva, para reavaliar a proposta contida no documento do COMTUR (2000). Deste modo, ele poderia ter revelado as fragilidades contidas no documento de 2000. Os quatro anos decorridos entre os dois documentos, podem ser considerados um tempo adequado para reavaliar, por exemplo, o que a chamada comunidade de Torrinha pensava, desejava e esperava sobre a implantação do turismo.

O documento de 2004, assim como o de 2000, apresenta resultados de uma pesquisa de opinião realizada com a comunidade local, e composta de três amostras que totalizaram 132 pessoas entrevistadas. A pesquisa abordava questões sócio-econômicas, e algumas questões relacionadas ao desenvolvimento do turismo. Os resultados sobre as questões relacionadas ao

desenvolvimento do turismo no município revelaram que ao contrário do que afirmava a pesquisa de 2000, realizada pelo COMTUR, a população desconhecia o processo turístico no município.

A pesquisa de 2004 revelou que 52% dos entrevistados desconheciam totalmente o turismo e como a atividade poderia contribuir para o desenvolvimento local, muitos dos entrevistados não souberam nem definir o que seria a atividade. Já para 26% dos entrevistados, o turismo consistia em entretenimento e visitas aos atrativos. Para 10% dos entrevistados o turismo podia ser bom para o município, mas não souberam defini-lo. E para 2% o turismo poderia trazer conseqüências negativas para o município.

Esses resultados se contrapõem aos resultados obtidos pela pesquisa de 2000, que afirmavam que a população tinha “consciência” e conhecimento sobre o desenvolvimento da atividade turística no município.

Esse documento pode ser considerado também, como mais um inventário do município de Torrinha – SP, ao relatar suas características, como já foi apresentado no capítulo 4 desse trabalho. Desse ponto de vista, não significou uma contribuição inovadora para a implantação do turismo no município. Dados levantados pelo documento de 2004, foram considerados como diagnóstico turístico, aparecem de forma sintética nas páginas de 293 a 305.

A idéia de apresentar as informações condensadas em pontos positivos e negativos tem sua utilidade do ponto de vista do leitor apressado. Porém não contém nenhuma análise sobre a importância do turismo para o município. Um exemplo desses dados em relação à população local, é apresentado a seguir nas Tabelas 11, 12 e 13:

Tabela 11: Caracterização Sócio - econômica.

Caracterização Sócio - econômica.	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
O desenvolvimento do turismo pode trazer benefícios sócio-econômicos para a população.	Gastronomia regional pouco explorada.
A população deseja o desenvolvimento do município de forma sustentável.	A oferta de mão de obra é grande, mas não é qualificada o suficiente.
Valorização da cultura local	Produtos culturais “afastados” dos turistas e da população.
A cidade possui bens arquitetônicos de destaque, importantes para o desenvolvimento do turismo.	A oferta de atrativos culturais é significativa, porém falta incentivo para divulgação e cuidados necessários.
A população é muito receptiva.	Não há infra-estrutura suficiente e eficiente para atender as necessidades dos turistas; Falta de consciência da população perante bens culturais e patrimônio arquitetônico; Faltam produtos culturais voltados ao turismo; A população tem receio sobre a implantação do turismo no município, por falta de informação; Falta de incentivo para formação de artesãos.

Fonte: UNIP (2004, p.293).

Tabela 12: Análise Sócio-econômica.

Análise Sócio - econômica.	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Presença de projetos sociais no município.	Faltam projetos sociais ligados ao turismo.
Baixo índice de pobreza.	População tradicional persiste a mudança.
Qualidade de vida satisfatória para a maioria da população.	População não se sensibiliza para novas atividades.
Equilíbrio entre a população masculina e feminina.	Pouca valorização por parte da população em relação à sua cultura.
Baixo índice de violência.	População não preparada para a recepção e informação aos turistas.
Maioria da população religiosa	Por falta de entretenimento e perspectiva, os jovens ficam expostos ao uso de drogas.
Taxa de mortalidade baixa.	Descuido com os jovens, falta incentivo e oportunidade de estudo; Evasão dos jovens do município, por falta de emprego; Falta de modernização da infra-estrutura; Faltam empregos; Alta taxa de analfabetismo.

Fonte: UNIP (2004, p.294).

Tabela 13: Manifestações Populares

Manifestações Populares	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Mantém as tradições e heranças culturais.	Recursos culturais não geram produtos turísticos.
Demonstram alegria, criatividade e arte.	Gastronomia da região não é definida.
Presença de lendas populares.	Falta de atrativos noturnos.
Colaboração e participação da população nas festas.	Falta de ações de incentivo público e privado.
Participação das pessoas nas feiras beneficentes.	Falta de divulgação do calendário de eventos.
Atrativos turísticos referentes aos vários tipos de festas.	Faltam artesãos; Dificuldade de acesso para os artesãos; Faltam feiras de artesanato local; Falta conscientização da população quanto à necessidade de se criar mais feiras de artesanato.

Fonte: UNIP (2004, p.295).

Os dados apresentados nas tabelas acima, estão recheados de contradições. E são numerosos os exemplos dessas contradições: a gastronomia é apontada como pouco explorada na Tabela 11 e na Tabela 13, ela é considerada indefinida; ao mesmo tempo em que a “valorização da cultura local” é considerada como positiva, os “produtos culturais” são apresentados “afastados” dos turistas e da população.

A equipe que elaborou o documento em 2004, considerava que o desenvolvimento do turismo pode trazer benefícios sócio-econômicos para a população. Esta consideração é apresentada como fundamentação para o diagnóstico. Na verdade, essa contribuição do turismo para o desenvolvimento precisaria ter sido demonstrada. Essa importância do turismo é mais uma “expectativa” da equipe o que a expressão de um desejo da comunidade. O turismo, no caso estudado, é pensado como gerador de renda, criador de empregos e de inclusão social, porém não encontra respaldo nos itens apresentados. O documento da UNIP (2004) ainda aborda as seguintes questões no que se chamou de diagnóstico turístico: patrimônios urbano e rural; caracterização ambiental; meio físico; meio biótico; área de proteção ambiental; caracterização urbana e infra-estrutura urbana. (Anexo D). E termina com uma série de propostas para o desenvolvimento turístico do município que algumas são transcritas, a seguir na Tabela 14:

Tabela 14: Propostas para o desenvolvimento turístico:

Tabelas de Propostas para o Desenvolvimento Turístico de Torrinha – SP.		
PROPOSTAS	RESPONSABILIDADES	PRIORIDADES
Ampliar o setor gastronômico.	Iniciativa Privada.	Longo Prazo.
Incentivo a gastronomia tradicional no meio rural.	Poder Público e Sociedade Civil.	Médio Prazo.
Criação de sinalização para os atrativos turísticos;	Iniciativa Privada e Poder público.	Curto Prazo.
Melhoria dos transportes até os pontos turísticos	Iniciativa Privada e Poder público.	Curto Prazo.
Divulgação das capelas tombadas pelo CONDEPHAAT.	Poder público.	Curto Prazo.
Inserção de cursos profissionalizantes de turismo.	Poder público.	Curto Prazo.
Aumentar e capacitar guias turísticos.	Poder público.	Curto Prazo.
Formação de monitores mirins para atuar junto ao guias.	Iniciativa Privada e Poder público.	Longo Prazo.
Implantação de agências de turismo receptivo.	Iniciativa Privada.	Curto Prazo.
Criação de uma linha turística ferroviária Jaú a Dois Córregos.	Iniciativa Privada e Poder público.	Longo Prazo.
Implantação e Criação da Escola de Artes e Cultura de Torrinha: aprendizado e conhecimento para a população.	Iniciativa Privada e Poder público.	Médio Prazo.
Fortalecer grupos culturais locais: teatro, música, arte, etc.	Iniciativa Privada e Poder público.	Curto Prazo.
Proporcionar maior participação da população carente na organização e operacionalização dos eventos locais.	Sociedade Civil	Médio Prazo.
Fazer divulgação dos eventos que ocorrem na cidade através de um calendário, folder e panfletos.	Iniciativa Privada e Poder público.	Longo Prazo.
Criar cursos e oficinas para a formação de novos artesãos	Poder público.	Curto Prazo.
Promover a antiga estação por meio de festas e eventos para arrecadar fundos para sua reforma.	Iniciativa Privada, Sociedade Civil e Poder público.	Curto Prazo.

Fonte: Adaptado de UNIP (2004, p. 306-321).

Propostas apresentadas na Tabela 14 seriam interessantes para o desenvolvimento do turismo. Porém, mais uma vez, dado o equívoco na utilização do conceito de planejamento, as propostas deveriam ser consideradas como projetos. E, nesse sentido, avalia-las quanto ao prazo, recursos humanos e financeiros, etc. para a sua implantação.

Atualmente, a secretária de turismo da atual gestão municipal (2005 – 2008) afirma que não divulga os atrativos do município, e nem toma outras providências em relação ao desenvolvimento turístico do município. Pois se o turista vier em busca das atividades turísticas, a secretaria não tem o que oferecer, pois os atrativos que eram explorados (Cachoeiras do Mira e do Bissolli) estão com problemas, não há mais a agência de turismo receptivo, a associação de guias locais foi desfeita e, muitas vezes, não há guias disponíveis no município para acompanhar os turistas, pois os guias que restaram estão prestando os seus serviços para as agências do município de Brotas.

Pela análise realizada, a questão central do insucesso, foi o processo de planejamento da atividade turística. E pode-se dizer que não houve, efetivamente, um processo de planejamento do turismo no município de Torrinha – SP, desde 2000. O que houve, na realidade, foram ações que poderiam fazer parte de um processo de planejamento, mas que, até o momento, não se pode afirmar que ele existiu de fato. Existiram propostas que, isoladamente, não conseguiram atingir os objetivos propostos, ou seja, o desenvolvimento do turismo no município.

Porém, as pessoas ligadas diretamente ao processo, como a Sra. Maria Lucia Baltieri, que foi presidente do COMTUR no período de 2000 a 2004, durante sua entrevista, afirma categoricamente que:

(...) não houve erro no planejamento, foram rupturas, como se diz, são aqueles fatores macros, que você não espera, quando que esperávamos que em um acidente, nós perderíamos lideranças tão importantes como o presidente da associação de guias, mais os dois dos melhores guias e o proprietário da agência de viagens que estava fazendo um trabalho sério. E também o inconsciente coletivo da população, que após esse trágico acidente, de certa forma, o turismo no município não era para ser.

Ao afirmar que não houve erro no processo de planejamento, a Sra. Maria Lucia Baltieri, remete o insucesso do turismo no município às questões externas, como por exemplo, o acidente ocorrido em 2002 e que vitimou 03 guias, sendo um deles o presidente da associação de guias e o proprietário da agência que recebia os turistas no município. E essas pessoas estavam ligadas diretamente ao processo do desenvolvimento do turismo. Porém, segundo o já citado na p.24, Bromley (1982 apud DIAS, 2003), onde o autor diz que “o planejamento busca definir e alcançar objetivos para o futuro, de tal maneira que as transformações que ocorram nas sociedades humanas não sejam determinadas por circunstâncias fortuitas ou externas”. Ou seja, no caso do município de Torrinha – SP, se o planejamento tivesse sido realizado e com projetos definidos e baseados em um diagnóstico bem elaborado, os resultados seriam outros. O acidente poderia atrapalhar o processo, pois se tratavam de pessoas importantes para a implantação do turismo do município. Mas não deveria ser um fator determinante para a ruptura do processo.

A Secretaria de Turismo do município, criada em 2000, também pouco conseguiu avançar no planejamento turístico do município. Uma vez que as dificuldades encontradas para reunir tanto os proprietários quanto a comunidade, cada vez ficavam maiores. Pois a comunidade não estava sensibilizada e envolvida o suficiente para colaborar com o planejamento turístico do município, como o documento do COMTUR (2000), sugeria na sua pesquisa. E os proprietários não se interessavam muito em desenvolver o turismo, uma vez que o município tinha 42 cachoeiras e apenas 03 eram exploradas.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Torrinha – SP, a exemplo do vizinho Brotas, devido à abundância de recursos paisagísticos naturais (cachoeiras, *canyons*, cavernas, paredões) além dos culturais, tem sido considerado como propício ao desenvolvimento da atividade turística, estimulando o dinamismo da economia local, gerando assim, emprego, renda e promovendo o desenvolvimento local.

A iniciativa de semelhante foi articulada pelo COMTUR de Torrinha – SP, e é datada de 2000, quando foram feitos encontros e *workshops* que culminaram com a elaboração do documento “Levantamento Inicial para elaboração do Plano Diretor de Turismo do Município de Torrinha – SP” e que foi considerado como o planejamento turístico do município. Esse documento continha inúmeras deficiências e fragilidades do ponto de vista do planejamento, conforme a análise feita durante esse trabalho.

O município de Torrinha – SP, aproveitando os estímulos para um retorno à Natureza, e dado que o município era possuidor de numerosos recursos paisagísticos naturais: 42 cachoeiras, Pedra de Torrinha, área para prática de vôo livre, paredões, etc., além dos atrativos culturais (artesanato, estação ferroviária, etc.) e das festas religiosas (festas nas capelas rurais, *Corpus Christie*, festa no Mosteiro do Paraíso, etc.) sem contar com mais de 40 capelas rurais, e ainda, os eventos (carnaval, festa do peão boiadeiro, etc.), que estavam ali “prontos” para serem explorados e sem a necessidade de grandes investimentos, nada mais “natural” do que propor o desenvolvimento do turismo no município.

Assim, explorar o chamado ecoturismo foi uma alternativa considerada adequada. Na verdade, como apontado neste trabalho, o que se pretendeu desenvolver foi o turismo de aventura (centrado em apenas duas cachoeiras existentes no município: as cachoeiras do Mira e do Bissolli). Para tanto, realizar o planejamento turístico do município era questão *sine qua non*.

Entretanto, a análise dos dois documentos, objetos de estudo desta dissertação, permite identificar que o que se chamou de “planejamento turístico” do município nunca ocorreu de fato. E o que foi elaborado e apresentado nesses documentos, foram 02 inventários, que descrevem e

enumeram os atrativos naturais, culturais e religiosos que o município possui e poderiam ter sido explorados turisticamente.

Pois tanto o documento elaborado em 2000 pelo COMTUR, quanto o documento elaborado em 2004, pelos alunos do curso de turismo da UNIP – Campinas, não abordaram questões importantes do ponto de vista do diagnóstico, como por exemplo, os problemas provocados pelo turismo, apresentados na Tabela 2 (p. 16). E como esses problemas seriam administrados e ou minimizados.

Um bom planejamento depende, fundamentalmente, de um bom diagnóstico, detalhista, que contemple todas as questões importantes: como por exemplo, a propriedade privada, pois o maior número de atrativos do município encontra-se dentro de propriedades privadas e seus proprietários precisam se envolver com o processo. Outra questão importante são as características do município que o diagnóstico também deveria abordar. E também, as questões sócio-culturais e ambientais. Além da conveniência e a aceitação por parte da comunidade da implantação da atividade turística no município de Torrinha - SP.

Os vários autores citados neste trabalho, que trabalham com o planejamento, de uma maneira geral, e o planejamento turístico (Beni, Dias, Petrocchi, Ruschmann, Szmrecsányi, entre outros) afirmam que o planejamento do turismo é um processo complexo. Pois, envolve os setores ligados diretamente às atividades turísticas, como também a infra – estrutura do local onde é desenvolvida e também a comunidade local.

O planejamento deve também promover o desenvolvimento do turismo de forma sustentável. E o que se observou em Torrinha – SP foi que vários elementos do processo de planejamento não foram abordados nos dois documentos elaborados.

O documento elaborado pelo COMTUR (2000), considerado como o “processo de planejamento turístico” do município, não é nada mais, que um inventário sobre o município apontando as potencialidades para o desenvolvimento do turismo. Mas, nenhum estudo mais aprofundado, ou um diagnóstico propriamente dito, jamais fora elaborado.

O documento de 2004 é uma repetição dos erros cometidos no documento de 2000, com várias propostas para o desenvolvimento do turismo do município, mas sem estar fundamentada a um processo de planejamento completo e que atenda às necessidades do município.

Na verdade, para serem conseqüentes com a concepção de planejamento turístico essas propostas deveriam ser analisadas por equipes do governo municipal, equipes de pesquisadores universitários, organizações não governamentais, comunidade local, etc. e então transformadas em projetos.

A falta de um diagnóstico bem elaborado, que assinalasse as questões importantes para o desenvolvimento do turismo, envolvendo o uso de recursos naturais, como por exemplo, a questão dos recursos hídricos, propriedades privadas, áreas de proteção ambiental, possíveis impactos, etc., resultou em recomendações que levaram ao insucesso da implantação do turismo no município.

Além disso, o planejamento poderia ter contemplado outras modalidades de turismo, como por exemplo: a existência de várias capelas rurais poderia resultar em um roteiro cultural e religioso. Roteiro esse que atingiria um outro tipo de público e o turismo do município não ficaria restrito aos amantes dos esportes radicais e as condições climáticas.

Uma outra questão não abordada no planejamento é o próprio clima de Torrinha, tropical de altitude com inverno frio, poderia ser explorado com eventos no inverno, festivais gastronômicos. Como exemplo, o que ocorre em outros municípios e assim atrair turistas da região, uma vez que, o município se encontra no centro do Estado de São Paulo e possui grandes pólos emissores de turistas como Bauru, São Carlos, São José do Rio Preto, a região de Campinas, etc.

Enfim, o turismo no município de Torrinha – SP, não se desenvolveu de forma significativa devido às inúmeras falhas no seu processo de planejamento. A exploração de apenas 02 atrativos não foi suficiente para tornar o município turístico. Atualmente, o turismo é inexistente.

Porém, como o município está inserido no projeto de regionalização do turismo, promovido pelo MTUR, a Chapada Guarani, há uma nova chance de se desenvolver o turismo no município, desde que, seja elaborado um planejamento turístico de fato, apoiado em um bom e completo diagnóstico.

Tanto o COMTUR quanto a Secretaria de turismo devem trabalhar juntos para que haja de fato, um planejamento turístico local, e também que ele seja inserido no contexto regional, tornando a Chapada Guarani um roteiro regional onde as destinações turísticas se complementem como também a infraestrutura turística dos municípios seja aproveitada de forma um a complementar o outro. Porém isso só será possível com um bom diagnóstico que resultará em um planejamento que se mostrará eficiente com o decorrer do tempo.

O turismo no município de Torrinha pode deixar de ser inexistente como atualmente, e se tornar uma realidade bem planejada.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNELLI, Selma Cury. **Euforia e Declínio: O Turismo em Brotas SP.** Araraquara, 2006 – Dissertação de Mestrado.

BARRETO, Margarida – **Planejamento e organização em turismo.** Campinas: Editora Papyrus, 2001.

_____. **Planejamento Responsável do Turismo.** Campinas, Editora Papyrus, 2002.

BECKER, Dinizar Fermiano (org). **Desenvolvimento sustentável.: necessidade e/ou Possibilidade?** 3ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 2ª edição. São Paulo : Editora SENAC ,1998

_____. **Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e coturismo.** In: BARRETO, Margarida e TAMANINI, Elizabete. **Redescobrimo a Ecologia no turismo.** Caxias do SulÇ EDUCS, 2002.

_____. **Política e estratégia do desenvolvimento regional: Planejamento integrado e sustentável do turismo.** Inc LAGE, Beatriz e MILONE, Paulo. **Turismo Teoria e Prática.** São Paulo: Editora Atlas,1999.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil.** São Paulo: Editora Aleph, 2006.

BISSOLI, Maria Ângela M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação.** 2ª ed. São Paulo: Editora Futura, 2001.

BRASIL. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo.** Proposta coordenação geral José Flávio de o. e Cecília M.T. Serrano. São Paulo: SMA, 1997.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. **Manual de Municipalização do Turismo.** Brasília: EMBRATUR, 1994.

COMTUR, CHINAGLIA, Clever. **Levantamento Inicial para a Elaboração do Plano Diretor de Turismo de Torrinhã- SP.** Torrinhã- SP, 2000.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL; GILBERT David; SHEPHERD Rebecca (orgs. Tradução COSTA, Roberto Cataldo. **Turismo: princípios e prática**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 35-54; 158- 258p.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T.;LIMA, Luiz Cruz (orgs). **Turismo Comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. 2º ed. São Paulo, Contexto, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo; Atlas, 2003.

_____. **Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo; Atlas, 2003.

FERRAZ, Joandre Antonio. **Regime Jurídico do Turismo**. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César (organizadores). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

GIOMETTI, Ana Lúcia Bueno dos Reis. **As condições ambientais da Bacia do Ribeirão dos Pinheirinhos e sua inserção no município de Torrinha**. Torrinha: Prefeitura Municipal de Torrinha, 1999.

_____. **Ocupação territorial e desenvolvimento sócio – econômico do séc. XVIII ao XX**. Torrinha: Prefeitura Municipal de Torrinha, 1999.

GOELDNER, Charles, RITCHIE, J. R. Brent, MCINTOSH, Robert. **Turismo: Princípios, Prática e Filosofia**. São Paulo. Editora Bookman, 2002.

GOIDANICH, Karin Leyser, MOLETTA, Vania Florentino. **Turismo Ecológico**. Porto Alegre; SEBRAE/RS, 2000.

GLOBE'90. **Tourism stream and action commitee: an action strategy for sustainable tourism development**. Vancouver: B.C., 1990.

HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamento**. São Paulo: Contexto, 2001.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. Papirus Editora, Campinas, SP, 2002.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Traduzido das edições alemã e francesa por CONTEXTO TRADUÇÕES LTDA. Civilização brasileira, 1989.

LINDBERG, Kreg. HAWKINGS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4ª edição. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

MACHADO, Álvaro. **EcoturismoÇ um produto viável**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

Ministério do Turismo – **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura; Relatório diagnóstico**. Brasília, DF; 2005.

OLIVEIRA, José Flávio e Serrano Célia M. T.; **Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo**. Secretaria Estadual de Meio Ambiente; São Paulo, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Planejamento para o desenvolvimento do turismo sustentável a nível municipal**. Brasília: Publicação de turismo e ambiente 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Desenvolvimento do turismo sustentável: manual para organizadores locais. Programa nacional de municipalização do turismo**. Brasília: Publicação de turismo e ambiente. 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável: manual para organizadores locais. Programa nacional de municipalização do turismo**. São Paulo, Editora Bookman, 2003.

OURIQUES, Helton R. **Turismo em Florianópolis: uma crítica à “indústria pós-moderna”**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

_____. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Editora Alínea, 2005.

PETROCCHI, Mario. **Turismo : planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Hucitec (1999)

RUSCHMAN, Doris , WILDMER, Gloria. In: ANSARAH, Marília (org) **Turismo como aprender como ensinar**. Volume 2, 3ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2004.

RUSCHMANN, Doris. **Projeto de aproveitamento turístico da primeira cachoeira do Astor**. ECA/USP. São Paulo. 1996.

_____. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 11ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2004.

_____. **Turismo e planejamento sustentável**. 5ª edição. Campinas: Editora Papirus, 1999.

_____. Turismo sustentado para a preservação do patrimônio ambiental. **Turismo em Análise**, São Paulo, 3(1):42-5, maio, 1992.

_____. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. **Turismo em Análise**, São Paulo, 4(1): 56-68, maio, 1993.

SEABRA, Giovanni. **Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas: Papyrus, 2001.

SCHNEIDER E FIALHO, In: ALMEIDA, Joaquim , RIEDL, Mario (orgs). **Turismo Rural: ecologia, lazer e Desenvolvimento**. Bauru – SP, EDUSC, 2000.

SWARBROOKE, John, **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. Tradução: PULIDO DIAS, Margarete. Vol I. São Paulo: Aleph, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930 -1975)**. São Paulo: Hucitec - Unicamp. 1979.

TABOADA, Cláudio – Presidente da Bahiatur in Suplemento Viagem e Aventura do Jornal O Estado de São Paulo de 22/08/2006, p,v2

UNIP **Plano de turismo para Torrinha- SP**. Campinas – SP, 2004.

Sites consultados:

www.cati.sp.gov.br - acesso em 22/04/2007

www.torrinhaonline.com.br - acesso em 26/03/2007

www.torrinha.sp.gov.br - acesso em 08/04/2007

www.turismorural.org.br - acesso em 21/05/2007

www.turismo.gov.br - acessos em 08/04/07 e 21/05/07

8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARCHER, Brian e COOPER, Chris. **Os impactos positivos e negativos do turismo**. In: THEOBALD, William F (org). **Turismo Global**. São Paulo: SENAC, 2001.85-102p.

BEZERRA, Deise Maria F. (org). **Planejamento e gestão do turismo**. São Pulo: Roca, 2003..

BISSOLI, Maria Ângela M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. 2ª ed. São Paulo: Editora Futura, 2001.

BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In **Ecoturismo um guia para planejamento e gestão**. 2ª ed. São Pulo: SENAC, 1995. 31-58p.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, Editora Edusc, 2001.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia científica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora.2003.

DAMM, Victor. **Ecoturismo em Brotas: uma análise estratégica**. São Carlos. UFSCAR, 1999.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5ª edição. São Paulo: Editora Futura, 1998.

DONAIRE, Denis. Considerações sobre a variável ecológica, as organizações e o turismo. In **Truísmo teoria e pratica**. São Paulo: Atlas, 2000. 80-93p.

DOYLE, Peter. **The realities of product life cycle**. **Quarterly Review of Marketing**. P.1-6, Summer, 1976

FENNELL, David, A. **Ecoturismo: uma introdução**. Tradução Lohbauer, Inês. Ed. Contexto, São Paulo, 2002.

ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL; RODRIGUES, Adyr A. B.; (1.; 1,2,3, de maio de 1997; USP, Departamento de Geografia). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

FARIA, Ivani Ferreira. **Turismo: lazer e políticas de desenvolvimento local**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

_____ **Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades**.. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

LAGE, B. **“Segmentação do Mercado Turístico”**. São Paulo: ECA - USP **Turismo em Análise**. 2 (3): p. 61-74. 1992.

LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César (organizadores). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LUCHIARI, Maria Tereza. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. In **Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades**. Manaus: EDUA, 2001. 17-30p.

MAGALHÃES, Freitas Claudia. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo:Ed. Roca,2002.

MOLINA, Sergio; RODRÍGUEZ Sergio. **Planejamento integral**. Tradução Carlos Valero. Bauru: EDUSC, 2001.

NEIMAN, Zysman. **Meio ambiente: educação e ecoturismo**. Barueri: Manole, 2002.

PELEGRINE, A. F. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papyrus, 1993.

PIRES, P.S. **Ecologia e turismo**. Monografia de pós-graduação em nível de Especialização em Administração e Turismo) INPG,UNIVILLE, 1998.

RIO, V. D.; OLIVEIRA, L.D. **Percepção ambiental**. São Paulo, Studio Nobel, 1996.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e desenvolvimento local**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, Dóris. **Marketing turístico: um enfoque promocional**. 8ª ed. Campinas: Editora Papyrus, 1990.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANCHO, Amparo. **Introdução ao Turismo: Organização Mundial do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

SERRANO, Célia M. Toledo e BRHUNS, Heloisa T. (orgs). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 2ª ed.. Campinas: Papyrus, 1998.

SERRANO Célia; BRUHNS, Heloisa T.; LUCHIARI, Maria Tereza; (orgs). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papyrus, 2000.

SERRANO,Célia (org). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Editora DIFEL S.A., 1980.

TULIK, O. "Recursos Naturais e Turismo: Tendências Contemporâneas". **Turismo em Análise**. São Paulo: ECA-USP: p. 26-37, 1992.

URRY, Jonh. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel:SESC, 1999.

Wearing, Stephen e Neil, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**, Ed. Manole, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001.

9. ANEXOS

9.1. Anexo A – Membros efetivos do COMTUR, quando da sua formação, 2000:

Presidente:	Maria Lúcia Baltieri
Vice Presidente:	Fernando Della Coletta
1º Secretária:	Beth Zanata Romão
2º Secretária:	Isa Martins Thomazini
Setor Hoteleiro:	João Paulo Goninelli
Bares e Similares:	Sérgio Luiz Costa
Associação Rural:	Ana Spigolon Tedeschi
Poder Público:	Ana Lúcia Seber e Iara Gouveia Gomes
Segurança Pública:	Dráusio Romão e Pedro Gallo

9.2. Anexo B – Modelo de questionário utilizado na pesquisa de opinião do COMTUR (2000)

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE OPINIÃO

I Encontro de Turismo de Torrinhã

19 e 20 de Agosto de 2000

1. SEXO

Masculino	
Feminino	

2. ESTADO CIVIL

Solteiro	
Casado	

3. IDADE

Até 15	
16-25	
26-35	
36-55	
acima 55	

4. FILHOS

Com filhos	
Sem filhos	

5. LOCAL DE NASCIMENTO

Torrinhã	
Brotas	
São Pedro	
Dois Córregos	
Sta. M. da Serra	
Outra cidade SP	
Cidade fora SP	

6. QTO ANOS MORA EM TORRINHã

1-5	
6-10	
11-20	
21-30	
acima de 30	

7. GRAU DE ESCOLARIDADE

Sem escolaridade	
1º grau completo	
1º grau incompleto	
2º grau completo	
2º grau incompleto	
Com supletivo	
3º grau	

8. PROFISSÃO

sitiante	
lavrador	
comerciante	
aposentado	

do lar	
Gerente de Fazenda	
advogado	
segurança	
Serviços gerais	
Pedreiro/eletrecista	
Operador máquina	
escriturário	
motorista	
outro	

9. TORRINHã TEM ATRATIVOS?

sim	
não	
Não sabe	

10. CONHECE OS SEGUINTE ATRATIVOS?

Pedra de Torrinhã	
Capela Paraíso	
Cachoeira Paraíso	
Cachoeira Jacinto Bissoli	
Usina Três Saltos	
Fazenda da Ponta	

11. CONHECE HISTÓRIA/CULTURA LOCAL?

Sim	
Não	

12. COMO PODERIA PARTICIPAR DO TURISMO LOCAL?

Como guia local	
Vendendo artesanato/doces	
Trabalhando em pousadas	
Trabalhando em pousadas / restaurantes	
Como segurança/vigia	
Explorando atrativo	
Aluguel de cavalos ou charretes	
Na divulgação	

Em eventos locais	
Na área cultural e histórica	
Na educação (conscientização)	
motorista	
outro	
Não se interessa	

13. ACREDITA QUE TORRINHã ESTã PREPARADA PARA O TURISMO?

sim	
não	
Não sabe	

14. O QUE FALTA PARA RECEBER O TURISTA?

pousadas	
restaurantes	
comercio	
Plantão médico	
transporte	
Área p/ camping	
Orientação p/ turista	
guias	
Farmácias de plantão	
Sinalização (placas)	
saneamento	
Infra-estrutura básica	
Divulgação	
Cursos preparatórios para a comunidade local	
Banheiro público	
Posto telefônico	
Política voltada para o turismo	
Consciência ecológica	

Correio melhor	
outro	

15. IMPACTOS POSITIVOS DO TURISMO

Aumento de renda	
Intercâmbio cultural	
Melhoria da infra-estrutura básica	
Desenvolvimento da cidade	
Divulgação da cidade	
Mais opção de empregos (fixação do morador)	
Melhoria do comércio	
Valorização do comércio	
nenhum	
outro	

16. IMPACTOS NEGATIVOS DO TURISMO

Aumento da violência	
drogas	
lixo	
Destruição da natureza	
Diminuição da tranquilidade	
nenhum	
outro	

17. O QUE VOCÊ PODERIA FAZER PARA MINIMIZAR OS EFEITOS NEGATIVOS

Limitar pessoas nos atrativos	
Mobilização da comunidade para resolver os problemas	
Entregando folhetos informativos	
Ministrando cursos	
Organizando o turismo	
Fazendo a manutenção das trilhas e atrativos	
Melhorando a infra-estrutura	

policciamento	
Mais segurança	
Mais comercio	
Não sei	
Outro	

18. BENEFÍCIOS QUE O TURISMO PODE TRAZER PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA

emprego	
Contato com outras pessoas	
Mais diversão	
Valorização dos imóveis	
Aumento da renda	
Outro	
Nenhum	

19. EXISTE REUNIÕES PARA DISCUSSÃO DOS PROBLEMAS DO MUNICÍPIO?

sim	
não	
Não sabe	

20. VOCÊ PARTICIPA DESSAS REUNIÕES?

sim	
não	

21. VOCÊ CONHECE O TRABALHO DO COMTUR?

sim	
não	

22. COMO VOCÊ CLASSIFICA O TRABALHO DO COMTUR?

bom	
regular	
insatisfatório	
Não sei	

23. VOCÊ PARTICIPARã DO I ENCONTRO DE TURISMO DE TORRINHã?

sim	
não	
Não sei	

9.3. Anexo C – Resultados da pesquisa de opinião realizada pelo COMTUR (2000).

**RESULTADOS
DA “PESQUISA
DE OPINIÃO”
EM %**

(31/07 a 09/08/2000 - 129 pessoas)

1. SEXO	
Masculino	50,39
Feminino	49,61
2. ESTADO CIVIL	
Solteiro	58,14
Casado	41,86
3. IDADE	
Até 15	4,65
16-25	39,53
26-35	17,83
36-55	31,78
acima 55	6,20
4. FILHOS	
Com filhos	42,64
Sem filhos	57,36
5. LOCAL DE NASCIMENTO	
Torrinha	49,61
Brotas	8,53
São Pedro	2,33
Dois Córregos	9,30

Sta. M. da Serra	-
Outra cidade SP	24,81
Cidade fora SP	5,43

6. QTOS ANOS MORA EM TORRINHA	
1-5	6,20
6-10	13,18
11-20	29,46
21-30	18,60
acima de 30	32,56

7. GRAU DE ESCOLARIDADE	
Sem escolaridade	2,33
1o grau completo	19,38
1o grau incompleto	13,18
2o grau completo	33,33
2o grau incompleto	6,98
Com supletivo	0,78
3o grau	24,03

8. PROFISSÃO	
sitante	3,10
lavrador	3,10
comerciante	23,26
aposentado	1,55
do lar	10,08
Gerente de Fazenda	0,78
advogado	1,55

segurança	1,55
Serviços gerais	5,43
Pedreiro/eletrecista	4,65
Operador máquina	1,55
escriturário	3,10
motorista	3,10
outro	37,21

9. ACREDITA QUE TORRINHA TEM ATRATIVOS TURÍSTICOS?	
sim	93,02
não	3,88
Não sabe	3,10

10. CONHECE OS SEGUINTE ATRATIVOS?	
Pedra de Torrinha	66,67
Capela Paraíso	75,97
Cachoeira Paraíso	36,43
Cachoeira Jacinto	27,13
Bissoli	
Usina Três Saltos	63,57
Fazenda da Ponta	41,86

11. CONHECE HISTÓRIA/CULTURA LOCAL?	
Sim	68,22
Não	24,03

12. COMO PODERIA PARTICIPAR DO TURISMO LOCAL?	
Como guia local	25,58
Vendendo artesanato/doces	13,18
Trabalhando em pousadas	17,05
Trabalhando em pousadas / restaurantes	10,85
Como segurança/vigia	6,20
Explorando atrativo	6,20
Aluguel de cavalos ou charretes	2,33
Na divulgação	26,36
Em eventos locais	17,05
Na área cultural e histórica	12,40
Na educação (conscientização)	14,73
motorista	10,85
outro	8,53
Não se interessa	4,65

13. ACREDITA QUE TORRINHA ESTÁ PREPARADA PARA O TURISMO?	
sim	48,84
não	34,11
Não sabe	17,05

14. O QUE FALTA PARA RECEBER O TURISTA?	
Pousadas	44,96
Restaurantes	66,67
Comercio	36,43
Plantão médico	71,32
Transporte	65,12
Área p/ camping	58,14
Orientação p/ turista	53,49
Guias	17,83
Farmácias de plantão	48,06
Sinalização (placas)	65,89
Saneamento	68,22
Infra-estrutura básica	60,47
Divulgação	52,71
Cursos preparatórios para a comunidade local	52,71
Banheiro público	62,02
Posto telefônico	43,41
Política voltada para o turismo	61,24
Consciência ecológica	65,89
Correio melhor	17,83
Outro	7,75

15. IMPACTOS POSITIVOS DO TURISMO	
Aumento de renda	92,25
Intercâmbio cultural	62,02
Melhoria da infra-	58,91

estrutura básica	
Desenvolvimento da cidade	78,29
Divulgação da cidade	68,99
Mais opção de empregos (fixação do morador)	84,50
Melhoria do comércio	63,57
Valorização do comércio	65,89
nenhum	-
outro	-

16. IMPACTOS NEGATIVOS DO TURISMO	
Aumento da violência	26,36
drogas	34,88
lixo	48,84
Destruição da natureza	17,83
Diminuição da tranquilidade	34,88
nenhum	-
outro	-

17. O QUE PODERIA SER FEITO PARA MINIMIZAR OS EFEITOS NEGATIVOS	
Limitar pessoas nos atrativos	37,21
Mobilização da comunidade para	58,14

resolver os problemas	
Entregando folhetos informativos	56,59
Ministrar cursos	59,69
Organizando o turismo	64,34
Fazendo a manutenção das trilhas e atrativos	52,71
Melhorando a infra-estrutura	53,49
policciamento	57,36
Mais segurança	58,91
Mais comercio	30,23
Não sei	3,10
outro	5,43

18. BENEFÍCIOS QUE O TURISMO PODE TRAZER PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA	
emprego	72,09
Contato com outras pessoas	64,34
Mais diversão	63,57
Valorização dos imóveis	65,89
Aumento da renda	66,67
outro	14,73
nenhum	-

19. EXISTEM REUNIÕES PARA DISCUSSÃO DOS PROBLEMAS DO MUNICÍPIO?	
sim	34,88
não	17,83
Não sabe	39,53

20. VOCÊ PARTICIPA DESSAS REUNIÕES?	
sim	10,08
não	89,92

21. VOCÊ CONHECE O TRABALHO DO COMTUR DE TORRINHA?	
sim	51,16
não	48,84

22. COMO VOCÊ CLASSIFICA O TRABALHO DO COMTUR?	
bom	49,61
regular	16,28
insatisfatório	1,55
Não sei	32,56

23. VOCÊ GOSTARIA DE PARTICIPAR DO I ENCONTRO DE TURISMO DE TORRINHA?	
sim	86,82
não	4,65
Não sei	8,53

9.4. Anexo D – Diagnóstico Turístico do município de Torrinha – SP, realizado pelos alunos da UNIP (2004). Esse diagnóstico foi apresentado em forma de Tabelas com os pontos positivos e negativos. E foi dividido nos seguintes tópicos:

Caracterização Sócio - econômica.	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
O desenvolvimento do turismo pode trazer benefícios sócio-econômicos para a população.	Gastronomia regional pouco explorada.
A população deseja o desenvolvimento do município de forma sustentável.	A oferta de mão de obra é grande, mas não é qualificada o suficiente.
Valorização da cultura local	Produtos culturais “afastados” dos turistas e da população.
A cidade possui bens arquitetônicos de destaque, importantes para o desenvolvimento do turismo.	A oferta de atrativos culturais é significativa, porém falta incentivo para divulgação e cuidados necessários.
A população é muito receptiva.	Não há infra-estrutura suficiente e eficiente para atender as necessidades dos turistas; Falta de consciência da população perante bens culturais e patrimônio arquitetônico; Faltam produtos culturais voltados ao turismo; A população tem receio sobre a implantação do turismo no município, por falta de informação; Falta de incentivo para formação de artesãos.

Análise Sócio - econômica.	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Presença de projetos sociais no município.	Faltam projetos sociais ligados ao turismo.
Baixo índice de pobreza.	População tradicional persiste a mudança.
Qualidade de vida satisfatória para a maioria da população.	População não se sensibiliza para novas atividades.
Equilíbrio entre a população masculina e feminina.	Pouca valorização por parte da população em relação à sua cultura.
Baixo índice de violência.	População não preparada para a recepção e informação aos turistas.
Maioria da população religiosa	Por falta de entretenimento e perspectiva, os jovens ficam expostos ao uso de drogas.
Taxa de mortalidade baixa.	Descuido com os jovens, falta incentivo e oportunidade de estudo; Evasão dos jovens do município, por falta de emprego; Falta de modernização da infra-estrutura; Faltam empregos; Alta taxa de analfabetismo.

Manifestações Populares	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Mantém as tradições e heranças culturais.	Recursos culturais não geram produtos turísticos.
Demonstram alegria, criatividade e arte.	Gastronomia da região não é definida.
Presença de lendas populares.	Falta de atrativos noturnos.
Colaboração e participação da população nas festas.	Falta de ações de incentivo público e privado.
Participação das pessoas nas feiras beneficentes.	Falta de divulgação do calendário de eventos.
Atrativos turísticos referentes aos vários tipos de festas.	Faltam artesãos; Dificuldade de acesso para os artesãos; Faltam feiras de artesanato local; Falta conscientização da população quanto à necessidade de se criar mais feiras de artesanato.

Patrimônio Urbano	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Receptividade dos moradores.	Prédios Históricos descaracterizados, abandonados ou demolidos.
Arquitetura urbana original.	Desarticulação entre o patrimônio urbano: Estação.
Prédio da Estação Original.	Falta catalogar os patrimônios urbanos.
Quantidade de Igrejas significativa.	Falta de conscientização da População com relação ao patrimônio urbano.
Estação e Casarões Históricos numerosos.	Falta de roteiro cultural na área urbana.
Existência de Projeto de Integração Regional: trem.	

Patrimônio Rural	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Interesse dos proprietários no desenvolvimento turístico.	Falta de interesse dos proprietários rurais e produto turístico rural.
Geração de renda das propriedades que exploraram o turismo rural.	Falta de conscientização dos benefícios do turismo rural.
Diversidade agrícola multicultura, menor agressão ambiental.	Falta qualidade da mão de obra.
Cultura caipira.	Modelo atual das fazendas de não terem a integração social.
Beleza da paisagem natural.	Falta de sinalização turística rural.
Presença de patrimônio histórico rural.	Falta divulgação e marketing rural.
Mosteiro do Paraíso: grandes possibilidades no desenvolvimento turístico no meio rural.	Falta de incentivo público e privado; Falta de infra-estrutura turística rural.

Caracterização Ambiental	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Não há poluição sonora e nem visual.	A população não está integrada ao turismo.
Usina de 3 Saltos abastece Torrinhã e região e é também um grande potencial turístico.	Ausência da separação de lixo reciclável.
Baixo índice de violência.	Falta de informação turística e sinalização.
Muitos atrativos naturais a serem explorados.	Ausência /insuficiência de guias capacitados.
Alto interesse do COMTUR na implantação do turismo.	Baixo interesse da Prefeitura na implantação do turismo; A maioria dos atrativos turísticos não está sendo explorada; Falta divulgação da cidade; Poluição dos rios devido à urbanização; Falta de infra-estrutura na área de alimentos e bebidas hoteleiras.

Meio Físico	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Potencial para desenvolvimento de esportes de aventura.	Degradação da mata ciliar. Desmatamento proveniente dos produtores e proprietários de terras por onde o rio passa.
Variabilidade térmica e pluviométrica média constante.	Faltam estudos de capacidade de carga nos atrativos. Os atrativos não são bem aproveitados pelo município, pois não tem programação e incentivo para a visitação.
Clima e temperatura amena.	O esgoto da cidade é despejado sem tratamento nos rios.
Cachoeira de alto valor cênico	Falta infra-estrutura nos atrativos existentes para prática de esportes. Os locais não oferecem nenhum tipo de acomodações, sejam estacionamentos, banheiros, local de descanso, bancos. Etc.
Relevo de <i>cuestas</i> , beleza cênica.	Observa-se pontos de erosão na <i>cuesta</i> causados pela agropecuária principalmente.
Acesso restrito aos atrativos, pois as estradas para se chegar até os locais onde estão os atrativos são de difícil acesso e nas épocas das chuvas só é possível transitar com veículos 4x4, fazendo com que menos pessoas visitem os locais, diminuindo a degradação.	A população desconhece os pontos turísticos para indicar aos turistas e não são valorizados pelos mesmos; A associação dos guias não atende a demanda e não é fácil para o novo visitante encontrá-los.
Encontro dos Quatro Ventos, favorável para os esportes aéreos como asa delta, paraplanagem, balonismo, aeromodelismo, salto de pára-quedas.	Difícil acesso as cachoeiras da região sul no verão – cheias dos rios no período das chuvas. Faltam planos para designação do fluxo de visitante para outros atrativos.
O acesso aos pontos turísticos é feito somente com o acompanhamento dos guias da Associação de Guias, caso contrário não é permitido a entrada.	Falta sinalização turística. O centro urbano não possui nenhum tipo de indicação dos atrativos.

Meio Biótico	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Grande potencial turístico a ser explorado.	Falta de inventário em relação à fauna e flora local.
Flora rica – diversidade de plantas, flores, frutos, etc.	Fauna e flora não geram produtos turísticos.
Mata preservada, sobretudo nas encostas (regiões íngremes).	Falta de posicionamento: a agência e o Poder Público não divulgam corretamente os atrativos.
<i>Hots Pots</i> – ecossistemas ricos em biodiversidade e mundialmente reconhecidos e protegidos.	Falta conhecimento sobre a capacidade de carga.
Fauna rica - animais endêmicos, alguns em ameaça de extinção.	Falta de conscientização ambiental e turística.
Muitas opções de trilhas – grande número de cachoeiras.	Falta de orientação aos visitantes que fazem trilhas; Falta de sinalização interpretativa nas trilhas; Falta de atividades de educação ambiental nas trilhas.

Área de Proteção Ambiental	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Premissa: proteção do meio ambiente.	Conflitos e falta de planejamento territoriais.
Utilização Sustentável dos recursos naturais	Má ou quase nenhuma fiscalização governamental.
Coexistência de área urbana e rural.	Inexistência de intervenção do Poder Público diante à utilização dos recursos naturais.
Uso responsável dos mananciais hídricos.	Inexistência da capacidade de carga.
Controle das pressões urbanizadoras, atividade agrícolas e industriais.	Inexistência de informações turísticas sobre a APA visíveis e infra – estrutura.
Levantamento de dados.	Uso irregular dos mananciais hídricos; Falta de planejamento territorial regional; Poucos profissionais qualificados.

Caracterização Urbana	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Baixo índice de violência salvo incidentes com turistas.	Baixa taxa de áreas verdes:jardins, parques, praças e arborização urbana; Praça central apresenta sinais de desgaste.
Fácil acesso a cidade.	Não há locais próprios para estacionamento de carros e ônibus de turistas.
Cidade tranqüila.	Qualidade estética urbana mediana; Falta de atividades noturnas: cinemas e casas de entretenimento.
Facilidade para estacionar os automóveis e ônibus de turistas.	Inexistência de postos de informação turística e lojas para venda de <i>souvenirs</i> .
COMTUR atuante.	Falta de banheiros públicos e com condição de uso; Falta posto telefônico; Patrimônio urbano não valorizado.
Incentivo e interesse do COMTUR.	Falta de sinalização para chegar aos atrativos; Falta de infra – estrutura e saneamento básico na periferia.
Utilização do espaço urbano para eventos culturais.	Falta de divulgação dos atrativos urbanos; Falta de farmácia e bancos 24 horas; Número de leitos insuficiente (rede hoteleira); Número de restaurantes insuficientes; Falta de plantão médico 24 horas; Transporte público e turístico deficitário.

Infra-estrutura Urbana	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
COMTUR atuante.	Estética urbana insatisfatória; Uso não humanizado da praça; Falta de lixeira na praça e no resto da cidade; Falta de equipamentos de lazer urbano: cinemas, parques, etc.
Existência de agência de turismo receptivo.	Falta de transporte turístico de acesso aos atrativos; Poucas opções de hotéis e pousadas; Não possuir um plano diretor urbano.
Bons hotéis e pousadas.	Distribuição de água insuficiente; Atendimento hospitalar insuficiente; Falta de conservação das praças.
Pavimentação na área central.	Praça central apresenta traços de degradação; Iluminação pública ineficiente; Falta de equipamentos de lazer noturno; Falta um posto de informações turísticas.
Praça central e Igreja matriz: principais espaços de sociabilização urbana	Torrinha só possui duas agências bancárias e não possui banco 24 horas; Oferta gastronômica ineficiente e insuficiente; Falta de ETE – estação de tratamento de esgoto.